



TITULO:

**Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: especificidades do
capitalismo dependente na constituição de Grandes Projetos
Urbanos**

Gustavo Henrique de Lima Campos

Linha de Pesquisa: Gestão Urbana

Orientador: Jonathas Magalhães Pereira da Silva

2018

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa – CRB 8/7313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.40 Campos, Gustavo Henrique de Lima.
C198a Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: especificidades do capitalismo dependente na constituição de grandes projetos urbanos / Gustavo Henrique de Lima Campos. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.
127f.

Orientador: Jonathas Magalhães Pereira da Silva
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Sistemas de Infraestrutura Urbana.
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (Brasil). 3. Planejamento rodoviário - Rio de Janeiro, Região Metropolitana (RJ). 4. Rodovias - Interferência e interseções. 5. Capitalismo. I. Silva, Jonathas Magalhães Pereira da. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Sistemas de Infraestrutura Urbana. III. Título.

CDD – 22. ed. t711.4

GUSTAVO HENRIQUE DE LIMA CAMPOS

**“ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO:
ESPECIFICIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA
CONSTITUIÇÃO DE GRANDES PROJETOS URBANOS”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Jonathas Magalhaes Pereira da Silva

Dissertação defendida e aprovada em 18 de Dezembro de 2018 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

Prof. Dr. Jonathas Magalhaes Pereira da Silva

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra Patricia Rodrigues Samora

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof. Dr Fábio Antônio de Campos

Universidade Estadual de Campinas

Think for yourself

Question authority

Throughout human history, as our species has faced the frightening,

Terrorizing fact that we do not know who we are, or where we are going in

This ocean of chaos, it has been the authorities, the political, the religious, the educational authorities who attempted to comfort us by giving us order, rules, regulations, informing, forming in our minds their views of reality. To think for yourself you must question authority and learn how to put yourself in a state of vulnerable, open-mindedness, chaotic, confused, vulnerability, to inform yourself.

Think for yourself

Question authority.

Tool – Third Eye, Live Intro.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001, que concedeu as condições materiais à realização desta pesquisa. Igualmente agradeço a Pontifícia Universidade Católica, em especial ao Núcleo de Pós-Graduação, pelo apoio educacional neste período de produção desta presente pesquisa.

Com enorme gratidão pelo apoio, compreensão e tato, agradeço meu orientado Jonathas Magalhães Pereira da Silva. Mesmo por momentos difíceis e de dúvida o incomensurável aprendizado proporcionado guardarei pela minha vida com enorme respeito.

Agradeço profundamente aos meus pais, Renilton Campos e Cláudia Velasco por sempre acreditarem no meu potencial mesmo nos meus momentos de maior dúvida, insegurança e ansiedade. Essas palavras jamais serão suficientes. Agradeço profundamente por sua existência, meu amigo, irmão Laio Campos, sua memória jamais será apagada. Não posso jamais esquecer do apoio irrestrito das minhas queridas irmãs Náthaly e Débora, perdão pelos momentos de stress e cansaço, sempre amarei vocês, minha família.

Ao professor Fábio Antônio de Campos, muito obrigado pelo apoio e gigantesca lição de ética e respeito pela profissão de economista, onde neste curtíssimo período, revelou as reais preocupações dessa profissão onde sempre se dedicou à minha pessoa resolvendo minhas basilares indagações intelectuais.

Ao professor João Sette Whitaker Ferreira pelas importantes considerações na minha banca de qualificação e apoio na produção deste trabalho. A professora Mariana de Azevedo Barreto Fix pelo apoio contínuo nestes quatro anos com suas cuidadosas leituras e ensinamentos.

Agradeço profundamente a professora Patrícia Samora, sua paixão pela profissão revela aos seus alunos as reais discussões urbanas trazendo uma educação ética e concisa a qualquer um com um mínimo de dedicação que passe por sua aula, obrigado.

Aos amigos João Paulo Peres, Laura De Bona, Andrews Santos, André Zerbini Ferreira, Thais Bianchi, Jéssica Souza, Lucas Trevizan, Mariana Ripoli, Ângela, Carlos Júnior e tantos outros, obrigado pelos bons momentos e compreensão da tarefa árdua em me isolar constantemente para escrever.

Por último, com enorme agradecimento aos professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas: Laura Machado Bueno, Manoel Lemes e Wilson Ribeiro Santos Júnior. E, sempre, minha especial professora de macroeconomia Eliane Rosandiski que sempre fará parte da minha trajetória intelectual.

RESUMO:

O Arco Metropolitano é uma infraestrutura rodoviária em estudo desde a década de 70, pensado como fator de desenvolvimento socioeconômico para o Estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, para as demais escalas nacionais. No projeto inicial previa-se a interconexão de nove municípios da Baixada Fluminense inseridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A obra foi apresentada como etapa essencial ao desenvolvimento da estrutura viária do Estado, sendo essa sua concepção física e discursiva, articulando objetivos próprios e crescentes expectativas. Já na nova concepção da rodovia, com extensão de 145Km, a logística de escoamento de insumos e produtos industriais passa a ser a principal finalidade da rodovia. Considera-se sumariamente a ligação entre dois polos econômico, por um lado o Complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ), leste da Baía Guanabara, e de outro o Porto de Itaguaí, a oeste na Baía de Sepetiba. Desta forma, o Arco Metropolitano compele averiguação para compreender sua relação entre objetos e eventos, tendo como principal questionamento ha que agentes serviu a transformação da paisagem ocorrida. Cabe a pergunta: a ação foi marcada pelo querer dominante de determinados grupos ou pela absorção das demandas dos entes federativos locais?

PALAVRAS-CHAVE: Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, Grandes Projetos Urbanos, capitalismo associado.

ABSTRACT:

The Metropolitan Arch is a road infrastructure under study since the 1970s. The highway was conceived as a factor of socioeconomic development for the State of Rio de Janeiro and, consequently, for the other national scales. In the initial project, it was foreseen the interconnection of nine municipalities of the Baixada Fluminense inserted in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ). The work was presented by the state government as an essential step in the development of the state road structure, which is its physical and discursive conception, articulating its own goals and increasing expectations. The new highway concept, with an extension of 145 km, is part of a new logic where the logistics of transportation of industrial inputs and products becomes the main purpose of the highway. The link between two economic poles is summarily considered: on the one hand the Petrobrás Petrochemical Complex (COMPERJ), east of Guanabara Bay and, on the other, the Port of Itaguaí - west on Sepetiba Bay. In this way, the Metropolitan Arch compels investigation to understand its relation between objects and events, having as main questioning: to what agents have served the transformation of the landscape occurred. The question is: was the action marked by the dominant will of certain groups or the absorption of the demands of the local federative entities?

KEYWORDS: guidelines; submission; paper; model; architecture.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 – MERCADO MUNDIAL E CAPITALISMO DEPENDENTE.....	14
1. Conformação do Mercado Mundial.....	14
1.1. Estabelecimento dos Padrões de Dominação Externa.....	17
1.1.1. Civilização Material: Integração, Transnacionalização e Domínio.....	18
1.2. Os Circuitos do Capital na Produção do Espaço.....	27
1.3. Capitalismo Dependente e Reprodução Urbana.....	32
1.3.1. Endogeneização dos Condicionantes Externos.....	32
1.3.2. Capitalismo Difícil e os Impasses da Política Urbana no Brasil.....	35
1.4. Internalização do Condicionante Externo na Periferia.....	42
1.5. Conclusões Parciais.....	44
Capítulo 2 – A ESCALA DA ECONOMIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A INDÚSTRIA EXTRATIVA.....	46
2. Consolidação do Núcleo Urbano Hipertrofiado.....	47
2.1. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Fusão e Fragmentação.....	51
2.2. Da Expansão ao Declínio: a Indústria do Rio de Janeiro.....	53
2.3. Conclusões Parciais.....	62
Capítulo 3 – O ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO: DA INICIAL CONEXÃO INTERNA ATÉ AS DESCONEXÕES CONECTADAS.....	63
3. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.....	63
3.1. O Projeto.....	65

3.2. Contexto Político-Econômico.....	93
3.2.1. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.....	95
3.2.3. Porto de Itaguaí: Importando Sentidos.....	101
3.2.4. Baixada Fluminense.....	105
3.3. Planos Diretores: Incongruências.....	111
3.4. Impactos Pós-implantação.....	117
3.5. Conclusões Parciais.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Diferença entre as Rendas per Capita Regionais - 1940/1980.....	54
Gráfico 2 – Evolução do valor adicionado bruto para o total da economia fluminense, paulista e média nacional, 1995/2008 (1995=100).....	58
Gráfico 3 - Evolução da produção física da indústria fluminense, 1995/2010 (1995=1).....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Padrão de Rendimento: Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	46
Figura 02: Mapa do Fator de Atração dos Clusters de Desenvolvimento Econômico.....	61
Figura 03 – Trecho do Arco Metropolitano em Duque de Caxias.....	63
Figura 04 – Em matéria do jornal O Globo, o então presidente promete licitação em abril.....	67
Figura 05 – Áreas de Abrangência dos Estudos do Plano Diretor.....	68
Figura 06 – Mapa do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e sua divisão por segmentos.....	70
Figura 07 – Unidade de Paisagem 1.....	70
Figura 08 – APA de Guapimirim e a BR-493 (segmento do Arco Metropolitano).....	71
Figura 09 – Instituto Chico Mendes – APA de Guapimirim com trecho da BR-493 (componente do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro).....	72
Figura 10 – Unidade de Paisagem 1: denso florestamento.....	72
Figura 11 – Entroncamento da BR-493 e BR-116 em Magé.....	73
Figura 12 – Unidade de Paisagem 1: área do Município de Magé.....	74
Figura 13 – Unidade de Paisagem 1: Município de Magé.....	74
Figura 14 – Distrito de Suruí.....	75
Figura 15 – Arco Metropolitano adentrando em Mata Atlântica.....	76
Figura 16 – Unidade de Paisagem 4: recorte da escala dimensionado.....	76
Figura 17 – Unidade de Paisagem 1: recorte da escala dimensionado.....	77
Figura 18 – Leste da Baía de Guanabara.....	77
Figura 19 – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.....	78
Figura 20 – Unidade de Paisagem 1: recorte da escala dimensionado.....	78
Figura 21 – Unidade de Paisagem 1: recorte da escala dimensionado.....	79
Figura 22 – Unidade de paisagem 2.....	79
Figura 23 – Novos acessos informais no Arco Metropolitano.....	80
Figura 24 – Imagem antes da implantação do Arco Metropolitano em trecho urbanizado...81	
Figura 25 – Imagem antes da implantação do Arco Metropolitano.....	82
Figura 26- Trecho do Arco Metropolitano concluído em Duque de Caxias.....	82
Figura 27 – Unidade de Paisagem 2: ao fundo o Morro do Pão de Açúcar.....	83
Figura 28 – Unidade de paisagem 3.....	83

Figura 29 – Unidade de paisagem: foto aérea.....	84
Figura 30 – Unidade de Paisagem 3: distrito de Esperança – RJ.....	85
Figura 31 – Unidade de Paisagem 3: Arco Metropolitano adentrando na Mata Atlântica...86	
Figura 32 – Unidade de paisagem 3: imagem dimensionada.....	87
Figura 33 – Unidade de paisagem 3: área ambientalmente frágil.....	88
Figura 34 – Unidade de Paisagem 4.....	89
Figura 35 – Unidade de paisagem 4: plana e pouco parcelada.....	89
Figura 36 – Floresta Nacional Mário Xavier cortada pelo Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	90
Figura 37 – Unidade de paisagem 1: características rurais.....	91
Figura 38 – Entroncamento na unidade de paisagem 4.....	92
Figura 39 – Estrada construída para o COMPERJ vira rota do tráfico.....	100
Figura 40 – Porto de Itaguaí.....	103
Figura 41 – Otimismo relacionado ao Porto de Itaguaí.....	104
Figura 42 – Transbaixada interligando Duque de Caxias à Nilópolis.....	107
Figura 43 – Matéria relacionando a Baixada Fluminense como local de oportunidades..	109
Figura 44 – Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e as APAS de Nova Iguaçu.....	112
Figura 45 – Arco Metropolitano rente a APA de Rio Douro.....	112
Figura 46 – Escala ampliada do Arco Metropolitano rente a APA do Rio Douro.....	113
Figura 47 - Escala ampliada do Arco Metropolitano rente a APA do Rio Douro.....	114
Figura 48 – Trecho do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro sobre o Zoneamento do Plano Diretor de Duque de Caxias.....	116
Figura 49 – Arco Metropolitano do Rio de Janeiro ligando Itaboraí à Itaguaí.....	117
Figura 50 – Arco Metropolitano: trecho a ser duplicado.....	118
Figura 51 – Arco Metropolitano: trecho inaugurado em 2014.....	118
Figura 52 – Acesso informal no Município de Queimados.....	119
Figura 53 – Acesso informal no Município de Queimados.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente em capitais estaduais brasileiras selecionadas (em mil habitantes): 1920, 1940, 1950 e 1960.....	49
Tabela 2 - Evolução da Estrutura Industrial Fluminense - 1949/1980.....	55
Tabela 3 - Participação Fluminense no VTI Brasileiro - 1939/1980.....	56
Tabela 4 - Índice de Expansão do VAB da Extrativa Mineral: 1985/2002.....	59

Introdução

Por diferentes momentos o Arco Metropolitano, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, surgiu como uma das prioridades do Governo Federal, seja a partir de investimento direto do Estado ou na agenda de privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso. Concebido na década de 70 sob a denominação de Arco Rodoviário o projeto envolveu fortes expectativas quanto a sua materialização, tanto na função do escoamento da produção do município do Rio de Janeiro ou como instrumento de adensamento produtivo para a periferia metropolitana. Contudo, o que se observa é que apenas no ano de 2013 o projeto teve o início de suas obras a partir do Programa de Aceleração do Crescimento, totalizando 145km e passando por nove municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com maioria aos que compõem a região denominada Baixada Fluminense.

O projeto foi posto como etapa essencial ao desenvolvimento da estrutura viária e econômica do Estado e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tanto pelo Governo Federal, como agentes locais representado por governadores, senadores, prefeitos e agentes econômicos da região e do Brasil. Porém tanto como concepção física e discursiva, articula objetivos próprios com crescentes expectativas, determinando ao projeto averiguação das resultantes das correlações de forças entre os agentes e da paisagem resultante.

Portanto, com o enfoque sobre a escala do projeto, sua dimensão articula-se com diferentes municípios que possuem suas próprias características, sejam topográficas ou na concepção de seus territórios. Sendo assim, como destaca Silva (2012), o objeto posto, dialoga com o que fica do passado como forma, mas também, interferirá como processo de supressão, acumulação e superposição. O Arco Metropolitano impõe-se como objeto simbólico de conexão e unificação para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, logo, municípios circunscritos ao projeto, são excedidos e impostos a uma escala acima das suas ações; não apenas do ponto de vista da materialização do projeto, mas, das suas relações que vão do global, regional e estadual (incluindo o Estado e suas estratégias políticas). Sendo assim, chama a atenção não para impactos isolados aos municípios, mas uma articulação que remete a escala metropolitana.

Além de uma via rodoviária de conexão e transporte, o Arco Metropolitano, instituiu-se como evento com implicações ambientais, sociais, simbólicas, morfológicas, econômicas e políticas. Ademais, sendo a principal justificativa recente para sua implantação, o projeto dispôs a ligação entre dois polos econômicos, o Complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ), leste da Baía Guanabara no município de Itaboraí, e o Porto de Itaguaí, a oeste na Baía de Sepetiba localizado no município de Itaguaí (WOPEREIS, CAPILLÉ e MATTOS, 2012).

Com recursos do BIRD, foi realizado em 2013 um Plano Diretor para a área de influência do projeto, na intenção de encontrar um mapeamento das oportunidades de investimentos, das carências em termos de políticas sociais e da estrutura pública e fiscal das prefeituras, como também das necessidades de infraestrutura e de políticas ambientais e urbanas, seja para a melhoria das oportunidades de inserção da região, seja para o seu adensamento produtivo. Estabelecendo um cenário otimista na região, o projeto é marcado como indutor do desenvolvimento regional, porém dispõe-se o questionamento, após a sua conclusão em 2016, se a paisagem foi marcada pelo querer dominante de determinados grupos ou a absorção das esperanças dos cidadãos envolvidos a este. Como esclarecimento inicial, (ORBIS E SEGATTI, 2013),

para compreensão mais verossímil do espaço geográfico, obriga-se uma visão dicotômica, especialmente pelo caráter transnacional do capital e sua necessidade implícita de romper barreiras, sejam suas ou geográficas.

Desta forma, o presente estudo caminha em uma bifurcação. Por um lado, o espaço mundial caracterizado por redes e fluxos globais e por outro, o espaço dos lugares, das regiões e identidades.

O capital é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam. Qualquer limite é e tem de ser uma barreira para ele. Caso contrário, ele deixaria de ser capital-dinheiro que se autoreproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria renunciado ao valor de troca pelo valor de uso, passando da forma geral da riqueza para um modo tangível e específico desta. O capital em si cria uma mais-valia específica porque não tem como criar uma infinita; ele é o movimento constante para criar mais da mesma coisa. Para ele, a fronteira quantitativa da mais-valia é uma simples barreira natural, uma carência que ele tenta constantemente violar, além da qual procura chegar. A barreira se apresenta como um acidente a ser conquistado. (MARX, Karl. 2011, Pág.334)

A lógica territorial, mais do que a materialização das ações humanas, revela esforços dos atores que atuam em sua estruturação. O capital como impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam, tem no espaço urbano a possibilidade da manutenção para o ciclo de acumulação e expansão do capital (HARVEY, 1982). O estudo de caso aqui investigado se mostra interessante por ter se materializado justamente quando o Estado do Rio de Janeiro vivenciou uma retomada de investimentos levanta suspeitas relacionadas ao processo de reestruturação econômica contemporâneo tendo rebatimento na escala do território (ROCHA, 2016). Sendo assim, a análise percorre os territórios onde irá ser implantada a rodovia em questão, na esperança de revelar o acúmulo de ações (passado) e formas de apropriações existentes (presente) (SILVA, 2012).

O presente estudo foi dividido em três capítulos na intenção da compreensão da totalidade das relações que o projeto do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro determina. O capítulo I atenta para a conformação de um mercado mundial hierárquico onde países periféricos e de capitalismo dependente como o brasileiro impõem continuamente restrições e impasses na economia, sociedade, produção do espaço urbano e cultura dessas nações.

O capítulo II teve como intuito descrever a constituição no Estado do Rio de Janeiro um núcleo hipertrofiado de equipamentos urbanos, concentração de renda e estéril ante a configuração de um território homogêneo e sinérgico. Por outro lado, atenta-se para a introjeção do capital internacional no setor extrativo mineral que ocasiona um processo de descentralização produtiva na economia do Estado do Rio de Janeiro, a atividade produtiva com maior interesse na materialização do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

O Capítulo III trás a análise do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro dissecando suas relações com o território, transformação da paisagem, bem como o contexto político-econômico que envolveu a produção deste grande projeto urbano, ponderando o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Porto de Itaguaí e as incongruências dos Planos Diretores. Por fim, os impactos-pós implantação do Arco.

CAPÍTULO I – MERCADO MUNDIAL E CAPITALISMO DEPENDENTE

Como já apresentado na introdução da dissertação, o objetivo da pesquisa tem o intuito de se aprofundar no conhecimento de como a lógica do capital opera na transformação do território, sobretudo nas economias de capitalismo dependente. Portanto, o estudo de caso do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, que nos serve de discussão para esta relação, mostra-se conveniente pelo fato de: i) ser um investimento na reestruturação do território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; ii) uma obra viária que concentrou grande quantidade de investimento; iii) em pauta por diferentes governos, desde a década de 1970, levantando questionamentos sobre os discursos adotados; iv) sua implantação ocorrer por influência externa. Contudo para uma compreensão mais próxima da totalidade das relações que o projeto engloba, se faz necessária uma análise da conformação hierárquica do mercado mundial. Essa análise, mesmo que de forma bem parcial, visto a tamanha abrangência deste sistema, nos proporcionará uma importante ferramenta para a percepção da confluência de forças que resultam na transformação do território que alteram a vida e oportunidade de uma numerosa população.

Portanto, esse estudo permite compreender a dinâmica determina em territórios como o Brasil que tem como características um alto grau de influência externa, que estabelece um forte grau de dependência. Sendo assim, o capítulo é dedicado a essa reflexão para compreender antes de mais nada como os padrões de dominação externa cooptam os territórios em função de seus interesses, organizando estes a partir de dentro em todos os níveis da ordem social.

1- CONFORMAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL

Representado por um padrão de medida que é externo e totalmente separado das próprias mercadorias que este sistema cria, o capital deve ser entendido mais como um processo do que como uma coisa. A manifestação material desse processo existe como uma transformação do dinheiro em mercadoria e de volta ao dinheiro mais o lucro¹. A relação fica mais clara analisando o papel do dinheiro no processo de circulação de capital.

Considerando a ambição como congênere ao movimento, apenas se coloca essa moeda em circulação, a partir de uma base repetida, para se obter mais dele no fim do que era possuído no começo. O dinheiro que atua como encargo para a circulação, por ser o valor autonomizado das mercadorias e meio de pagamento, representa a potencialização privada da pessoa privada na apropriação, na acumulação, concentração e centralização do capital. Como motivação única do processo, o dinheiro funciona como um intermediário adequado na conformação de um processo de criação de valor.

O indivíduo consciente e capaz de atuar nesse movimento, o possuidor de dinheiro, se torna capitalista. O conteúdo do processo, porém, sua finalidade subjetiva, “é somente enquanto a

¹ (MARX, 2014, pág.695) “A produção de mais-valor, ou criação de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital.”

apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência” (MARX, 2014, pág.229).

Consequentemente, como impulso absoluto de enriquecimento na caça constante na produção de valores, ao contrário do entesourador ensandecido, o capitalista é o entesourador racional, pois, o processo ao definir uma mercadoria, o dinheiro, como representação tem o fato do capitalista saber “que toda mercadoria, por mais miserável que seja sua aparência ou por pior que seja seu cheiro, é dinheiro, não só em sua fé, mas também na realidade” (MARX, 2014, pág.230). Como característica *sui generis*, o sistema capitalista é um processo de racionalização, racionalizada com um fim em si mesmo.

...o fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda constitui, por si mesmo, o início de um novo ciclo. A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido. (MARX, 2013, pág.228)

Contudo, Harvey (2015) atenta na necessidade de um cuidado ao trabalhar a questão do dinheiro nesta relação. O capital atuante na sociedade não pode ser comparado ao estoque de dinheiro ou ao total de valores de uso. Dinheiro utilizado como um meio para comprar mercadorias não está sendo usado como capital. O autor salienta que grande parte das coisas que ocorrem na sociedade não estão diretamente relacionadas à circulação do capital. Logo, o capital monetário é parte do estoque total de dinheiro, e *capital produtivo* e o *capital das mercadorias* são porções da riqueza social total que são captadas em um processo de circulação muito específico.

Por outro lado, e de maneira complementar, o capital tem em sua natureza não reconhecer qualquer medida de restrição não importando o peso das implicações materiais das barreiras que ele necessita superar. Como salienta Luxemburgo (1985), o aspecto “curioso” esta, como este sistema de reprodução lida com aspectos *externos* a ele, sendo este, constantemente enfrenta o problema central da realização de mais-valia. A autora ressalta o fato que a mais-valia não é totalmente consumida pelos capitalistas mesmo que uma crescente parte se destine a ampliação da produção. Consequentemente, o capital aponta para sua expansão, a necessidade de “terceiras pessoas” que estejam fora da relação operário e capitalista na resolução do problema. O capital precisa constantemente de consumidores distintos dos agentes imediatos da produção capitalista, aglutinando estes “novos”, para a manutenção deste sistema de reprodução.

Portanto, apesar da análise de reprodução simples de Marx, assim como a caracterização do processo total capitalista, com suas contradições internas e seu desenvolvimento, é preciso se pensar na possibilidade de como o instrumental marxista D-M-D', dinheiro que por meio da extração de valor pela exploração de trabalhadores gera um lucro, dispõe o entendimento de, como essa relação congrega circunstâncias que se encontram fora da produção e acumulação capitalista.

Logo, a compreensão parte do processo da acumulação de capital caminha em duas vertentes: i) na busca do aumento dos seus lucros, reduz o preço dos elementos do capital constante no incremento da produtividade do trabalho; ii) implica e necessita da utilização ilimitada de **todas** as matérias-primas e recursos do solo e da natureza. O capital não permite, por sua gênese, nenhuma limitação nesses dois sentidos.

Na relação dessas duas vertentes, a produção capitalista mesmo que inicialmente englobando uma pequena parte da produção mundial, conseguiu dominar todas as esferas autônomas a sua lógica.

A realização da mais-valia é, com efeito, a questão vital da acumulação capitalista. Se, para simplificar, prescindimos totalmente dos fundos de consumo capitalistas, a realização da mais-valia requer, como primeira condição, um círculo de compradores que estejam fora da sociedade capitalista. Dissemos compradores, e não consumidores, porque a realização da mais-valia não define *a priori* a forma material desta. Na verdade, a mais-valia só pode ser realizada por sociedades cujo modo de produção é pré-capitalista. (LUXEMBURGO, 1970, pág.301)

O capital em si não é mau nem bom, mas “indeterminado” em relação aos valores humanos. Consequentemente, suas resultantes assim como a transformação do território também são resultantes dessa relação envolvendo sentidos distintos em relação a coletividade.

Portanto, considerando que o capital como um produto humano que se antagoniza a própria humanidade, a análise deste processo permite identificar as formas específicas que assumem a produção e, no caso do território, o consumo do espaço urbano. Sendo assim, considerando essa “indeterminação” abstrata, que o torna compatível com o progresso concreto, sob circunstâncias históricas favoráveis², a análise do projeto do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro sob esta ótica, ampliará a compreensão do por que infraestruturas públicas que em tese deveriam responder aos anseios da coletividade, caminham em sentidos opostos aos reais objetivos associados às aspirações humanas. Muito pelo contrário, em seu metabolismo o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente no decurso da reprodução expandida da sociedade considerada.

A produção ocorre a partir de um contexto de relações sociais das quais os capitalistas controlam os meios de produção, o processo de produção e a disposição do produto final, ou seja, uma relação de classe definida entre o capital e o trabalho, o explorador e o explorado.

A alienação da vida, o homem como força de trabalho estabelecido como uma mercadoria. A acumulação é meio e, em última instância, sua própria finalidade neste sistema de reprodução, sendo assim, o ímpeto é substancialmente acelerar ao máximo a velocidade de sua reprodução, ampliando a massa de trabalho e meios de produção à sua disposição.

² (ARANTES, 2014, pág.38-23) “Até onde sei, Immanuel Wallerstein foi dos primeiros a notar que o capitalismo histórico é um sistema evidentemente absurdo, pois afinal se acumula capital afim de acumular mais capital. Cf. *O capitalismo histórico* (São Paulo, Brasiliense, 1985), p.34; edição americana de 1983. E se assim é – se ‘os capitalistas são como camundongos numa roda, correndo sempre mais depressa afim de correrem ainda mais depressa’ (idem) -, torna-se ainda mais surpreendente a entronização da ideia de ‘progresso’ como ideologia justificadora da economia-mundo capitalista. Salvo engano, a menção não é ociosa: ainda segundo o mesmo Wallerstein, a noção de Progresso está ancorada numa premissa básica sobre a temporalidade, mais exatamente sobre a Modernidade como uma ‘temporalidade nova’ (ibidem, p.63-4).

Portanto, o capital em seu impulso, tem como tendência a mercadorização plena da natureza e da vida social no qual luta sistematicamente pela dissolução e incorporação dos elementos de todos os demais modos de produção ao seu próprio metabolismo (MARIUTTI, 2016). Sendo assim, de uma forma muito modesta, o presente capítulo tem o intuito de descortinar o processo de uma conformação hierárquica a partir da criação de Estado nação nos moldes burgueses onde assim se constitui um sistema global de circulação de capital. De forma complementar, como este sistema rebate nas especificidades do capitalismo brasileiro classificado como dependente, por último, seguindo a análise feita por Campos (2009), entender o papel do investimento direto estrangeiro (IDE) na formação econômica brasileira.

1.1 – ESTABELECIMENTO DOS PADRÕES DE DOMINAÇÃO EXTERNA

Apesar de ter seus limites intrínsecos e absolutos, o capitalismo é a primeira forma econômica capaz de estender-se por todo o globo terrestre eliminando formas econômicas alternativas. Para Marx (2017), três fatos são fundamentais da produção capitalista: concentração dos meios de produção em poucas mãos³, organização do próprio trabalho como trabalho social⁴ e o estabelecimento do mercado mundial⁵.

Essa condição foi viabilizada após os trabalhadores terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência. É a partir da expropriação que “está gravada nos anais da humanidade com traço de sangue e fogo” (MARX, 2014, pág.787) a raiz deste modo de produção.

Em seu microcosmo, o capital tem a violência como fator decisivo para sua autoconservação e expansão ao redor do globo. De fato, considera-se que o sistema de reprodução capitalista também existe no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas esse modo de produção pressupõe, além do parcelamento do solo e dos demais meios de produção, a exclusão da cooperação, da divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação.

A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar a propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2014, pág.831)

³ (MARX, 2017, pág.305) “Concentração dos meios de produção em poucas mãos, pelo que eles deixam de aparecer como propriedade dos trabalhadores diretos e se convertem em potências sociais da produção, ainda que, num primeiro momento, o façam como propriedade privada dos capitalistas. Estes são *trustes* [administradores] da sociedade burguesa, porém embolsam todos os frutos dessa função.”

⁴ (MARX, 2017, pág.306) “Organização do próprio trabalho como trabalho social – mediante a cooperação, a divisão do trabalho e a combinação deste último com as ciências naturais. Tanto no primeiro como no segundo aspecto, o modo de produção capitalista suprime a propriedade privada e o trabalho privado, ainda que o faça sob formas antagônicas.”

⁵ (MARX, 2017, pág.306) “A enorme força produtiva, em relação à população, que se desenvolve no interior do modo de produção capitalista e, ainda que não na mesma proporção, o crescimento dos valores de capital (não só de seu substrato material) num ritmo muito mais acelerado que o crescimento da população, contradizem a base cada vez mais reduzida – em relação à riqueza crescente – para qual opera essa enorme força produtiva e as condições de valorização desse capital em expansão. Daí resultam as crises.”

O capital ao afirmar seu domínio absoluto sobre todos os seres humanos, transforma tudo e a todos em mecanismo para a realização de objetivos a partir de uma estrutura sistêmica de mediações⁶ sendo total e intensamente hostil a aceitar todos os tipos que não se ajustam à rede estabelecida, sem consideração à quão vitais forem os interesses humanos em suas raízes.

Considerando as limitações deste trabalho, teremos maior atenção as funções intrínsecas da criação do mercado mundial em conjunto de uma “História Universal”. Como explicita Mariutti (2016), estes dois elementos ajudaram a alterar radicalmente as condições de vida e de conflito social pela capacidade destes fatores em subordinar todas as relações e formas sociais ao processo de autovalorização do capital.

Conquanto, é preciso ressaltar que o capital precede o modo de produção capitalista⁷, tanto o comércio como o capital comercial são mais antigos do que este modo de produção. Para captar a chave no modo específico como a crítica da economia política empreende essa construção, ou em sua “fórmula trinitária”, é a partir da passagem de um nível empírico a um universo de categorias abstratas que, sem mais mediações, tornariam o empírico inteligível. É sempre à luz da totalidade das relações que conformam o “concreto” (CORDOVANO, 2012). Apesar da aparente contradição em adotar essa metodologia para estudar o território, esta reflexão possibilitará compreender as relações sociais que, a partir de um regime de classes, oferece uma base econômica que constitui uma reprodução da sociedade, da economia, da cultural e do poder.

1.1.1 – CIVILIZAÇÃO MATERIAL: INTEGRAÇÃO, TRANSNACIONALIZAÇÃO E DOMÍNIO

A economia-mundo foi estabelecida pela rivalidade política entre os Estados em formação a partir das teias do capital mercantil. Como característica fundamental do período, apesar da produção não ser ainda predominantemente capitalista, já existia um setor mercantil relativamente desenvolvido que exatamente por causa do caráter não-capitalista da produção era capaz de se reproduzir através da circulação amparado nos privilégios sociais e na inequivalência das trocas⁸.

⁶ Segundo Mészáros (2016, pág.179) “Graças à preponderância das mediações de segunda ordem do sistema do capital, esconde-se o fato de que, em qualquer circunstância, as condições da reprodução social só podem ser garantidas pela mediação necessária da atividade produtiva, que – não somente em nossa própria era, mas enquanto a humanidade sobreviver – é inseparável da atividade produtiva industrial altamente organizada”

⁷ O capital, portanto, precede o modo de produção capitalista, desenvolvendo-se dentro dos limites de sua forma mercantil. Mas, mais do que uma forma historicamente precedente, o capital é um pressuposto do capitalismo. Primeiro, porque o surgimento do capitalismo pressupõe a concentração da riqueza em forma monetária; depois, porque pressupõe a mercantilização radical da vida – a cisão entre os momentos da produção e do consumo. E mais que um pressuposto, o capital é uma força que opera em favor da mercantilização. Mesmo dentro dos limites da esfera da circulação, o desenvolvimento do capital mercantil tende a corroer as bases da produção dos valores de uso, forçando o caminho para a produção de valores de troca – e não pode fazê-lo sem também imprimir uma tendência cosmopolita, cujo nexo fundamental é o desenvolvimento do dinheiro mundial. (CORDOVANO, 2012, pág.17)

⁸ Depois da grande crise do século XIV, as tentativas de reorganização da sociedade feudal abriram novas frentes, como, por exemplo, atender à cobiça dos privilegiados, cada vez mais aguçada pelo luxo e o esplendor da vida cortesã europeia em constituição. Por fim, era possível também explorar a avidez pelo *bullion* por parte dos Estados mercantilistas em intensa rivalidade. Portanto, a resistência dos grandes detentores de riqueza à especialização e aos investimentos na produção não são traços de uma mentalidade aristocrática arcaica ou anacrônica, mas sim de um comportamento perfeitamente ajustado às condições vigentes na era onde dominava a acumulação primitiva de capitais (MARIUTTI, 2012, pág.2).

O capital comercial, logicamente tem como único pressuposto básico a circulação mercantil. Visto que ele seja uma forma reservada “na esfera da circulação, como mediador entre polos que tomam parte nas relações de troca, é indiferente ao modo de produção vigente em cada um dos polos, sendo necessário somente que, em cada um deles, exista uma produção, em qualquer medida, voltada para a troca” (CORDOVANO, 2012, pág.14).

Este capital, que pairava sobre a base produtiva da economia-mundo capitalista, articulou diversas formas de produção dispersas pela Europa pré-industrial, definindo o papel complementar das regiões integradas ao continente, no qual a resultante da luta contra “economias naturais” e princípios de sociabilidade alternativo, uma “nova” forma de produção de natureza essencialmente totalitária.

Neste período já existiam os germes dessa ordem social competitiva, que, como consequência direta uma eficácia parcial, ou seja, apenas para pequenos grupos de indivíduos que ocupem posições privilegiadas nas relações de mercado e nas relações de produção. Portanto, fica evidente que a indução para o desenvolvimento no sentido capitalista teve/m como marca a coerção extra-econômica que, em grande parte, empreendida pelos Estados, no esforço de consolidação do seu poder no território.

Justamente que na tensão entre “zonas ainda autárquicas e um circuito mercantil ligado predominantemente aos metais preciosos e ao consumo suntuoso que permitia a sobrevivência de valores nobiliárquicos e tornava o investimento em cargos de prestígio uma alternativa segura para os detentores de riqueza” (MARIUTTI, 2012, pág.5).

Progressivamente algumas transformações que operavam na base – i.é. as respostas locais à crise do século XIV, estruturadas pela luta de classes (a temática do “debate sobre a transição”) – possibilitaram com que a rede de transações do capital mercantil perpassasse indiretamente os polos manufatureiros que começaram a surgir em algumas regiões da Europa Ocidental, articulando as Américas, porções da África e a Europa Oriental, fato que acabou por gerar um vínculo entre as transformações operadas nestas regiões: enquanto o centro em constituição tendia para a produção baseada na manufatura e nos pequenos produtores independentes, a periferia e a semi-periferia tendiam para a especialização no fornecimento de matérias primas e gêneros alimentícios, com base no trabalho compulsório. (MARIUTTI, 2012, pág.6)

A vista disso, o que se observa no período, e, seus posteriores desdobramentos, é o início da conformação de um mercado mundial pautado a partir de uma autonomia do capital comercial que repousa, fundamentalmente, na “capacidade de articular pelo alto diversos subsistemas regionais, com formas de produção e de existência do trabalho distintas, os quais, exatamente por conta de sua conexão com o capital mercantil, ou melhor, pela sua pressão, tendem a acirrar a sua lógica básica. Em outros termos, o capital mercantil é capaz de mobilizar – e intensificar – sistemas de exploração preexistentes” (MARIUTTI, 2012, pág.12). O processo capitalista ao desenvolver-se a partir de uma economia de mercado vigorosa e em progresso, contando com sociedades hierarquizadas que favoreceram a longevidade da acumulação, obtiveram taxa de lucros crescentes.

Indiscutivelmente foi necessária a intervenção de fatores políticos e históricos para este movimento multissecular da sociedade se concretizar, mas, acima de tudo, que “as heranças se

transmitam, que os patrimônios cresçam, que as alianças frutuosas se concluem à vontade; que a sociedade se divida em grupos, alguns dominadores ou potencialmente dominadores, que tenha degraus, escadas, em que a ascensão social seja, quando não fácil, pelo menos possível” (BRAUDEL, 2009, pág.535).

Ademais, a partir da conformação dos Estados nacionais, na incorporação de mecanismos de exploração herdados de outros modos de produção em contato com arenas externas a este processo metabólico de incorporação, tornou-se crescente dois fatores preponderantes no processo de produção capitalista: a conquista militar para pilhar recursos e a constante exploração da mão de obra.

Cabe salientar que este processo não se desenrola no âmbito da economia e da política em sua acepção formal.

...ele se nutre e ao mesmo tempo exige a transformação radical das estruturas do cotidiano das sociedades que invade. É neste trágico sentido que devemos entender a expressão “História Universal”: a tendência à imposição da mercadorização de todas as dimensões da vida social. Logo, Progresso, Democracia, Modernidade e Civilização são elementos estranhos e incompatíveis com o capitalismo. (MARIUTTI, 2016, pág.31)

No entanto, para o esforço proposto do capítulo, no correr do século XIX, particularmente na sua segunda metade percebemos que as importantes transformações ocorridas se ordenam em torno de dois processos: a) há uma considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção, e b) intensificação do comércio internacional. Ambos engendraram aumentos substanciais da produtividade do fator trabalho e do progresso técnico, dando origem a um fluxo crescente de excedente que seria utilizado na estimulação da acumulação e financiar a ampliação e diversificação do consumo privado e público.

De acordo com Furtado (1983), países como a Inglaterra e outros que conseguiram criar um sistema econômico nacional, converteram o excedente gerado engendrando atividades industriais nos seus limites e, conseqüentemente, conseguiram crescer por suas próprias forças. Esses Estados nacionais, também atuaram protegendo “atividades agrícolas e outras, que não ofereciam ‘vantagens comparativas’”. Mediante essa proteção eles asseguravam demanda ao setor industrial, compensando amplamente com incrementos de produtividade neste setor o que perdiam nas demais atividades ‘protegidas” (FURTADO, 1983, pág.26).

Ainda de acordo com o autor, a atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas mãos e a conservá-lo sob o controle do grupo social diretamente comprometido com o processo produtivo. Por outro lado, como o capital investido na indústria está sendo constantemente renovado, a porta ficou permanentemente aberta para a introdução de inovações.

Seguindo essa periodização, durante a primeira fase, de domínio anglo-saxônico, grande parte dos excedentes gerados no mercado mundial foi canalizado para a Inglaterra, transformando Londres no centro orientador das finanças do mundo capitalista, no qual financiando os investimentos de infraestrutura em todo o mundo, que seguiam em função dos interesses do comércio internacional, viabilizou-se a implantação de um sistema de divisão internacional do trabalho que foi a marca definitivamente da evolução do capitalismo industrial.

Consequentemente, por canalizar os excedentes, a Inglaterra concentrou geograficamente o processo de acumulação de capital.

Contudo, na segunda fase da evolução do capitalismo industrial, a partir de indústrias leves que copiavam o padrão inglês, países como Estados Unidos e Alemanha, configurou uma indústria pesada, revolucionou toda a base industrial mundial, que em conjunto ao desenvolvimento do capital financeiro, determina-se uma ruptura em relação ao período anterior. A segunda fase, a partir deste processo, tem como marca a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, na qual a concorrência fica estabelecida em um nível superior, que, como alicerce, compreende as indústrias pesadas e o capital financeiro que impõem um novo tipo de exportação de capitais, diferente do que se evidenciava no período anterior. Contudo, a transição para essa etapa não é apenas um produto de fatores econômicos, mas, acima de tudo, a preponderante influência política.

O desenvolvimento do capital financeiro tem obviamente o protagonismo de grandes empresas corporativas que passaram a produzir continuamente mudanças nos padrões de consumo e propaganda, estrutura de renda, revolução conjunta na tecnologia e padrões burocráticos administrativos, e efeitos múltiplos e cumulativos da concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial. Porém, como observa Fernandes (1975), o que distingue a segunda fase é que, enquanto o período anterior tinha a concorrência nacional entre economias capitalistas que se instituíam conjuntamente, o Pós II Guerra, representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo.

As barreiras externas ao capital não detiveram seu impulso ilimitado. Este sistema de produção, a partir do avanço produtivo do próprio capital, determinou uma “invasão universal”. Os Estados nacionais das economias desenvolvidas foram necessariamente repressores através das inseparáveis contradições fundamentais⁹: monopólio e competição, crescente socialização do processo de trabalho e a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos e a divisão internacional do trabalho. Este impulso, atingindo um certo grau de desenvolvimento, constitui a passagem a um regime superior definido como Imperialismo¹⁰ (Lenin, 1979).

⁹ “(1) monopólio e competição; (2) a crescente socialização do processo de trabalho e a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos (por várias personificações do capital – de capitalistas privados às autoeternizadoras burocracias coletivas); e (3) a divisão internacional do trabalho, ininterrupta e crescente, e o impulso irremediável para o desenvolvimento desigual, que, portanto, deslocam necessariamente as forças preponderantes do sistema global do capital (no período posterior à Segunda Guerra Mundial, basicamente os Estados Unidos) para a dominação hegemônica. (MÉSZÁROS, 2016, pág.222)

¹⁰ “(...) quando certas características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se nos seus contrários, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior. O que, sob do ponto de vista econômico, existe de essencial neste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência constitui o traço essencial do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é exatamente o contrário da livre concorrência; mas nós vimos esta última converte-se, sob os nossos olhos, em monopólio, criando nela a grande produção, eliminando dela a pequena, substituindo a grande por uma ainda maior, levando a concentração da produção e do capital a um ponto tal que fez e faz surgir os monopólios: os cartéis, os sindicatos patronais, os trustes, e fundindo-se com eles, os capitais de uma dezena de banco que reúnem bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios não eliminam a livre concorrência de que nasceram: eles existem acima e ao lado dela, implicando assim contradições, fricções, conflitos particularmente agudos e violentos. O monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior.” (LENIN, 1979, pág.87)

A etapa imperialista é onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, é onde a exportação dos capitais adquire uma importância de primeiro plano. O mundo foi partilhado entre trustes internacionais, e se pôs à partilha de todo o território do globo entre as maiores potências capitalistas.

Este processo engloba, segundo Lenin (1979), pelo menos cinco caracteres fundamentais: concentração da produção e do capital atingindo um grau elevado que origina os monopólios, fusão do capital bancário e do capital industrial e, assim, a criação de uma oligarquia financeira, a importância particular que assume a exportação de capitais, a formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si e o termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de “restrição” é sinónimo de *crise* no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou a dor da devastação social não tem qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autoreprodução numa escala cada vez maior. (MÉSZÁROS, 2016, pág.253)

O capital que se projeta a partir deste momento, na forma de exportação de capitais, determina a forte influência das finanças internacionais com a hegemonia dos Estados Unidos. Apesar de persistir-se algumas tensões e rupturas entre outras nações centrais, este novo padrão, definido como imperialismo, é extremamente destrutivo para países periféricos como o Brasil.

Com enfoque ainda na transição nos novos elementos para a economia mundial. Este novo nexos cria três características combinadas: i) unidade entre capitalistas, ii) aumento da mobilidade do capital e iii) os antagonismos que se manifestam desse processo.

A primeira característica, com origem em algo “novo” denominado protencionismo, traz a ideia de que nações como Alemanha, Japão, França e Estados Unidos, ao buscarem superar a hegemonia britânica, constituíram dentro dos seus espaços nacionais uma indústria que não apenas confrontou-se ao padrão inglês, mas, que ao conseguir ao superá-la, modificou inclusive a lógica da competição intercapitalista. Diferente do período do capitalismo concorrencial pautado na competição por preço, o capitalismo monopolista tem como característica a competição pautada na redução de custos que se deram tanto pela inovação financeira quanto no âmbito produtivo¹¹. Neste contexto de rivalidade entre nações de capital monopolista que aponta no controle do comércio, tem como resultante o controle ainda maior de outros territórios, que ao não conseguirem conformar um espaço econômico nacional, servem apenas como fornecedores de recursos naturais e matérias primas, que oferecem aos países hegemônicos a redução dos custos para suas grandes corporações.

A segunda característica, como desdobramento da primeira, a partir da busca de redução de custos e novas oportunidades de negócio, as grandes corporações, em conjunto com o capital financeiro, amplificaram a mobilidade entre diferentes territórios em um nível jamais visto. A

¹¹ Ver David S. Landes, Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época.

concentração de capital, como um dos traços mais característicos do capitalismo “moderno”, tem como desdobramento uma relação antagônica. Ao abolir a “livre-concorrência”, a partir de cartéis e trustes, resguardam uma relação intrínseca entre o capital industrial e capital financeiro.

Contudo, apesar de resguardar vinculações com a atividade produtiva, “a aproximação com a produção de riqueza real se distancia, representando o puro jogo especulativo, no espaço no qual as ações se valorizam e desvalorizam intensamente no mercado secundário” (CAMPOS & SABADINI, 2014, pág.4).

Por outro lado, a reprodução do capital financeiro guarda uma relação monopolizada, que, ao aglutinar capitais de diferentes dimensões dentro de um mercado nacional, proporciona a exportação de capital para fora dos seus espaços econômicos nacionais. Evidentemente, esses trustes e cartéis, resguardam suas hegemonias, pois exportam não apenas capital no sentido da produção de substrato material ou no empréstimo de dinheiro pago por um prazo de validade a partir de amortizações, mas, sobretudo na instalação em outro território de matrizes para gerar valor **continuamente**.

O capital financeiro, uma expressão mais elevada e abstrata do capital, abre a possibilidade, por meio das diferentes teias abertas pelo capital mercantil, ampliar a acumulação por meio da exportação de capitais, seja na criação de empresas subsidiárias, de ações, de investimentos diretos externos, etc¹².

A partir do momento em que Hilferding nos sugere a interlocução entre a exportação de capital via trustes e cartéis, bem como a criação de lucros de fundador, nos parece que a sua noção de imperialismo se amplia ainda mais, saindo da mera relação com as sociedades anônimas para, também, entrar nos movimentos financeiros dos proprietários-acionistas. Com isso, há uma articulação maior entre o movimento geral do capital, no âmbito da totalidade, com as partes representadas pelos proprietários acionistas. Esses receberão lucros que somente lhes cabe. (CAMPOS & SABADINI, 2014, pág.8)

Por outro lado, as grandes empresas que descentralizaram parte de seus sistemas de produção, requerem um grau de coordenação das decisões econômicas muito mais avançado do que aquele que correspondia aos mercados atomizados do início do período. Essa maior coordenação foi inicialmente alcançada mediante a tutela do sistema bancário ou diretamente de órgãos do governo.

Sendo assim, a terceira característica, por fim, quando essas oligarquias exportam seus capitais levam para esses territórios, acima de tudo, uma relação social de controle e poder a partir do próprio capital com a concorrência intercapitalista a partir de uma plataforma nacional calcada no capital monopolista. Quando o capital financeiro, catalizador dos lucros dentro de um determinado espaço econômico nacional é exportado, tem como significado último a

¹² De acordo com Campos e Sabadini (2014), em análise fundada em Rudolf Hilferding, o capital financeiro constitui-se como um elo determinante no processo de exportação de capitais “que passa a substituir a noção de exportação de mercadorias, prevalecente até então” (pág.3). O capitalista, passa a atuar de maneira mais vinculada aos movimentos do capital monetário e acionista na bolsa de valores: a figura é de proprietário de papéis que lhe dão direitos a dividendos futuros.

transplantação de uma relação monopolizada para outros territórios: o que se exporta é uma relação social que reproduz suas contradições para além de sua origem.

...a criação de mais-valia nos países subdesenvolvidos e sua transferência, via sociedades anônimas, para o centro do capitalismo, foi, e continua sendo, um marco na dinâmica imperialista tanto no período histórico vivido pelo autor quanto na fase atual do capitalismo contemporâneo, associando-se, cada vez mais, à sua dimensão financeira, sendo a forma do capital fictício a mais desenvolvida e mistificada neste aspecto. Se naquele momento a lógica da expansão financeira se concentrava no capital financeiro, com maior participação dos bancos, atualmente tal relação ganha novos contornos no capitalismo contemporâneo, como pela crescente participação dos investidores institucionais representada pelos fundos de pensão e de investimento e seguradoras que procuram novas fontes de acumulação tanto na esfera produtiva quanto na especulação financeira. Adiciona-se a isso, o crescimento exponencial dos mercados mundiais exemplificados pelo maior número de sociedades anônimas, bem como pelo crescimento das transações entre os ativos financeiros. (CAMPOS & SABADINI, 2014, pág.8)

As grandes transferências de recursos buscaram áreas onde ofereciam menor resistência “à inovação, à concentração do poder de decisão, e também à destruição de valores culturais do passado e do patrimônio natural. Ao ganhar abrangência, o progresso agravou sua tendência concentradora” (FURTADO, 1992, pág.17). Isto posto, ao cumprir as necessidades de acumulação dessas empresas, comprime-se a capacidade do aparelho institucional dos países da periferia na coordenação e controle dos seus próprios circuitos comerciais, monetários e financeiros.

Sabemos que o Estado nacional, que desde o século XVIII se definiu como principal agente na ordenação das atividades econômicas, está perdendo, de uma ou outra forma, muitas de suas funções mais relevantes. A evolução institucional dos Estados Unidos de alguma maneira antecipou esse processo, donde a importância de observar detidamente o que ocorre nesse país. A mundialização dos processos econômicos norte-americanos prefigura o quadro institucional a que se propende atualmente. (FURTADO, 1992, pág.17)

Sendo assim, fica bastante claro que os países capitalistas dominantes deste mercado mundial defenderam seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais.

De acordo com Furtado (1992), esse espírito expansivo do capital apresentou duas tendências para as economias desenvolvidas. A primeira por uma nítida elevação da propensão para consumir, proporcionada pelo avanço tecnológico com a significação em privilegiar o curto prazo e reduzir o tempo de vida dos produtos. A segunda, relacionada à perda de eficácia das políticas macroeconômicas, que são resultado da crescente abertura para o exterior, que ao reduzirem o grau de governabilidade, repercutiram negativamente no nível de emprego destes. Nessa situação, essas mudanças estruturais ao buscarem atenuar o nível de desemprego nos países centricos aprofundaram a miséria nos países pobres.

Não se trata de um declínio dos Estados nacionais do centro, uma fragilidade, mas, o processo de transnacionalização, como derivação do processo capitalista além de interromper precocemente os níveis de produtividade e nas técnicas produtivas dos países periféricos,

representam acima de tudo uma perda de governabilidade destes territórios, amplificando a dominância dos países hegemônicos no mercado mundial.

Ora, a partir do momento em que o *motor* do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. Se se instalam plataformas de exportação no Nordeste, no estilo das 'maquiladoras' mexicanas, a integração regional com o exterior se fará por vários meios, em detrimento da articulação em nível nacional (FURTADO, 1992, pág.32)

Na lógica das empresas transnacionais, as relações externas, comerciais ou financeiras, "são vistas de preferência, como operações internas da empresa, e cerca de metade das transações do comércio internacional já são atualmente operações realizadas no âmbito interno das empresas." (FURTADO, 1992, pág.32).

Ademais, o processo de transnacionalização de capital é simplesmente a última derivação da acumulação de capital, sendo que "representantes das seções mais poderosas do capital compreendem que não estão em posição de dispensar a proteção oferecida por seus Estados nacionais aos seus interesses vitais" (MÉSZÁROS, 2014, pág.230).

Portanto, a suplantação das empresas do centro para outros territórios, como resultante do processo de acumulação, concentração e centralização de capitais, para o que agora conhecemos como *transnacionais*¹³, determina que influências externas atinjam não apenas esferas econômicas, mas ao fragmentar os territórios de países que não conformaram seus Estados nacionais, especialmente países que experienciaram a colonização, já que impõe também sua força nas sociedades e da cultura relativizando a possibilidade de reforçar o controle político interno que "ao afirmar sua raiz colonial, as classes dominantes circunscritas a um bloco transnacional fariam desse novo patamar da dependência o motor da modernização dos padrões de consumo, de modo a reiterar o curso de uma sociedade cindida e distante das veleidades civilizatórias" (CAMPOS & RODRIGUES, 2014, pág.407).

Essa transnacionalização que conta com estruturas da reprodução material do capital em conjunto a uma estrutura totalizadora de comando político, reforça ainda mais a dominação externa. Os desdobramentos que acarretaram por disputas territoriais ao redor do globo, moldados conforme os interesses econômicos dos EUA certificam que presumir que os Estados conformados nessa estrutura "adquiram a capacidade de reunir e 'conciliar' debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num 'governo mundial' [...] é pedir o impossível" (MÉSZÁROS, 2014, pág.244).

O Estado do sistema capitalista é também sua oposição real ou potencial a outros Estados, da mesma forma que o capital nada é sem sua oposição ao trabalho.

Pensar o Estado como instrumentalidade política de autodeterminações positivas (autossustentadas) significa esperar a restituição de suas funções controladoras alienadas em relação ao

¹³ Ênfase na análise deste trabalho o equívoco no uso do termo multinacionais para essas empresas, pois oculta a verdadeira face do processo. Estas empresas representam uma vigorosa ação de domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre os países periféricos.

corpo social e, com isso, o necessário “estiolar” do Estado. Na situação existente sob o domínio do capital, prevalece a negatividade que se afirma com implacável eficácia no plano da reprodução e no político, internamente e por meio das relações conflituosas entre os Estados.” (MÉSZÁROS, 2014, pág.245)

O movimento acima esboçado de constituição do modo de produção capitalista, engendrou transformações importantes que consolidou um sistema interestatal que, apesar da aparência homogeneização de interesses entre territórios, está, acima de tudo, constituído na rivalidade constante entre Estados nacionais.

A superacumulação que foi obtida no centro serve de mecanismo de extração de mais valia para além das suas fronteiras: a ferramenta de conquista e subordinação contínua, onde o imperialismo se renova. Sendo assim, por trás dos aspectos econômicos está uma dura realidade onde as grandes empresas destinam aos territórios periféricos não apenas a deterioração dos termos de troca, mas abrangem políticas de controle das finanças globais, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do militarismo, etc. (FERNANDES, 1975).

Mesmo que, para Lenin (1979), politicamente o imperialismo tenha uma tendência, de uma maneira geral, para a violência e a reação, se evidencia a força do capital financeiro como “anexador” nesta nova fase do capitalismo. Terminada a partilha, subsiste, a concorrência de vários imperialismos e a supremacia do financista sobre o comerciante, considerando que a necessidade de expansão permanente do capitalismo sob a égide do capital financeiro impõe a submissão econômica dos países de economias atrasadas.

A incorporação ao mercado mundial e às estruturas internacionais de poder numa posição heteronômica envolve uma forma peculiar de integração nacional. Nenhum país possui uma economia homogênea e potencialidades organizadas de desenvolvimento autossustentado efetivo. A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral, das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna.

Para tanto, sob a égide do capitalismo monopolista, sob uma estrutura de cartéis que estabelecem entre si, temos acordos sobre as condições de venda, trocas, repartição dos mercados entre si, determinação das quantidades dos produtos a fabricar, fixação dos preços, repartição dos lucros, etc¹⁴.

¹⁴ (HILFERDING, 2003, pág.52) “...o cartel provoca também uma ampla intensificação das relações entre banco e indústria. Ao ser abolida a livre-concorrência na indústria, tem lugar, primeiramente, um aumento da taxa de lucro. Essa taxa de lucro aumentada desempenha um importante papel. Quando a exclusão da livre-concorrência se produz por meio da fusão, uma nova empresa é fundada. Essa empresa pode contar com um lucro elevado. Esse lucro alto pode ser capitalizado e formar lucro de fundador. Este desempenha um papel duplamente importante com vistas à realização do truste. Primeiro, sua consecução é um móvel muito importante para os bancos promoverem a monopolização. Segundo, uma parte do lucro de fundador pode ser empregada para forçar elementos que resistem, mas que são importantes, a vender suas fábricas mediante o pagamento de preço de compra alto, isto é, para facilitar a realização do cartel. Talvez se possa expressar isso desta forma: o cartel exerce uma procura nas empresas de um ramo industrial; essa procura eleva seu preço até certo nível; esse preço elevado é pago com uma parte do lucro de fundador.”

Essa questão deixa clara a restrição maior das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente, isto é, quando ainda não se há realizado a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas que caracteriza as regiões desenvolvidas.

Territórios que não conseguiram constituir seus espaços econômicos nacionais sem poder no mínimo estabelecer um grau de autonomia relativa perante um sistema global estritamente hierárquico. Sendo assim, este processo demarca restrições clara a países como o Brasil.

(...) o padrão mundial de acumulação vigente desarticulou, entretanto, as economias nacionais ao fragmentar as bases de extração e realização de valor, relativizando o campo de ação de políticas nacionais. Em economias periféricas como a brasileira, tal processo impõe uma subordinação externa que se caracteriza por aprofundar a natureza dependente e subdesenvolvida delas. Nesse sentido, a internacionalização produtiva da economia brasileira nos anos 1950 aliada ao período de endividamento externo dos anos 1960 e 1970 chancelou essa condição, revelada pela crise da dívida externa a partir de 1982. (CAMPOS & RODRIGUES, 2014, pág.378)

O dinamismo que economias desenvolvidas atingiram, a partir de um processo de integração de mercados, tem em seu princípio a subordinação contínua dos países periféricos. Esses países, classificados como subdesenvolvidos enfrentam de forma dinâmica a busca pela acumulação de capital dos países do centro.

Desde logo, temos que de caracterizar a relação da questão nacional e o impacto da transnacionalização do capital em países periféricos. Portanto, quando confrontados com a intensidade desses investimentos concentrados em certas porções do território, seja em projetos de infraestrutura, implantação de indústria, megaeventos, entre outros, são influências externas que redefinem continuamente suas estruturas.

Como já dissemos, a exportação das contradições dessa relação não se conforma apenas nas estruturas econômicas. A força ideológica que vem em conjunto ao processo de transnacionalização compatibiliza também a questão da produção do espaço urbano.

1.2 – OS CIRCUITOS DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

De acordo com Campos e Sabadini (2014), em análise fundada em Rudolf Hilferding, o capital financeiro constitui-se como um elo determinante no processo de exportação de capitais “que passa a substituir a noção de exportação de mercadorias, prevalecente até então” (pág.3). O capitalista, passa a atuar de maneira mais vinculada aos movimentos do capital monetário e acionista na bolsa de valores: a figura é de proprietário de papéis que lhe dão direitos a dividendos futuros.

Este processo permitiu na década de 1970 um processo de reestruturação produtiva, onde as economias desenvolvidas descentralizaram parte de seu sistema de produção, transnacionalizando suas grandes empresas para outros países. A partir disso, as economias dos países desenvolvidos alcançaram um forte dinamismo, onde as atividades transnacionalizadas foram, por muito tempo, o segmento mais dinâmico do comércio internacional (FURTADO, 1992). Por outro lado, este processo transformou as estruturas das grandes cidades desses países desenvolvidos.

Como o capitalismo se baseia justamente na expansão, a descentralização produtiva experimentada por países centrais, especialmente da década de 1980, evidenciou em seus centros urbanos a transformação de áreas industriais em locais degradados e abandonados. Cidades como Detroit e Turim, que foram cenários das transformações na introdução de grandes indústrias descritas anteriormente, com a descentralização produtiva, rapidamente sofreram com a depreciação imobiliária.

As soluções encontradas por esses países desenvolvidos, por muitas vezes mais uma retórica do que um fato em si, foi na intensificação da produção de escritórios, trazendo consigo o discurso dos avanços na tecnologia da informação como indutor das transformações das cidades.

Nova York, Londres, Tóquio, evidenciaram o surgimento de edifícios “modernos” associados como um fator motivador para “novas centralidades urbanas”. A sistematização de elementos de uma “cidade-global” partia da possibilidade de “pontos nodais” na relação entre o mercado mundial (palco de grande volume de negócios transnacionais) e nas economias nacionais, onde as cidades disputariam por captar sedes de grandes empresas, preferencialmente as com ênfase nos setores financeiro e bancário, pois, seria onde supostamente existia um declínio das atividades industriais.

O incentivo para atração dessas empresas seria na produção, por parte do governo das cidades, de uma ampla e disponível infraestrutura de telecomunicações e informática concentrada em determinados “distritos”. Concomitantemente, estas cidades reuniriam trabalhadores com um alto grau de especialização em negócios e serviços financeiros.

Este fenômeno serviu para alguns ideólogos afirmar que a partir da construção de imóveis comerciais, estes projetos representavam a base de adaptação das novas transformações econômicas. Portanto, nesse sentido, a globalização traria efeitos positivos para as grandes cidades que se adaptassem a essas exigências. O que reforçou essa argumentação foi a forte expansão imobiliária, sobretudo comercial, nas grandes cidades que reuniram essas “qualidades”. Com a desintegração do sistema econômico, as cidades passariam a concentrar funções de comando, pois tornaram-se locais de produção pós-industrial para as empresas de ponta, sejam financeiras ou de serviços especializados. A transnacionalização combinaria dispersão geográfica e integração mundial ocasionando um novo papel estratégico para as grandes cidades, em outras palavras, as “cidades-globais” seriam o território privilegiado para a acumulação e a concentração do capital transnacional (SASSEN, 1996).

Contudo, essas análises pouco dão conta das relações dinâmicas e divergentes que são próprias do sistema capitalista de produção.

...a matriz teórica da “cidade-global” aparece como para evidenciar um “modelo que deu certo”, usando o caso das cidades mais poderosas na liderança desse capitalismo “pós-reestruturação produtiva” (FERREIRA, 2007, pág.22)

Essas concepções induzem a concentração de esforços das cidades voltadas aos negócios “de ponta”, com os poderes públicos apostando em projetos imobiliários comerciais privados no objetivo de causar “efeitos sinérgicos” para atrair investimentos privados para reurbanização. Contudo converter ambientes de desinvestimento em mercados imobiliários dinâmicos,

escondem neste discurso os gastos bilionários na intenção de dispor a pequenos grupos o retorno de seus investimentos.

...a flexibilização e desregulação da economia mundial, sob a liderança do *tatcherismo* e do *reaganismo*, associadas ao aumento do capital financeiro circulante na economia global, [...], fizeram com que o mercado de escritórios nos países industrializados se beneficiasse da maior disponibilidade de capitais para financiamento imobiliário decorrente justamente do processo de flexibilização. (FERREIRA, 2007, pág.133)

Longe de conformar diagnósticos associados a um processo de “financeirização do espaço urbano”, menos ainda afirmar sobre uma “nova dominância do capital financeiro sobre as políticas estatais”, porém, com a especulação imobiliária nos centros urbanos, presenciou-se os incorporadores agindo em função da expectativa de rentabilidade que determinado investimento imobiliário propicia, gerando uma sobrevalorização de preços (FERREIRA, 2007, pág.134). Esses agentes, na busca de tornar as cidades “competitivas” e aptas para atrair este fluxo de capital internacional em o quadro de deterioração urbana, mascara a lógica do sistema de produção capitalista.

Se o movimento expansionista do capital tem sua busca incessante pela acumulação, é genuíno trazer a reflexão do capital na sua superação de barreiras em cooptar o território na satisfação de suas próprias necessidades.

É evidente que os próprios países centrais foram no sentido de se beneficiar da crescente disponibilidade de capitais fictícios na transformação de espaços urbanos. Contudo, as análises que defendem a produção do espaço urbano a partir da criação da “cidade-global”, escondem que por trás dessas transformações concretas, como Barcelona por exemplo, são “carregados de interpretações de caráter fortemente ideológicos” (FERREIRA, 2007, pág.97) e os promotores destes investimentos têm acima de tudo na busca dessa dinâmica, a maior rentabilidade de seus próprios capitais.

É importante ressaltar que este processo veio acompanhado de um forte discurso de liberalização e desregulamentação do aparelho institucional dessas cidades, pois, para reverter a degradação, as cidades deveriam ser “competitivas” e aptas para atrair os fluxos de capital e de negócios da economia global, para assim reverter a deterioração de seus centros, assim como a resolução de problemas básicos como habitação, saneamento, etc.

Portando, os agentes dominantes, ao declararem que as necessidades deveriam torna-se competitivas para captar os fluxos globais de investimento, apontavam que as “soluções” a partir de um planejamento estratégico e de *marketing* urbano, com o conceito da “cidade-global”, solucionariam problemas socioeconômicos.

Isso permitiu uma rápida intensificação da atividade imobiliária de escritórios nesses países durante os anos 80 e, em alguns casos, tal situação pode ter levado a movimentos de grande expectativa de rentabilidade nesse setor, o que gerou, em algumas cidades, as chamadas “bolhas especulativas”. Esses movimentos especulativos podem ter ligação, por sua vez, com a proliferação da visão ideológica de que as cidades teriam que se “adaptar” às exigências de competitividade da economia globalizada e do aumento das atividades

terciárias, aumentando a produção imobiliária para responder a essa “nova” demanda. (FERREIRA, 2007, pág.141)

Ademais, para potencializar os altos ganhos imobiliários, a localização torna-se fator diferencial. A terra urbana é condição necessária a realização de qualquer atividade na cidade, porém a possibilidade de criar fatores diferenciais (vista privilegiada, locais de fácil acesso, segurança, etc.) quando anexada essa lógica ao fluxo do capital, proporciona grandes rendas diferenciais ao proprietário.

O proprietário de terra capaz de participar diretamente de negociações na transformação do território urbano adquire um direito sobre as receitas futuras antecipadas, um direito sobre os frutos futuros do trabalho. Contudo, cabe ressaltar, o que é comprado e vendido não é a terra, mas o direito a renda futura produzida por ela. Sendo assim, análises das áreas que se revitalizaram a partir do terciário avançado, colocam que a resposta dos países desenvolvidos em revitalizar espaços degradados, fortes discursos de potencializar desenvolvimento, criação de “vantagens comparativas”, etc. trazem consigo determinações muito mais profundas do que os teóricos a favor da “cidade-global” e do *marketing* urbano querem fazer a crer.

...nessa dinâmica é muito fácil entender como a influência sobre a máquina pública pode render benefícios significativos a quem conseguir direcionar os investimentos do Estado segundo seus interesses de valorização [...]. E também é fácil perceber que a disputa por localizações ocorre à medida que estas rendem lucros, ainda mais em cenários – como o das cidades subdesenvolvidas – em que o trabalho social investido (a infra-estrutura) não é homogênea, mas sim escasso e pontual, exacerbando desequilíbrios e preços. (FERREIRA, 2007, pág.140)

Aparentemente a aproximação com a produção de riqueza real se distanciou e esses capitais representem jogo especulativo, no espaço no qual as ações se valorizam e desvalorizam intensamente no mercado secundário. Contudo, a questão se torna ainda mais grave pois, a reprodução do capital financeiro, guarda uma relação monopolizada, que ao aglutinar capitais de diferentes dimensões dentro de um mercado nacional, cria-se uma estrutura de dominação onde o imperialismo se renova (CAMPOS & SABADINI, 2014). Por outro lado e de forma complementar, este capital ao se defrontar com territórios urbanos capaz de amplificar sua acumulação, não é exagero imaginar, que este, coloca em novos patamares os problemas enfrentados pelas cidades em coletivizar o uso de equipamentos urbanos.

O capital financeiro ao catalisar lucros de diferentes dimensões, dilatam sua coerção nos territórios selecionados espaços de acumulação. Ao contrário do período de capital concorrencial, este capital é lucro capitalizado que ao reunir diferentes lógicas em uma só, tem uma capacidade de extração em níveis muito mais elevados do que os períodos anteriores.

A cidade é local de concentração de diferentes atividades econômicas e sociais, com a relação espaço-tempo sendo restringida a partir destes mecanismos, que impõem que determinadas localidades tenham que ser mais atrativas do que outras. A disputa do uso do solo pautada a partir das regras capitalistas, a terra definida como propriedade privada, com a resolução deste conflito de interesses definida no mercado, consubstancia uma dinâmica ainda mais perversa para o trabalhador.

A cidade evidentemente se caracteriza como um ambiente construído, seu espaço é produzido como fruto do trabalho social. Como os ganhos, logicamente, resguardam a relação capital e trabalho, que perpetuam uma relação na extração de valor, os ganhos são concentrados a uma classe, ainda que ocorram valorização fundiária, percentual da obra, renda do aluguel e valorização patrimonial aos trabalhadores.

Como a localização resguarda a relação social de exploração do trabalho: a produção da cidade fruto de um trabalho social, dependerá sempre da especificidade das relações sociais de onde esse produto social se situa. Ainda que as economias desenvolvidas tenham respondido positivamente a criação de áreas do “terciário avançado”, criação de “vantagens comparativas”, aproveitamento de períodos de oportunidade de grandes investimentos, e, até em alguns casos na transferência entre circuitos primários e secundário, a produção do espaço urbano evidencia as limitações na exportação de modelos na produção de cidades que não reconhecem as relações intrínsecas entre capital-trabalho. Em outras palavras, ao aceitar que o conceito de “cidade-global” que se acompanha por políticas de liberalização da economia, proporcionará efeitos positivos a todas as cidades, é ignorar que etapa imperialista do estágio do capital monopolista exista como forma de coerção ativa e dinâmica.

Logo, considerando que os fluxos globais de capital preservam nexos imperialistas de uma conformação hierárquica do mercado mundial. Portanto, uma análise parcial de áreas que reagiram positivamente renovando seus centros através do desenvolvimento do “terciário avançado” sem considerar as especificidades de cada caso, não alcança a totalidade das relações envolvidas. O processo de transnacionalização de capital contribuiu na ilusão da possibilidade das cidades poderem se adaptar a um processo substancialmente hierárquico, onde apenas importar determinados modelos institucionais de desregularização, se “adaptar” as exigências desses fluxos de capital, concentração de investimentos em determinadas localizações, não compreende que a ação típica do capital financeiro é exportar suas contradições para além de suas fronteiras, podendo extrair valor numa relação de controle.

Ainda que a ótica da acumulação de capital na conformação hierárquica da economia mundial produza infraestruturas modernas gerando rentabilidade aos agentes responsáveis. A oferta imobiliária responde aos interesses por localizações, criadas historicamente, à medida que estas rendem lucros a estes. A influência das dinâmicas macroeconômicas se dá na medida em que elas possam se sobrepor aos processos locais (FERREIRA, 2007).

Contudo, é importante considerar que o processo de produção do espaço construído também responde a uma dinâmica socioeconômica e política de âmbito local. Modelos de “desenvolvimento” a partir da “cidade-global”, assumem manifestações ainda mais perversas em economias de capitalismo dependente, quando cidades desses países decidem apostar no crescimento do “terciário avançado” para aproveitamento das “oportunidades”¹⁵. De acordo com Vainer (2013), adotar mecanismos de “se portar” na atração de investimentos a parte da lógica local determinam rupturas institucionais, urbanísticas, legais, no mercado imobiliário local, simbólicas e escalares que introduzem novas relações que vão tanto do ponto de vista financeiro-econômico quanto do ponto de vista cultural.

¹⁵ A partir de estudos de FIX (2001, 2007) e FERREIRA (2007) é possível observar como esses modelos adotados se reproduzem em economias periféricas.

Portanto, a lógica de focalizar a possibilidade de desenvolvimento urbano para um único objetivo, cooptando a máquina pública na produção de distritos voltado aos interesses empresarias. Desperta atenção na importância de se discutir as especificidades das dinâmicas locais, sobretudo as da economia de capitalismo dependente. Se aceção foi representada tanto pelos “promotores”, intelectuais, políticos, jornalistas etc., é importante destacar como este processo se conforma no espaço urbano brasileiro.

1.3 – CAPITALISMO DEPENDENTE E REPRODUÇÃO URBANA

O crescimento urbano no Brasil sempre se deu com exclusão social desde a introdução do trabalhador livre na sociedade brasileira. O se evidenciou com essa nova dimensão, foi a acumulação industrial trazendo uma quantidade maciça de trabalhadores do campo, a segregação na produção habitacional, a segregação racial¹⁶, etc.

As verdadeiras raízes do processo se encontram em um passado ainda mais remoto. Como aponta Maricato (2001), o peso do escravismo se mantém presente na sociedade brasileira até os dias de hoje. Não só pelo fato de grande parte dos trabalhadores atuarem fora do mercado formal, mas, mesmo os que atuam regularmente empregados, “apelam para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas. Isto é, ela não participa do mercado hegemônico” (pág. 22).

O caminho colocado pelos órgãos públicos e privados insistem que, ao promover o crescimento econômico traríamos a redução das desigualdades: as potencialidades do crescimento e criação de renda reduziria os problemas urbanos¹⁷. Como poderemos observar no Capítulo III, o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro foi apresentado continuamente como um elemento chave para o desenvolvimento regional do Estado do Rio de Janeiro.

Mesmo que na história brasileira contar com períodos de crescimento econômico, atração de investimento externo, megaeventos, etc. as mazelas evidenciadas pelas cidades brasileiras persistem. Logo, é preciso compreender como a universalidade capitalista, isto é, suas leis de funcionamento como um todo, tem sua endogeneização nos países periféricos e dependentes.

Portanto, fazer essa mediação para não correr o risco de produzir uma análise parcial; sumariamente compreender como os condicionantes do passado de uma sociedade colonial reverberam ainda no período atual mesmo após períodos de crescimento econômico.

Essas ponderações possuem uma importância fundamental para uma análise fidedigna dos componentes econômicos e políticos na estruturação das cidades brasileiras. Para tanto, tendo em vista as especificidades dos condicionantes externos, para este item reservo uma análise, das especificidades da América Latina e conseqüentemente do Brasil.

¹⁶ Ver ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro), 1989

¹⁷ O uso da palavra “oportunidade” no Plano Diretor do Arco Metropolitano (2011), aparece de forma recorrente dando a ilusão de que os municípios rapidamente se beneficiariam das potencialidades do projeto. Órgãos como a FIRJAN do Rio de Janeiro reforçam constantemente as potencialidades do Arco Metropolitano na criação de empregos, oportunidades de negócio, etc.

1.3.1 – ENDOGENEIZAÇÃO DOS CONDICIONANTES EXTERNOS NA AMÉRICA LATINA

De acordo com Fernandes (1975) as sociedades da América Latina são produtos da expansão do sistema de reprodução ocidental. Para o autor, esse transcurso histórico definiu nessas nações um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático, que no decorrer da história adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional desses países. Como aponta o autor, a forma de organização capitalista nesses países adquiriu uma organização plutocrática da sociedade onde sempre se concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder para alguns estratos privilegiados. Sob este aspecto, na economia das sociedades latino-americanas, se evidencia que o núcleo de comando integrado e expansivo da ordem social competitiva, é, quantitativamente reduzido e qualitativamente pouco dinâmico.

No fundo, quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente como “integrados” e “desenvolvidos”. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política, etc. (FERNANDES, 1975, pág.37)

Mesmo que as estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas nesses países possam absorver as transformações do capitalismo, as mesmas inibem a integração nacional e a possibilidade de um desenvolvimento autônomo. Por outro lado, a mesma dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, impede a revolução nacional e uma autonomia real.

Como aponta Fernandes (1975), essa situação heteronômica é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos, em outras palavras, setores que possuem o controle das sociedades da América Latina são tão interessados e responsáveis por essa conjuntura quanto os países hegemônicos. Portanto, ainda que o centro hegemônico tenha historicamente causado a destruição de condições econômicas, sociais e políticas que impediram a América Latina de realizar revoluções nacionais através do capitalismo, as classes internas, possuidoras e privilegiadas, continuamente tentam reconstruir seus interesses oligárquicos restringindo as grandes massas a sua participação na história, onde, para resguardar os seus privilégios utilizam da violência, seja, por meios políticos indiretos e através do Estado, como forma de manutenção do *status quo* (FERNANDES, 1975).

Esse esforço da classe dominante em concentrar renda, prestígio social e poder, apenas tornou-se possível, porque ao contrário dos países hegemônicos que tinham uma estrutura social bipolar, o que se observa nos países da América Latina é uma composição multipolar que se transformam preservando a mesma orientação e sentido sem que as disparidades econômicas, socioculturais e políticas sofram alterações.

O privilégio social das classes “altas e “médias”, como e enquanto classes, repousa, portanto, em processos que ficam, largamente, fora e acima das funções classificadoras do mercado e das funções estratificadoras do sistema de produção (vale dizer, da ordem social competitiva propriamente dita). [...] Do outro lado, essa base estrutural revela-se demasiado acanhada em face das tensões estruturais, produzidas através das relações com as classes

assalariadas ou despossuídas. Qualquer ameaça à estabilidade da ordem adquire a feição de uma catástrofe iminente e provoca estados de extrema rigidez estrutural (uma situação na qual o “medo ou temor de classe” surge como o equivalente histórico do “medo ou temor étnico”). (FERNANDES, 1975, pág.70)

Nesta configuração, mesmo que impulsos modernizadores possam vir de forma externa, estes anulam-se antes mesmo de tornarem-se um catalizador revolucionário capaz de converter a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto para anular o passado colonial e conseqüentemente a perversa estratificação social nesses países.

As classes dominantes das nações da América Latina mesmo importando sentidos modernizantes e estimulando a proletarização, se nega em aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva. Essas burguesias exilam o destituído da ordem civil o limitando a participação econômica, cultural e política dos trabalhadores, onde, como efeito, reduzem a si mesmas como agente histórico revolucionário. Em vista disso, ao restringir a competição e o conflito a privilégios espúrios, essas burguesias espoliaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras e revolucionárias (FERNANDES, 1975).

Logo, por não conformarem um espaço econômico nacional para o confronto no mercado mundial, essas nações condenaram-se à impotência diante dos países hegemônicos.

A continuidade e a constante renovação dos vínculos de subordinação ao exterior e da satelitização dos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos não se impõe colonialmente; mas graças a uma modalidade altamente complexa de articulação (parcialmente espontânea, parcialmente programada, orientada e controlada) entre economias, sociedades e culturas com desenvolvimento desigual, embora pertencentes à mesma civilização. As duas faces dessa modalidade de articulação são o “imperialismo econômico” e o “capitalismo dependente”, os dois frutos mais importantes do capitalismo maduro em escala internacional. (FERNANDES, 1975, pág.59)

Os espasmos de crescimento econômico, portanto, renovam e fortalecem a estratificação social. Ao abdicarem de qualquer autonomia relativa perante o mercado mundial, as burguesias latino-americanas dilatam, por outro lado, seu poder a partir das funções políticas para a condução de seus negócios, pois, a partir dessa conformação, incapacita a população, por exemplo, a possibilidade de se provocar uma revolução urbana.

Esse capitalismo dependente repete a história social do campo se reproduzindo na evolução de suas cidades.

...não se estabeleceu na “era industrial” - como não se estabelecera anteriormente com a produção e a exportação de produtos primários – uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização. Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, as estruturas socioeconômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes. (FERNANDES, 1975, pág.42)

Como aponta Furtado (1992), o que é observado na América Latina é uma própria variante do desenvolvimento das economias hegemônicas que, através do protencionismo de suas

estruturas financeira, industrial e política, afirma sua tendência dominante. Consequentemente, de forma simultânea e paradoxal, o capitalismo dependente evidenciado na América Latina, ao plutocratizar as estruturas de comando, oferece ao regime de classes uma base econômica que reproduz, aos níveis de organização da sociedade, do poder, racial e gênero, a própria realidade estrutural e histórica do capitalismo dependente. Este tipo de capitalismo une o arcaico ao moderno e estimula a ambígua relação da arcaização do moderno ou a modernização do arcaico na proteção de seus negócios.

Verifica-se, [...], que o capitalismo dependente não tem condições para gerar uma ordem social competitiva estável e dinâmica. O subdesenvolvimento econômico não só envolve a perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas. Promove a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida. (FERNANDES, 1975, pág.64)

Sendo assim, como as condições estruturais e dinâmicas nessas nações não se organizam para fomentar o funcionamento, o crescimento e o desenvolvimento autônomo da economia, evidentemente temos rebatimentos limitantes na reprodução dessas sociedades e da cultura, permitindo que as influências externas se incorporem maciça e diretamente onde, o centro hegemônico renova o imperialismo a partir da expansão das grandes empresas nos países latino-americanos. Portanto, mais uma vez, perdão o reiterativismo, o desafio que se coloca para essas nações, não é apenas na produção de riquezas, mas como produzi-la, retê-la e distribuí-la para criar no mínimo uma verdadeira economia capitalista moderna.

1.3.2 – CAPITALISMO DIFÍCIL: O IMPASSE DA POLÍTICA URBANA NO BRASIL

Quando a industrialização na década de 1930 conduziu a expansão capitalista no Brasil, impôs-se um processo de rápida urbanização. A partir dessa conformação, a lógica do capitalismo dependente fica muito clara nas cidades brasileiras, pois com o avanço da industrialização, problemas relacionados a habitação, saneamento básico, meio ambiente, saúde, educação, etc. se exacerbam.

Como apresenta Maricato (2002), as grandes cidades no Brasil não desenvolveram suficientemente uma capacidade produtiva para atender com emprego a população imigrante relegando esta ao terciário informal. As cidades passaram, ao que a autora denomina de “desarticulação da rede urbana” com a formação de megapólos “desproporcionalmente grandes”.

Portanto, mesmo com uma dita “onda modernizante” que foi o processo de industrialização, não teve o acompanhamento da infraestrutura necessária e dos serviços, que, deveriam fazer da cidade o signo da superação do arcaico e do atraso nas sociedades ocidentais (ROYER, 2009).

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deveria, supostamente, se dar pelo mercado. Mas isso não aconteceu no começo do século XX, como não acontece até o seu final. Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravismo estaria

presente, na sociedade brasileira, muito após a sua abolição. Não só grande parte dos trabalhadores atua fora do mercado formal como, mesmo aqueles regularmente empregados na moderna indústria fordista, apelam para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas. Isto é, ela não participa do mercado hegemônico (MARICATO, 2001, pág. 22)

Nesse contexto, cabe ressaltar a reflexão crítica feita por Florestan Fernandes (1981) sobre a tipologia do capitalismo dependente como um **capitalismo difícil**. A crise do poder burguês, que emerge sob a égide do capitalismo monopolista, se manifesta no Brasil “na junção da oligarquia com os novos rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria.” (FERNANDES, 1981, pág.215). A lógica desse capitalismo decorre inclusive, a ponto de levar a classe dominante em adotar fórmulas desenvolvimentistas que, permitiu, mediante rearticulações mais ou menos rápidas com o centro hegemônico, altas taxas de crescimento econômico.

...embora os fatores internos sejam essenciais para qualquer processo de crescimento e de desenvolvimento, pois deles dependem a eficácia e o progresso dos dinamismos externos, são os dinamismo externos que “decidem” as transformações decisivas (especialmente quando está em jogo a manutenção de um “nível ótimo” de crescimento interno ou a realização de transições que requerem modelos mais complexos de desenvolvimento associado e dependente). [...] o crescimento e o desenvolvimento por associação dependente e incorporação impõem um limite à integração nacional da economia, da sociedade e da cultura. (FERNANDES, 1975, pág.79)

Consequentemente, a economia nacional fica imposta aos dinamismos da economia capitalista mundial que impôs e impõe seu próprio tempo histórico de fora para dentro com seus momentos de verdade e decisão. Sendo assim, a influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara, mas morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais apenas para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite, pois, avançar “representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa” (FLORESTAN, 1981, pág.206) À vista disso, economias como a brasileira, mesmo que apresentem altas taxas de crescimento, não conduzem à uma autonomização relativa capaz de romper com os vínculos de dependência.

A ordem social competitiva da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida desgasta as “massas trabalhadoras”, a “gente pobre” e as “classes operárias”, reduzindo a quase nada suas potencialidades de canalizar institucionalmente seus anseios de reforma social ou de mudança social progressiva. (FERNANDES, 1975, pág.83)

Em vista disso, o processo de industrialização no Brasil, sob a direção de empresas transnacionais dos países hegemônicos, a partir do segundo conflito mundial, corresponde a uma terceira fase na evolução do capitalismo industrial, sob a égide do capitalismo monopolista e estágio do imperialismo total, que se inicia com um processo de integração das economias nacionais que formam o centro do sistema. Portanto, o movimento de capitais à periferia permitiu para as grandes empresas se implantar nos subsistemas nacionais para que as

estruturas oligopólicas viessem a abranger o conjunto desses subsistemas, onde, nos moldes capitalistas, condenam à eternização da dependência e do subdesenvolvimento.

Captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais significativas. Mas se algo sabemos com segurança é que subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno. (FURTADO, 1983, pág.22)

O adensamento de um mercado de capitais a partir da segunda metade dos anos 60, constitui um coroamento desse processo, pois permitiu às grandes empresas liberar-se de limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais. A atrofia dos mecanismos de comando segundo Furtado (1992), é a prevalência de estruturas de decisões transnacionais¹⁸ voltadas para a planetarização dos circuitos de decisão. Este fenômeno adotado como modelo de crescimento, comandado entre conglomerados privados, crescente interligação nos circuitos financeiros, tem como marca a progressiva a concentração de renda que define novos marcos para a problemática do subdesenvolvimento.

De um lado, uma pressão de fora para dentro, nascida das estruturas e dinâmismos do capitalismo monopolista mundial. Fortificando-se num crescendo avassalador, essa pressão ameaçou vários interesses econômicos internos e pôs em causa a própria base material de poder de certos setores da burguesia brasileira. Essa pressão continha um elemento político explícito: condições precisas de “*desenvolvimento com segurança*”, que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento. (FERNANDES, 1981, pág.216)

Portanto, apesar da integração de mercados e a transnacionalização de capital dispor um crescimento econômico, através de elevadas taxas de crescimento nos países periféricos, salienta-se o caráter desintegrador do processo. Por um lado, ao contrário de outras burguesias que forjaram suas próprias instituições de poder social usando o Estado para arranjos mais complicado e específicos, essa específica burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político utilizando a máquina pública na garantia da rentabilidade de seus negócios. Permitiu-se a entrada de atividades industriais, mas desde que não afetasse os seus próprios privilégios, e como dito anteriormente, o uso do Estado como instrumento de repressão inibindo a ascensão do povo na história. Ainda de acordo a essa influência externa, quando o motor do

¹⁸ Devemos reconhecer que a concorrência, forma predominante de relações mercantis na Grã-Bretanha do século XIX, deixou de ocupar tal posição, não só ali como em todos os outros pontos do mundo capitalista. Hoje, a unidade econômica típica na sociedade capitalista não é a firma pequena que fabrica uma fração desprezível de uma produção homogênea, para um mercado anônimo, mas a empresa em grande escala, à qual cabe uma parcela significativa da produção de uma indústria, ou mesmo de várias indústrias, capaz de controlar seus preços, o volume de sua produção e os tipos e volumes dos seus investimentos. A unidade econômica típica, em outras palavras, tem os atributos que foram outrora considerados como exclusivo dos monopólios. É impossível, portanto, ignorar o monopólio ao construirmos nosso modelo da economia, e continuar tratando a concorrência como o caso geral: numa tentativa de compreender o capitalismo em sua fase monopolista, não nos podemos abstrair do monopólio ou introduzi-lo como um simples fator modificante – devemos colocá-lo no centro mesmo do esforço analítico. (BARAN & SWEEZY, 1974, pág.15)

crescimento deixou de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional posta por países hegemônicos, culminou na redução dos efeitos de sinergia gerados pela interdependência de distintos territórios que, ao fim do processo, se enfraqueceram, pois, os vínculos de solidariedade entre elas se reduziram consideravelmente.

Na lógica das empresas transnacionais, as relações externas, comerciais ou financeiras, são vistas, de preferência, como operações internas da empresa, e cerca de metade das transações do comércio internacional já são atualmente operações realizadas no âmbito interno de empresas. As decisões sobre o que importar e o que produzir localmente, onde completar o processo produtivo, a que mercados internos e externos se dirigir são tomadas no âmbito da empresa, que tem sua própria balança de pagamentos externos e se financia onde melhor lhe convém. (FURTADO, 1992, pág.32)

Quando não se realiza minimamente uma “homogeneização” nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas, observada nos países desenvolvidos, em economias subdesenvolvidas, a perda de governabilidade já não se contará com a integração das economias regionais e a formação do mercado interno como um motor do crescimento. O que se observa é que quando a “alternativa consiste em apoiar-se, de preferência, no mercado internacional, [...] significa depender da dinâmica das empresas transnacionais” (FURTADO, 1992, pág.32).

Quando as lógicas dos interesses econômicos têm sua determinação por conexões internacionais, em conjunto com os interesses corporativos e se organizando para dificultar a mobilidade da mão-de-obra, os vínculos de solidariedade entre regiões terão necessariamente que se debilitar, quando não, estas diferentes regiões dentro desse território competem entre si na atração de investimentos diretos externos.

Tratando-se de uma economia subdesenvolvida, a exaustão dos efeitos de sinergia provocada pela integração internacional indiscriminada terá necessariamente resultados mais amplos no plano social. É de esperar que o espírito corporativo se exacerbe com a contração do mercado de trabalho e que, em consequência, se caminhe para uma redução, de forma disfarçada, da mobilidade geográfica da mão de obra. Havendo solidariedade entre patrões e empregados que dificulte o acesso a segmentos privilegiados do mercado de trabalho, os reflexos no plano político virão sem demora, compartimentando-se regionalmente os interesses envolvidos. É a gestação de conflitos regionais cujo alcance conhecemos da história trágica de outros povos. (FURTADO, 1992, pág.33)

As contradições que engendram o subdesenvolvimento consubstanciam-se entre a amálgama do passado colonial que se funde com o lado moderno do capitalismo¹⁹ tendo como resultado a formação de uma “conjuntura mercantil” precária em que, por um lado a mobilidade espacial do capital internacional não constitui um mercado interno que se firma como instância estratégica da concorrência intercapitalista e, de outro, a presença no território nacional de uma superpopulação relativa permanentemente marginalizada do mercado de trabalho que bloqueia mecanismos de socialização dos frutos do progresso econômico (SAMPAIO JR, 1997).

¹⁹ (FURTADO, pág.1992) “O subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece as inovações que incidem diretamente sobre os estilos de vida.

Não obstante, Cordovano apresenta (2007) que no processo de formação econômica do Brasil, indica que os aspectos relacionados a problemática do subdesenvolvimento, revela o caráter inconcluso da constituição de um Estado nacional que tem como base uma sociedade marcada pelo escravismo e assentada no mimetismo cultural das elites.

Como resultado, o Brasil “em construção potencializa-se na vontade nacional em ascensão daquela população amorfa, marginalizada de toda vida econômica e política” (CORDOVANO, 2007, pág.38). A dominação burguesa se associa a procedimentos autocráticos, herdados do passado, improvisados no presente, e neutro para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (FERNANDES, 1981)

Com isso, o progresso penetra na vida brasileira pela via da modernização dos padrões de consumo das elites, mas não por transformações na estrutura social e produtiva. Esse descompasso é revelador da especificidade do subdesenvolvimento porquanto está assentado sobre duas cisões a serem consideradas simultaneamente: uma cisão entre os padrões culturais vigentes e as possibilidades de generalização do progresso na estrutura econômica; e um abismo, derivado dessa cisão, em todos os níveis, entre ricos e pobres. Enfim, uma cisão entre a dimensão cultural, essencialmente dependente, e a dimensão da estrutura produtiva. Pode-se dizer que a subversão da relação entre meios e fins, no que respeita ao problema do desenvolvimento, adquire feição própria nas economias subdesenvolvidas, cujo processo econômico está subordinado às imposições da dependência cultural subjacente à reprodução de padrões de consumo das economias centrais. Com efeito, à diferença dos processos econômicos em curso nas economias centrais, a economia subdesenvolvida apresenta uma cisão estrutural entre a esfera da produção e o consumo, derivada da conexão entre a dependência cultural das elites e a profunda heterogeneidade na apropriação do excedente. (CORDOVANO, 2007, pág.44)

À vista disso, o subdesenvolvimento, fruto do desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece inovações que incidem diretamente sobre os estilos de vida. O progresso técnico que conforma o sistema “centro-periferia” demonstra antes de tudo a difusão de uma civilização que instila nas populações em estado retardatário padrões de comportamento em transformações permanentes²⁰.

Embora o avanço das transformações capitalistas impulse e dinamize a ordem social competitiva, seu ritmo e sua intensidade são incompatíveis com a participação do conjunto da população no processo de modernização dos padrões de vida e de consumo. Como as burguesias dependentes não abrem mão de privilégios exacerbados, os esforços para combater as desigualdades sociais não podem avançar até o ponto em que a alteração na correlação de forças

²⁰ (HARVEY, 2014, pág.22) “Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente, há algumas profundas consequências. Para começar, a modernidade não pode respeitar sequer o seu próprio passado, para não falar o de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificulta a preservação de todo sentido de continuidade histórica. Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão da mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido. A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes.”

ameace a absoluta supremacia das classes dominantes, sobre a sociedade. (SAMPAIO JR, 1997, pág.177)

Sob a face do discurso²¹ de “modernização” a cada nova rodada de investimentos, o que persiste é o colonialismo cultural das elites, o traço que está na gênese da formação das elites nacionais que permanece e se acentua e aglutina a força motriz do processo de acumulação, coloca o trabalhador, em um vácuo econômico, sociocultural e moral no qual são subjugados e fragmentados, incapacitando cristalizar uma aliança entre as classes operárias e os setores marginalizados.

A economia dependente só assimila as transformações capitalistas que são compatíveis com a perpetuação do ultraprivilegiamento econômico, sociocultural e políticos das classes dominantes. Gera-se, em consequência, contradições irreduzíveis entre a incorporação dos países dependentes ao espaço econômico, sociocultural e político do sistema capitalista mundial e o processo de integração nacional. (SAMPAIO, 1997, pág.184.)

Consequentemente o processo de urbanização no Brasil recria também as formas de escassez e segregação em benefícios de poucos agentes hegemônicos: condomínios fechados, edifícios de alto padrão, arenas esportivas “de primeiro mundo”, infraestruturas concentradas, etc.

As cidades brasileiras são a projeção no solo das relações sociais espúrias discutidas anteriormente. Quando essa burguesia contrarrevolucionária reserva os equipamentos urbanos para si mesma, quando esta mesma impõe projetos urbanos para sua rentabilidade, etc. a contrapartida se manifesta, as classes exploradas, “moradias improvisadas embaixo de pontes e viadutos, ocupação de morros, várzeas, mangues, igarapés, encostas, fundos de vale, beira de córregos, rios e represas, poluição de recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento de áreas, enchentes, desmoronamentos, incêndios em edificações deterioradas, alta densidade habitacional, doenças de veiculação hídrica, doenças respiratórias, violência urbana.” (ROYER, 2009, pág. 151).

Consequentemente, o padrão de segregação das metrópoles brasileiras, como explicita Villaça (2012), se materializa, onde por um lado a concentração de serviços urbanos, públicos e privados “presenteados” as classes de mais alta renda e, por outro, territórios subequipados e longínquos composto predominante pelos excluídos.

Ambas os territórios, expõem as contradições da lógica predominante no processo de urbanização do território brasileiro. O problema se mostra ainda mais grave quando a ocupação dos explorados se evidencia em áreas de proteção ambiental²².

O mercado residencial legal no Brasil atende perto de 30% da população. Ele deixa de fora, em muitas cidades, até mesmo parte da

²¹(ŽIŽEK, 2013, pág.16) “...da mesma maneira que, para Marx, a esfera da troca oblitera (torna invisível) seu processo de produção, a troca linguística oblitera o processo textual que engendra o significado: em uma má percepção fetichista espontânea, vivenciamos o significado de uma palavra ou ato como algo que é propriedade direta da coisa ou processo designado, isto é, negligenciamos o campo complexo das práticas discursivas que produzem seu significado.”

²² Como aponta Maricato (2014), a ilegalidade não diz respeito apenas aos pobres. Utilizando como exemplo os loteamentos fechados, a autora aponta que grande parte destes são ilegais, já que o parcelamento da terra nua é regido pela Lei Federal 6.766/79 e não a que rege os condomínios fechados, a Lei 4.591/64.

classe média que ganha entre cinco e sete salários mínimos. Essas pessoas, legalmente empregadas, podem ser encontradas morando ilegalmente em favelas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sem qualquer alternativa legal, grande parte da população urbana invade terra para morar. As terras que não interessam ao mercado imobiliário e são ocupadas pela população de baixa renda são exatamente as áreas de ecossistema frágil, sobre as quais incide a legislação ambiental. (MARICATO, 2014, pág.185)

É evidente que a concentração da propriedade da terra, concentração da renda e superexploração da força de trabalho, uma maioria de despossuídos não participará dos benefícios de qualquer crescimento econômico. Conseqüentemente na reprodução das cidades brasileiras os problemas na saúde, da moradia digna e legal, a mobilidade urbana são **privilégios**.

Entre as características presentes em nossa formação social, ganham destaque na gestão urbana, o clientelismo, o patrimonialismo, a prevalência dos privilégios – condição notável no judiciário -, desprestígio do trabalho não intelectual, retórica que contraria a prática, etc. Essa última característica é significativa dos Planos Diretores: textos detalhistas e bem-intencionados convivem com um pragmatismo excessivo na gestão. [...] Os orçamentos públicos, especialmente municipais, privilegiam os investimentos relacionados ao automóvel ou sistema viário, mas dificilmente seguem o Plano Diretor. (MARICATO, 2014, pág.181)

Portanto, o Brasil no processo da constituição do seu Estado nacional tem em suas bases uma sociedade de origem colonial que não conseguiu estabelecer um mínimo de conteúdo democrático e autonomia em relação ao imperialismo, onde, ao contrário das sociedades que tem como marca a possibilidade de classificação dos trabalhadores e orientação a partir de um direito positivo, o capitalismo brasileiro impõe o destino dessa sociedade, a perpetuação dos nexos de subordinação externa e anacronismos sociais²³ (SAMPAIO JR, 1997).

O subdesenvolvimento não tem a sua superação no crescimento econômico, pois mesmo em períodos de aumento de renda ou produtividade, não teve como resultado a superação de problemas como a estrutura de terra concentrada, crédito monopolizado, déficits habitacionais, poluição de recursos hídricos, poluição do ar, etc.

Com a expansão das grandes empresas corporativas em países periféricos no Brasil, geralmente nas esferas comerciais, de serviços e financeiras, trazem consigo um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos (FERNANDES, 1975).

O caráter desintegrado no território fica evidente quando grandes projetos urbanos não precisam, nessa ótica, se relacionar aos reais interesses da coletividade de onde estes se localizam. Investimentos públicos em economias de capitalismo dependente, podem atuar como prática e representação da relação antagônica entre os interesses públicos e privados.

²³ SAMPAIO (1997) aponta, a partir de sua interpretação do Florestan Fernandes, que a heterogeneidade estrutural foi o caminho para contrabalançar a extrema instabilidade do capitalismo dependente brasileiro. Para manutenção de sua posição, as burguesias brasileiras combinam estruturas modernas e atrasadas como defesa das constantes revoluções técnicas e mercantis irradiadas do centro capitalista.

Não se pretende negar a importância de grandes investimentos no espaço urbano, ao contrário, a intenção é atentar para a importância dos seus atenuantes e do controle estatal sobre a produção do espaço. A ausência de políticas públicas em simetria com os montantes dos recursos aplicados, dispõe aos municípios envoltos aos mais diversos resultados. A paisagem urbana neste caso, tem sido construída por ações de agentes que tiram proveito de incentivos criados pelo Estado, envolvem estes territórios em escalas à parte de sua capacidade de decisões regulatórias.

1.4 – INTERNALIZAÇÃO DO CONDICIONANTE EXTERNO NA PERIFERIA

Como aponta Fernandes (1975), no fundo essa tendência implica um processo que ele denomina de imperialismo total. Nessa etapa, o capitalismo organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social. O autor enumera por exemplo o controle de natalidade, da comunicação de massa e o consumo de massa, na educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.

O imperialismo total, impõe que até mesmo os países avançados da América Latina não possuam os requisitos básicos para o crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. Como o progresso técnico, de forma dinâmica, é realizado pelos países hegemônicos com a transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e de controle financeiro, determina que economias de capitalismo dependente não instituem condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, o subdesenvolvimento e suas consequências.

O problema é ainda mais grave, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento compostos por valores extremamente egoístas e particularistas. A atuação de empresas transnacionais orientadas pelo domínio do progresso técnico, com sua vinculação ao endividamento externo, bem como a estreita relação com a política externa dos Estados Unidos, definiu a relação centro-periferia dificultando qualquer autonomia relativa (SAMPAIO JR, 1997).

A arte da conquista liderada pelo Investimento Direto Externo, descrita por Campos (2009), iniciada na década de 1950, passando pelos vários momentos nos quais o capital internacional foi decisivo na formação do capitalismo brasileiro, representado por oligarquias financeiras, buscaram por quaisquer meios e custos a sua ampliação e conservação preservando sua hierarquia na economia mundial.

Se capital é mandado para o exterior, isso não ocorre por ser impossível ocupa-lo no interior, mas porque no exterior pode-se investi-lo com uma taxa de lucro mais alta. Mas esse é um capital absolutamente excedente para a população trabalhadora ocupada e para o país em geral. Ele existe como tal junto à população relativamente excedente, e isso é um exemplo de como antes coexistem e se condicionam de maneira recíproca. (MARX, 2017, pág.295)

Para tanto, considerando que não houve no Brasil uma internalização de parte da revolução técnico-produtiva que ocorreu nas economias centrais. O que se observa é que o processo de transnacionalização de capital, especialmente a partir da entrada dos Investimentos Diretos

Externos no Brasil, teve como pressuposto a conquista de mercados periféricos pelas economias hegemônicas na procura de retornos superiores aos extraídos no centro.

Em outras palavras, as empresas multinacionais do centro hegemônico obrigadas pela concorrência imperialista, “além de exportarem produtos, transferem para zonas de destino de desenvolvimento desigual a capacidade produtiva de extrair mais-valia em condições mais favoráveis e a custos menores” (CAMPOS, 2009, pág.193).

A economia brasileira, ao submeter-se lentamente à arte de conquista do capital internacional, viu reduzir-se sua capacidade de aprofundar as forças produtivas. O saldo é uma economia que, mesmo portadora de cadeias produtivas relativamente complexas, se subordinou gradativamente à vulnerabilidade exercida pela valorização externa do capital internacional. Para entender esse processo em seu sentido mais amplo necessitamos recorrer aos anos 50 do século XX, passando pelos vários momentos nos quais o IDE foi decisivo na formação do capitalismo brasileiro, até chegar ao limiar do neoliberalismo. (CAMPOS, 2009, pág.41)

Se no período de 1950 e 1980, os Investimentos Diretos Externos focaram no setor de Indústria da Transformação, por rentabilidade e canais para exportar suas remessas, permitindo aos países subdesenvolvidos industrializarem-se, agora seu horizonte de reinvestimentos de lucros passa pela racionalização, especulação e destruição das forças produtivas das economias periféricas.

No que diz respeito à relação matriz-filial, diferentemente das inovações tecnológicas que estavam ocorrendo no centro, [...], motivadas pela fragmentação, flexibilização e descentralização da produção, o redimensionamento estratégico das filiais na periferia foi apenas de ordem financeira. As filiais no continente continuavam tirando suas vantagens da industrialização do mercado interno, aproveitando-se de setores protegidos internamente e de mercados nacionais delimitados conforme as características locais. O que houve de novo nessa fase foi a possibilidade de intermediação de liquidez internacional a partir das condições internas que os regimes ofereciam. Além disso, dentro da nova reestruturação global de suas atividades, houve uma redistribuição de recursos líquidos no subsistema afiliado por meio de preços de transferência, IDE disfarçados em empréstimos externos e remessas de lucros e royalties. (CAMPOS, 2009, pág.30)

Portanto, apesar de inicialmente, período de 1951 a 1954, primeiras décadas do pós-guerra, o capital internacional estabelecer bases produtivas no espaço periférico, tendo como objetivo o mercado interno, a fim de buscar geração de valor. O que se observa com a entrada desses Investimento Direto Externo (IDE), é que as exigências para realização desse mesmo valor estavam pré-estabelecidas nas potencialidades internas de ofertarem moedas fortes, originárias das empresas multinacionais, especialmente o dólar, para garantir as remessas de lucro de volta para os países hegemônicos.

Como descrito anteriormente, sobre a condição de subdesenvolvimento da economia brasileira, as economias periféricas apresentam debilidades estruturais na geração de divisas, pois, ao exportar produtos de alto valor agregado ou na manutenção dos fluxos de capitais externos

através de empréstimos, evidenciam a precariedade da relação à nação mais fraca, para alimentar esse processo impõe-se uma mobilidade crescente que o capital externo exige.

Assim, o capital internacional teria que compor em seu cálculo de retorno futuro uma elevada escala de incerteza, que refletia diretamente sua relação com o país hospedeiro. Racionalmente, não seria prudente estabelecer por parte das empresas multinacionais vínculos duradouros e orgânicos nos termos em que elas os realizavam em economias desenvolvidas. Esse relativo oportunismo com o espaço periférico viria a gerar uma situação de vulnerabilidade e instabilidade por meio da dinâmica de seus fluxos, cujo sentido os orienta em última instância e, como bem mostrou Caio Prado Jr., esse sentido é a valorização externa dos lucros. (CAMPOS, 2009, pág. 194)

Consequentemente, ao conquistarem essas economias periféricas, como a brasileira, as empresas estrangeiras fincaram estruturas complexas que resultaram em unidades de extração de valor cuja realização financeira está continuamente sancionada em moeda de origem. O padrão de dependência financeira e tecnológica a cada onda de modernização presente no centro, foi colocando a economia brasileira no abandono da busca de adensamento de cadeias produtivas nacionais impossibilitando ferramentas que poderiam sobrepujar o subdesenvolvimento.

1.5 – CONCLUSÕES PARCIAIS

Esse processo de conquista, a partir de uma conjunção de oferta de capitais sem restrições no plano internacional demonstram o empenho dos países hegemônicos impelidos pela própria etapa imperialista do capitalismo no estágio atual que teve como resultado conquistar as economias emergentes. Por outro lado, de maneira complementar, ao buscar intensificar seu próprio crescimento e elevar seus níveis de gasto interno, a partir destes financiamentos externo, a economia brasileira foi se subordinada aos ditames dos países centrais distanciando a possibilidade de qualquer autonomia relativa. Nessas circunstâncias, deixa evidente que a superação do subdesenvolvimento não se dá apenas pelo impulso das forças de mercados na busca a qualquer custo do crescimento.

Ademais, as burguesias latino-americanas participam ativamente desse processo, não no intuito de constituir espaços econômicos nacionais com um mínimo grau de autonomia relativa. Após uma análise de Florestan Fernandes, foi possível constatar que essas burguesias presentes nestes territórios tiveram o intuito de preservarem seus privilégios, abdicando de determinar nestes territórios a constituição de um espaço econômico nacional na busca do enfrentamento no mercado mundial em função da coletividade dessas nações.

Considerando essas duas restrições que vão diretamente contra o povo, fica evidente essa relação na produção do espaço urbano brasileiro: moradias improvisadas embaixo de pontes e viadutos, ocupação de morros, várzeas, mangues, igarapés, encostas, fundos de vale, beira de córregos, rios e represas, poluição de recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento de áreas, enchentes, desmoronamentos, incêndios em edificações deterioradas, alta densidade habitacional, doenças de veiculação hídrica, doenças respiratórias, violência urbana.

Ao buscarem constantemente a manutenção de seus privilégios e serem uma “burguesia compradora” e mimetizada, a concentração da renda e manutenção do desenvolvimento desigual tem como efeito, no espaço construído, a concretização dessa relação espúria.

Evidentemente que a produção do subdesenvolvimento é um efeito contrarrestante da própria expansão do capital e, torna-se, ainda mais evidente, na etapa de imperialismo total, com a pressão financeira exercida sobre os países pobres, porém, as burguesias internas ao concentrar a riqueza em benefício do consumo conspícuo e poder, deixam evidente que a frouxidão da relação de classes no intuito da promoção de um desenvolvimento nacional.

A ilusão de uma revolução industrial no Estado do Rio de Janeiro, ao observar a evolução do Valor Adicionado Bruto do Rio de Janeiro, foi destruída, como poderemos no Capítulo II. Conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas. Uma nova imagem do capitalismo da “burguesia nacional” e da “interdependência internacional” das economias capitalistas está sendo reconstruída para justificar a transição atual e criar a nova espécie de ideologia e de utopia das burguesias dependentes.

Um traço marcante do Estado do Rio de Janeiro é possuir sedes de importantes autarquias públicas, além da sedes de várias empresas estatais, bem como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Furnas, Eletrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Nacional de Álcalis, Fábrica Nacional de Motores (FNM), Petrobrás, Telebrás, Nuclebrás etc. Ressalta-se ainda, o fato que algumas destas unidades foram implantadas em momento simbólicos da história brasileira, favorecida pelo poder do Município do Rio de Janeiro como capital federativa entre 1891 e 1960. O papel estruturante como capital federativa como ingrediente essencial que garantiu sobrevida produtiva e reforçava a centralidade do município política e economicamente.

As especificidades da região em questão fixam a relevância de não apenas discutir a orientação técnica do processo de reestruturação produtiva, mas, acima de tudo, sua natureza social e política sobre a estrutura histórico-geográfica. A partir dessas considerações, a análise, como plano de fundo, não recai apenas sobre os “estrangulamentos” sucessivos do setor externo e do caráter do capitalismo associado entre o capital nacional e internacional, mas, acima de tudo, como a dimensão territorial permite revelar o poder do capital mercantil e financeiro como formas de reprodução patrimonial da riqueza: como o processo de urbanização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro está associada na busca de vantagens de capitais pouco amalgamáveis por hegemonias de formas patrimonialistas e rentistas, renegando à margem do processo grande parte da população.

2 – CONSOLIDAÇÃO DO NÚCLEO HIPERTROFIADO

O Estado do Rio de Janeiro conformou a primeira grande metrópole brasileira, a cidade do Rio de Janeiro. Este município, por um período considerável, consolidou-se como principal centro econômico, cultural e político, devendo seu desenvolvimento inicial à função de porto e centro militar.

A partir da fundação da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, uma estratégia geopolítica e militar da Coroa na garantia da defesa do sul da América portuguesa, tem o início a uma trajetória político-administrativa certamente importante para a história brasileira.

A partir da liderança do município do Rio de Janeiro, evidenciaram-se desdobramentos de uma estrutura funcional urbana bastante particular para a economia nacional, seja na acumulação mercantil e posteriormente na instalação de indústrias.

O crescimento da cidade, no decorrer do século XVIII, diante de dinâmicas econômicas ligada ao café, se processou, sobretudo, graças à ocupação de antigas lagoas e brejos (agora aterrados), com o núcleo urbano se adensando ao longo do litoral.

No que diz respeito à cafeicultura, em particular, cabe destacar que seu desenvolvimento na região se deve, em larga medida, à centralidade da atividade exportadora e importadora, que fez ingressar capitais e população que foram decisivos para a exploração dessa atividade. Sem esses recursos, dificilmente essa cultura teria sido implantada, dado que, apesar do clima propício, o território fluminense não contava com condições de solo e relevo especialmente favoráveis ao café. (LOUREIRO, 2006, pág.14)

Consequentemente, o município do Rio de Janeiro conquistou uma centralidade econômica que possibilitou apropriar-se de parte do excedente gerado tanto do ciclo do ouro quanto do café, retroalimentando os investimentos dentro de suas fronteiras administrativas. Por outro lado, e de forma complementar, esse capital mercantil obrigou as regiões adjacentes a se tornarem tributárias de seu espaço urbano e sustentarem a formação mais efetiva da burguesia carioca (SOBRAL, 2007).

Contudo, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro tem o marco histórico decisivo para o seu fortalecimento político e econômico com a transferência da corte portuguesa que vem de Lisboa pelo desdobramento das guerras napoleônicas na Europa. A chegada da corte, institui no município do Rio de Janeiro uma classe social até então praticamente inexistente. Consequentemente, a função político-administrativa sofreu forte intensificação, assim como as atividades comerciais, especialmente países como a Inglaterra.

Com isso, surgiram necessidades materiais aos anseios dessa nova população que dados os novos hábitos sociais incorporados na cidade do Rio de Janeiro, buscavam as “conveniências e maneiras da Europa”, mimetizando os costumes europeus de conforto, ideias de progresso, de comportamentos sociais, de forte influência francesa, apropriada pela elite carioca.

Essas características permitiram ao município do Rio de Janeiro assumir o papel de grande centro cultural e cosmopolita do país. Por conseguinte, sua função como centro da administração pública e do comando político é reforçada com a declaração de independência política do Brasil em relação a Portugal em 1822, quando passa a ser a sede do Império. (LOUREIRO, 2006)

À vista disso, entre 1763 a 1960, período no qual a cidade do Rio de Janeiro exerceu a função de capital federal, amplia-se ainda mais ao município, acesso direto a considerável fonte de recursos (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009). Este aporte financeiro proporcionava fluxo regular de investimentos, mesmo nos momentos de queda da atividade econômica, que constituiu um núcleo dotado de recursos urbanos que, por outro lado, renegou áreas periféricas tanto no município quanto no Estado do Rio de Janeiro. O rápido crescimento se deu em um espaço urbano limitado, com um serviço coletivo ineficiente com uma precária infraestrutura urbana, deteriorando das condições da vida cidade.

Como capital federal, o município tinha a seu favor cerca de 80% da arrecadação aplicada nos seus limites, fato este que institui o município como metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrando a maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, diretamente no município central, a cidade do Rio de Janeiro, com completo desprezo por regiões adjacentes.

(...) tornar-se a principal sede político-administrativa não significou ficar isolada como “gueto burocrático”. Ao contrário, sua economia urbana passou a ter no gasto público um relevante componente autônomo de demanda. Ao longo do tempo, vínculos significativos dessa atuação pública com as formas predominantemente mercantis da burguesia carioca serão uma marca indelével da formação socioeconômica fluminense. Inclusive sua praça financeira se derivou, em parte, das funções burocráticas públicas, e influenciou diretamente a condução da política econômica no curso de todo Império Brasileiro e primeiros anos da República Velha. (SOBRAL, 2007. Pág. 113)

Essa fragmentação, ou relativo conteúdo de independência do município do Rio de Janeiro ante as outras cidades circundantes, determinou no Estado um processo desigual de ocupação que se agravou com a separação institucional entre a Cidade do Rio de Janeiro e seu entorno imediato em 1834.

Este fato delimitou ainda mais a construção de espaços de consumo, em especial de serviços mais especializados, concentrados, em maior densidade na área central da cidade do Rio de Janeiro, dissemelhante aos territórios periféricos no Estado do Rio de Janeiro.

Contando com uma elite cosmopolita, a construção da imagem da cidade teve enorme esforço de ocultação no sentido de dar ao município do Rio de Janeiro características de uma cidade moderna e desenvolvida à imagem das grandes capitais europeias. Portanto, os cortiços e foram removidos da área central, ruelas e becos apertados substituídas por vias modernas e desafogadas (PECHMAN, 1992).

Em 1920, o município do Rio de Janeiro já demonstra sua hierarquia urbana no Brasil. A cidade experimentava já, um intenso processo de metropolização com sua população ultrapassando um milhão de habitantes, o dobro da cidade de São Paulo, enquanto as cidades de Salvador e Recife contavam com 283 mil e 239 mil respectivamente.

Um dos motivos para este crescimento populacional foi a evolução do sistema de transportes que exerceu importante papel na indução da ocupação do tipo residencial, contribuindo na expansão da área urbana (LOUREIRO, 2006).

Tabela 1 - População residente em capitais estaduais brasileiras selecionadas (em mil habitantes): 1920, 1940, 1950 e 1960

Capitais	1920	1940	1950	1960
Rio de Janeiro	1.148	1.764	2.378	3.307
São Paulo	579	1.326	2.198	3.825
Salvador	283	290	417	656
Recife	239	348	525	797
Fortaleza	79	180	270	515
Belo Horizonte	56	211	353	693
Curitiba	79	141	181	361
Porto Alegre	179	272	394	641
Belém	236	206	254	402

Fonte: LOUREIRO, Ana Cláudia Nonato da Silva. Rio de Janeiro: Uma Análise da Perda Recente de Centralidade. 2006.

Por outro lado, no início do século XX, o município contava também com importante posição de centro financeiro onde estava vinculado a funções burocráticas exercidas como capital e à sua função intermediadora da economia cafeeira.

Contudo, mesmo com essas características descritas do período colonial ao início do período republicano, no município preservaram-se as bases patrimoniais da sociedade com relações político-institucionais próximas aos interesses oligárquicos, onde consolida-se o grande capital mercantil. No município do Rio de Janeiro, constitui-se o principal palco nacional das alianças oligárquicas, produzindo intensa valorização imobiliária e relação dissimulada com as grandes massas (SOBRAL, 2012).

Por outro lado, de forma conjunta, a cafeicultura alcança sua prosperidade ao marchar para o Oeste Paulista renegando o Rio de Janeiro. A partir disso, conseqüentemente, já em 1930, a industrialização nacional se inicia sob liderança do Estado de São Paulo.

Diante disso, as mais diversas frações de capital nos espaços regionais foram subordinadas a um mesmo movimento geral de reprodução, definido pelos ciclos de acumulação de escala nacional e pelas políticas econômicas federais. A economia brasileira adquiriu uma estrutura oligopolizada de forma que passou a ter determinantes maiores que os interesses regionais (SOBRAL, 2007, pág.104).

Ainda segundo Sobral (2007), apesar do Estado do Rio de Janeiro ter contado com advento da cafeicultura impulsionando o estabelecimento de importantes relações campo-cidade, grande parcela dos ganhos foi retido pela burguesia carioca e, em parte, pelos proprietários rurais, que apenas financiavam seus consumos cosmopolitas. Por outro lado, o florescimento econômico da Cidade do Rio de Janeiro não dependeu diretamente do desenvolvimento de sua estrutura produtiva regional, pois, mesmo nos períodos mais promissores da cafeicultura no Estado a burguesia carioca, de maneira espúria, teve como caminho a aglutinação de atividades e capitais, com maior relação junto à evolução do conjunto nacional do que no intuito do desenvolvimento da integração econômica da região.

O caráter contraditório da aliança entre a burguesia carioca e o Estado, ao mesmo tempo que estabelecia circuitos de valorização de capital, evidenciou os entraves ao desenvolvimento de relações capitalistas avançadas através de uma sólida organização produtiva regional no Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, ainda de acordo, a estagnação do interior do Estado do Rio ocorre por mais dois grandes motivos: i) porque o já fraco mercado urbano em suas cidades encolheu ainda mais; ii) a agricultura com capitalização insuficiente não caminhou para uma expressiva diversificação produtiva(SOBRAL, 2012)

A cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente seu núcleo, concentrou todos os recursos, muitas vezes aplicando em obras suntuosas e de prestígio, sem reinvestimentos, numa região onde não tinha responsabilidades políticas. O resultado foi um núcleo forte cercado por uma periferia pobre e, superpovoada, onde eram deixados todos os ônus para o antigo Estado do Rio, enquanto a Guanabara auferia todas as vantagens disponíveis. Os reflexos dessa distorção se fazem sentir tanto na área ampla de influência metropolitana, como no atual Estado do Rio e, pela experiência já vivida após a fusão dos dois estados, ainda persistirão por bastante tempo. (ABREU, 1997, pág.14)

Completa,

os vetores de urbanização mais significativos não estiveram voltados para consolidar uma rede urbana que aumentasse a sinergia produtiva da região como um todo, mas constituir “pontos de apoio” que sustentassem o poderio econômico do polo metropolitano. Por essa razão, a mancha urbana se restringiu a ocupações bastante concentradas ao redor de grandes eixos viários abertos. Afinal, esses canais de circulação foram implantados para aumentar a acessibilidade à Cidade do Rio de Janeiro e sua ligação às economias dos estados vizinhos (em especial, rodovias BR-116, BR-040 e BR-101),

permanecendo um déficit de malhas secundárias. (SOBRAL, 2012, pág.128)

Portanto, completa Sobral (2012), o peso político e econômico de ser capital federativa do Brasil em conjunto de uma burguesia deletéria, transferiu grande parcela da massa salarial e do gasto público para a infraestrutura urbana suntuosa e concentrada, investimentos industriais realizados via empresas estatais federativas, e, um componente autônomo da demanda a partir dos serviços superiores.

Consequentemente, essa dinâmica foi extremamente dependente de transferências governamentais, a estrutura econômica concentrada em serviços e seu sistema político carente de lideranças com perspectiva regional ou instituições significativas de pesquisa voltadas para reflexão de sua própria realidade.

2.1 – A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: FUSÃO E FRAGMENTAÇÃO?

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta hoje por 17 municípios, sendo estes: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Mesquita e Tanguá. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é hoje a segunda maior região metropolitana do país terceira maior da América Latina (CENSO, 2010).

Sua constituição nos apresenta problemas que reverberam ainda nos dias de hoje. Um dos mais representativos foi a antiga situação, em que o núcleo se via separado de suas periferias e do seu território. A divisão em dois estados, o da Guanabara e do Rio de Janeiro, contribuiu ainda mais para reforçar de sobremaneira a dicotomia núcleo-periferia. Este fato inibiu a possibilidade da constituição de órgãos federativos que pudessem coordenar políticas públicas no intuito da diminuição do caráter desintegrado territorial do Estado do Rio de Janeiro.

Como formação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, não foi incluída na Lei Federal nº14 de 1973, que instituiu no Brasil as primeiras regiões metropolitanas no intuito de coordenar de forma integradas as conurbações urbanas presentes nos estados brasileiros. O fato da região do “Grande Rio” abrigar dois estados da “Federação do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara, fez com que se aprovasse no ano seguinte uma outra lei, a Lei nº20 denominada de “Lei da Fusão”, a qual incorporou todos os dispositivos da Lei nº14 e ainda criou o Fundo Contábil para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro destinado a financiar programas e projetos prioritários a região.

Convém adicionar que, o período de criação dessas leis evidenciava-se no Brasil o período da ditadura, onde as restrições às elites econômicas e políticas locais para formular projetos de desenvolvimento autônomo no período marcam o autoritarismo político. Portanto para a fusão dos “estados” na sua constituição uma relação altamente autocrática, pois, a fusão foi decidida e implementada com a imprensa sob controle, restritas possibilidades de organização da sociedade civil, manifestações reprimidas, etc. Em conjunto, o fantasma da cassação de parlamentares que garantiu, através de casuísmos e favorecimentos, uma ampla maioria no Congresso ao partido governista com a Aliança Renovadora Nacional (Arena). (FERREIRA & GRZYNSZPAN, 2000)

Apenas um governo autoritário, concentrando amplos mecanismos de força, poder e coerção, um governo infenso a mecanismos e formas de consulta pública, de aferição de opiniões dos diversos setores da

população, um governo que manifestava descaso pela legitimidade civil, poderia, com base num determinado projeto de desenvolvimento, passar por cima de interesses, esquivar-se de um amplo debate e impor uma decisão, auxiliado por um Congresso majoritariamente obediente (FERREIRA & GRYNSPAN, 2000, pág. 125)

Os argumentos a favor da fusão travestidos de aspectos de estruturação federativa e econômica, traziam consigo uma geoestratégia no fortalecimento do Estado do Rio de Janeiro no objetivo do enfraquecimento de São Paulo, local onde o governo Geisel enfrentou contrariedades tanto do empresariado ligado ao capital industrial como até de militares paulistas.

Como resumo, em meio a criação, pela Lei Federal nº14 de 1973, de regiões metropolitanas, o Estado do Rio de Janeiro adentra em meio

...a pessoalidade, o clientelismo, a patronagem, tiveram um peso significativo, constituindo-se num mecanismo fundamental de encaminhamento de pleitos e reivindicações, de obtenção de bens e serviços, numa conjuntura marcada pela repressão, pela contenção das formas de organização e manifestações. Na verdade, o período militar autoritário, em que pese sua aparência técnica modernizante, burocrática, impessoal, parece ter propiciado um enorme reforço daquelas relações que, pessoais, informais, seriam características como tradicionais. (FERREIRA & GRYSAN, 2000, pág.137)

A partir do 7º do Decreto-lei nº 1, de 15 de março de 1975, e tendo em vista o que dispõe o art. 1º do Decreto-lei nº 14, de 15 de março de 1975 cria-se a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), órgão de caráter estatal com papel de comando e ações convergentes com finalidades

A FUNDREM dedicou a segunda metade da década de 1970 à tarefa de elaboração dos Planos Diretores dos Municípios que compunham a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e significavam quase que a mera espacialização local de diretrizes estabelecidas numa estratégia regional-metropolitana definida pelos interesses políticos e econômicos hegemônicos situados no núcleo central da Região. A visão metropolitana foi afirmada pelo estabelecimento de um macrozoneamento, conferindo a cada segmento espacial incluído na totalidade territorial da Região Metropolitana, papel específico no esforço colaborativo de impulsionar o desenvolvimento econômico, em que o social, embora enfatizado no discurso inúmeras vezes, ficava a reboque do primeiro. (SOUZA, 2012, pág.153)

Por conseguinte, contando com um órgão federativo estéril, uma burguesia concentrando os equipamentos urbanos e extremamente plasmada em interesses a parte do seu próprio território, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como discute Oliveira e Rodrigues (2009), resultou do espraiamento do município-sede em direção a periferia imediata, incorporando os pequenos núcleos urbanos que serviam de base para as atividades agrícolas locais. Tal movimento, de forma descontínua e desordenada através de núcleos esparsos e de origens diferentes.

Ademais, ao contrário das outras nove regiões criadas antes da constituição de 1988, não possui organismos de articulação e gestão metropolitana.

Esta é uma realidade não só do atual governo, mas de todas as administrações do Estado do RJ, desde a criação da sua região

metropolitana. Um exemplo recente disso foi o levantamento da Subsecretaria para a elaboração do plano diretor do Arco Metropolitano, onde foi possível verificar a total incompatibilidade entre os planos diretores de cada município. De elaboração obrigatória, esses planos muitas vezes constavam de uma simples página publicada no diário oficial. Quando comparados entre si foi possível verificar grandes contradições, como a destinação de áreas de preservação ambiental em um município, que, em outro município, são destinadas à indústria. (MANCINI, 2014, pág. 97)

O que se pretende esclarecer, como salienta Rocha (2016), é não um processo que estabeleceu um território estático, mas sim (re)definição, onde há permanência de formas e estruturas antigas com incrementos tecnológicos, financeiros e políticos que determinaram o uso do território e não o território em si. Logo, na esfera do Planejamento Urbano Regional no Estado do Rio de Janeiro, (LOUREIRO, GUEDES e CASTRO, 2013), apresenta-se como o único na Federação com conurbação que não possui entidade de planejamento e gestão, mesmo com a lei estadual que define os 19 municípios que integram a RMRJ, e estabelece as Funções Públicas de Interesse Comum, as mesmas encontram-se defasadas no qual ausentasse, em novos moldes, uma entidade pública estadual de Planejamento e Gestão, prevista na mesma Lei. As obras e as ações efetivas para a consolidação da RMRJ são executadas pelos organismos setoriais e pelos municípios, quando for o caso. Portanto, fica evidente a exposição da Região Metropolitana quando se encontra relacionada aos interesses de grandes capitais.

2.2 – DA EXPANSÃO AO DECLÍNIO: A INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Entre 1950 e 1980 o Rio de Janeiro vivenciou um amplo processo de expansão e modernização de sua estrutura urbano-produtiva, porém, como descreve Silva (2009), conclui-se como uma fase de perda de importância relativa da região na economia brasileira. Apesar do período, semelhantemente ao movimento nacional, inserir o Estado do Rio de Janeiro em escalas macrodinâmicas da economia brasileira, teve por outro lado causas contra arrematadas culminando em um longo processo de perdas de participação na renda nacional.

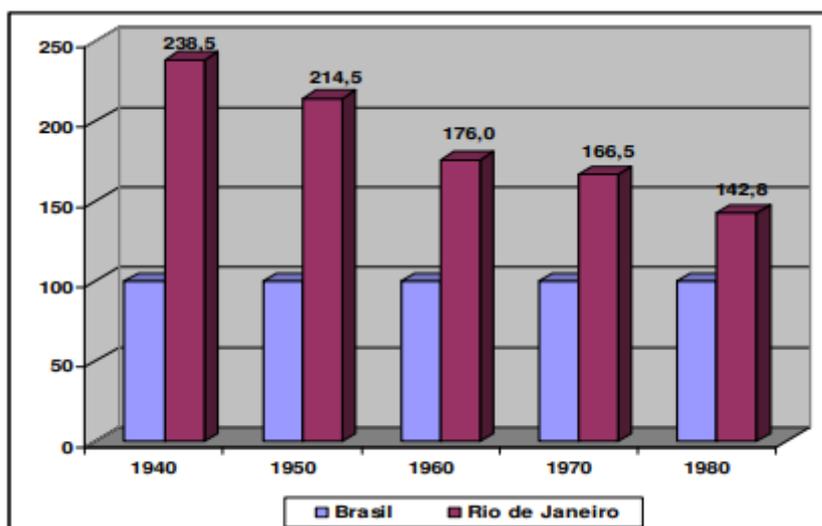
Essa trajetória de perdas relativas, de velocidade e magnitude ímpares no cenário nacional, passou a ser comumente interpretada como um processo de “esvaziamento” ou de “decadência” econômica regional. Ou seja, não obstante ter se beneficiado do processo de industrialização nacional, a participação da região fluminense no PIB brasileiro caiu de 21% para 13%, entre 1939/1980 (SOUZA, 2009, pág.20)

Ainda que se atente que a redução da economia do Estado do Rio de Janeiro no período apresente um caráter estritamente relativo sem perdas reais de produção, mas sim um descompasso entre suas taxas e as nacionais²⁴, cabe ressaltar que as origens desse “descompasso” são diversas, podendo-se destacar, por um lado, o perfil diferenciado da estrutura produtiva instalada na região (comparativamente ao perfil da indústria paulista), e de outro, o “custo do pioneirismo” para alguns setores que foram tornando-se obsoletos

²⁴ (SILVA, 2009, pág.) “a expansão do produto bruto fluminense foi inferior à taxa nacional, cabendo à indústria não somente a maior taxa, como também a mais distanciada da média brasileira. Em termos gerais, a economia da região cresceu em média 6,0% ao ano, abaixo, portanto, da média nacional, de 7,2% ao ano.”

tecnologicamente e sendo superados por unidades mais novas e modernas instaladas em outros Estados (SILVA, 2009)²⁵.

Gráfico 1 – Diferença entre as Rendas per Capita Regionais - 1940/1980



Fonte: SILVA, R. D. Estrutura industrial e desenvolvimento regional no Estado do Rio de Janeiro (1990-2008), 2009.

Em 1970, das cinquenta maiores empresas instaladas no Brasil, vinte tinham a sede instalada no Estado do Rio de Janeiro. Como aponta Silva (2009), essas empresas respondiam por 40,2% do patrimônio líquido de seu universo. São Paulo, por sua vez, sediava vinte e uma das empresas, que eram responsáveis por 46% do patrimônio líquido total.

Entre 1930 e 1980 a produção industrial do Estado do Rio de Janeiro era quase exclusivamente oriunda da indústria de transformação. Por outro lado, como pode-se observar na tabela 2, a participação da produção extrativa mineral para o produto industrial regional era ínfima, gravitando apenas em torno de 0,5%. Nesse período destacavam-se ramos industriais indústrias ligadas à metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação, material de transportes, química, alimentos e editorial e gráfica.

²⁵ Cabe salientar que, em relação ao termo “esvaziamento” pode trazer interpretações ligadas a perdas reais e ou de destruição de capacidade produtiva. Contudo, (SILVA, 2009), adverte-se que o termo “esvaziamento” carrega imprecisões. Considera-se que a estrutura urbano-produtiva da região sofreu algumas importantes perdas absolutas, mas em termos de taxas de crescimento, não se verificou redução real da renda regional. Portanto, o termo “esvaziamento” só caberia em situações onde houvesse perdas reais e “descolamento” em relação à dinâmica de outras unidades espaciais componentes de uma mesma estrutura produtiva em um período mais longo de tempo.

Tabela 2 - Evolução da Estrutura Industrial Fluminense - 1949/1980

Classe Gênero	1949	1959	1970	1975	1980
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Extrativa Mineral	0,4	0,7	0,6	0,4	0,5
Transformação	99,6	99,3	99,4	99,6	99,5
Minerais não-metálicos	8,4	6,9	4,7	5,1	5,3
Metalurgia	11,7	22,2	12,9	14,7	13,3
Mecânica	1,5	2,5	6,4	7,2	8,4
M. Eletr. e de Comum.	0,7	3,2	4,1	4,5	5
M. Transporte	2,9	3,9	6	6	9,8
Madeira	3,4	1	0,7	0,6	0,4
Mobiliário	1,2	1,9	2	1,7	1,2
Papel e Papelão	1,8	2,8	2	1,9	2,3
Borracha	0,9	1,1	0,7	0,7	0,6
Couros, Peles, etc.	2,9	0,9	-----	0,6	0,4
Química	7,4	5,2	14,6	13,6	13,7
Produtos Farmacêuticos	3,2	6,4	6,5	5,5	4,4
Perfumaria, Sabões, etc.	0,3	2,7	2,2	1,5	1,3
P. Matérias Plásticas	-----	2,2	2	2,8	3
Têxtil	11,2	9,4	6,9	4,7	4,8
Vestuário e Calçados	6,5	3,7	3,3	3,6	5,5
Alimentos	13,1	11,5	9,7	8,1	7,2
Bebidas	2,2	4,1	3,1	2,9	1,4
Fumo	7,6	1,3	-----	1,6	0,1
Editorial e Gráfica	2,3	5,2	6,9	8,9	7
Diversas	2,1	1,3	1,9	2,3	2,8

Fonte: SILVA, Robson Dias da. Estrutura Industrial e Desenvolvimento Regional no Estado do Rio de Janeiro. (1990-2008). 2009

Como discute Silva (2009), mesmo com essa trajetória da economia do Estado do Rio de Janeiro, se conclui em perdas relativas na maioria dos setores. Como pode-se observar na tabela 3, ainda que tenha se evidenciado a expansão por vários setores, enquanto conjunto, a indústria local não foi capaz de impedir suas perdas relativas no cenário nacional.

No período 1929 a 1979, a posição relativa fluminense no contexto nacional se deteriorou, atentando para o percentual da indústria extrativa que foi reduzido de 15,5% para 1,4%. A participação das atividades manufactureiras também representou declínio significativo, caindo de 28,2% para 10,1%. Ainda, destaca Silva (2009) na década de 1970, a participação do Rio de Janeiro na indústria nacional caiu de 15,3% para 9,7%.

Logo, ao fim do período, mesmo que historicamente a indústria de transformação nunca tenha liderado a expansão econômica estadual²⁶, consolidou-se na sociedade fluminense, notadamente em sua porção carioca, o sentimento da vivência de uma “crise real, profunda e longa” que alcançaria praticamente todos os setores da economia regional (SOBRAL,2012).

o modelo de industrialização centralizado na cidade do Rio de Janeiro foi superado e isso se deve ao fato que o parque industrial ali existente deixou de ter sustentação tanto financeira quanto de geração de demanda dos poderes públicos”. (OLIVEIRA, 2003, pág.101)

²⁶ (SOBRAL, 2012, pág.148) “não teve na maior diferenciação do aparelho produtivo seu elemento motor para alcançar dinamismo próprio, ficando dependente dos rebatimentos do desenvolvimento do país para contrabalançar às vicissitudes de sua dominância mercantil e carência de efetivas estratégias de desenvolvimento regional e urbano.”

Tabela 3 - Participação Fluminense no VTI Brasileiro - 1939/1980

Gênero	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Total	27,9	20,3	17,3	15,3	13,2	9,7
Extrativa Mineral	15,5	4,6	5,3	3,3	2,2	1,4
Transformação	28,2	20,6	17,6	15,7	13,5	10,1
Minerais não-metálicos	32,8	38,7	18,6	12,6	11,1	9,4
Metalurgia	19,8	25,9	33,4	17,5	15,8	11,6
Mecânica	16,6	14,2	12,9	14,4	9,5	8,3
M. Eletr. e Comum.	-----	8,6	14,1	12,0	10,7	7,3
Material de Transporte	-----	26,6	9,0	11,9	12,8	13,4
Madeira	17,6	16,9	5,3	4,2	2,6	1,4
Mobiliário	-----	11,5	15,7	15,1	11,5	6,8
Papel e Papelão	20,4	17,0	16,6	12,6	10,4	8,5
Borracha	34,5	10,1	6,8	6,0	4,5	5,0
Couros, Peles, etc.	13,1	15,0	15,1	-----	14,7	8,1
Química	40,4	28,7	10,8	23,0	15,2	9,5
Produtos farmacêuticos	-----	23,6	45,6	30,4	29,1	27,6
Perfumaria, Sabões, etc.	-----	33,0	34,0	22,8	17,0	14,2
Matérias Plásticas	-----	-----	45,6	16,5	16,8	13,4
Têxtil	19,1	25,2	13,9	11,7	10,3	7,7
Vestuário, Calçados, etc.	28,3	31,6	18,3	15,3	12,8	11,7
Produtos Alimentares	24,9	20,3	12,4	11,3	9,7	6,3
Bebidas	33,0	28,7	24,9	21,2	21,7	10,5
Fumo	33,0	21,1	17,5	22,6	20,5	17,6
Editorial e Gráfica	41,3	40,7	30,8	29,6	32,8	28,0
Diversas	32,6	26,7	13,0	14,5	16,0	10,8

Fonte: SILVA, Robson Dias da. Estrutura Industrial e Desenvolvimento Regional no Estado do Rio de Janeiro. (1990-2008). 2009

Como descreve Sobral (2012) a diferença fundamental entre a formação socioeconômica do Rio de Janeiro e a de São Paulo sempre foi, para a economia fluminense, o Estado ser o agente central como indutor para a economia fluminense em conjunto a uma burguesia plutocrática. Em contrapartida, São Paulo não se caracterizou como um mero reduto de atividades “artificiais”, sustentadas apenas por subsídios e associadas a um suposto “gigantismo” ineficiente tecnoburocrático.

...além do poder simbólico através da lógica da “capitalidade” (ou seja, ser a principal referência nacional), o papel estruturante do Estado foi um ingrediente essencial que também garantia uma sobrevivência produtiva e reforçava sua centralidade política e econômica. (SOBRAL, 2012, pág.130)

O problema torna-se ainda maior quando ambos determinantes são minados com a transferência da capital federal para Brasília em 1960, colocando novos limites para a acumulação no Estado do Rio de Janeiro.

O II PND seria segundo autores como Lessa (2000) e Sobral (2012), uma resposta para compensar a perda da capital federativa ocorrida em 1960 no qual ajudaria a construir outras bases econômicas para o Estado do Rio de Janeiro, especialmente para o seu interior. Em

contrapartida, o Estado de São Paulo ampliava sua participação continuamente na economia nacional.

Nem a institucionalização da região metropolitana (1974) ou a (re) fusão da Cidade do Rio de Janeiro com seu entorno (1975) foram capazes de engendrar a recuperação da desvalorização sofrida e levar a uma integração melhor do território. Muito menos os investimentos programados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento nos setores energéticos (vide energia nuclear) e de alta tecnologia (vide biotecnologia e microeletrônica) não lograram êxito a maioria deles. De toda forma, o dinamismo que a economia do país sustentou até o final da década de 1970, mesmo que errático, ainda ocultou parcialmente os problemas estruturais da economia fluminense. Contudo, com o início da crise estrutural brasileira na década de 1980, um debilitamento real se deflagrou frente ao agravamento da situação fiscal e financeira do Estado e da interrupção da industrialização nacional. (SOBRAL, 2012, pág.131)

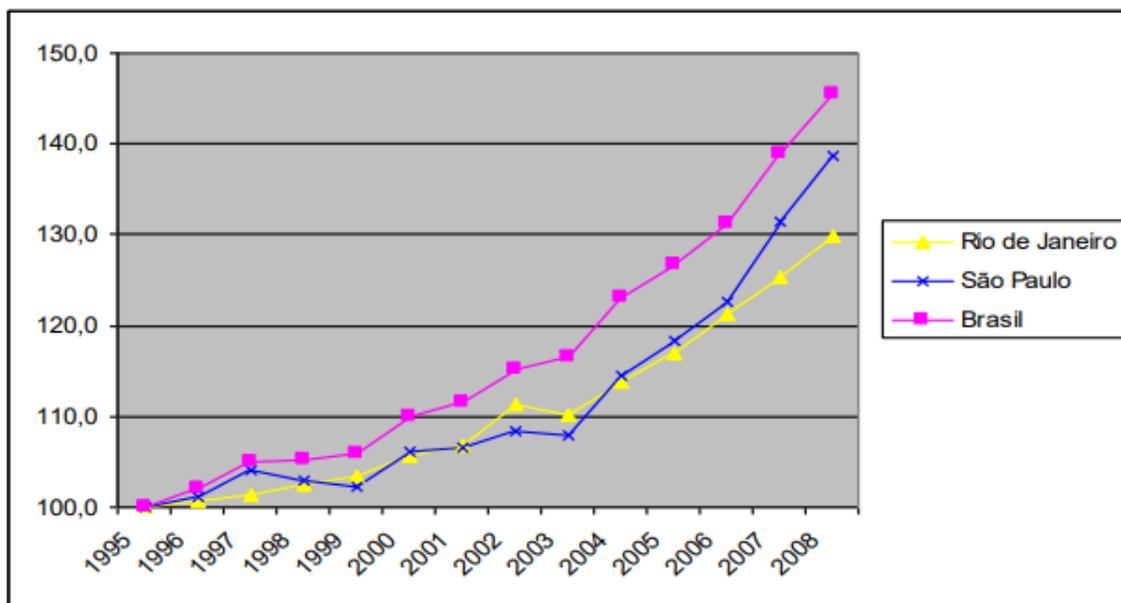
Portanto, ao derivar parte do seu dinamismo econômico de um processo de sinergia com a economia do país, a economia do Estado do Rio de Janeiro esteve atrelada na dependência do crescimento do mercado interno e pelas iniciativas do setor público. Consequentemente, a crise fluminense caminhou em conjunto aos efeitos da recessão nacional e da desaceleração dos gastos públicos. Sendo assim, o que se observa ao final do período na região enquanto espaço pioneiro de vários setores, é o não acompanhamento do crescimento relativo perante aos novos espaços de acumulação no país, perdendo participação relativa na economia nacional. Para esta realidade, (SILVA, 2009), considera-se dois eixos analíticos de suma importância para a compreensão da realidade vivida pelo Rio de Janeiro no século XX.

O primeiro se refere à inserção da estrutura produtiva fluminense no processo de expansão da indústria nacional e seu foco pairaria sobre o entendimento do papel da economia fluminense no movimento geral de acumulação capitalista brasileiro e seu posicionamento frente à divisão territorial do trabalho em consolidação e liderada pela economia paulista. O segundo, ao posicionamento da sociedade fluminense, mas particularmente da carioca, frente às suas “questões regionais”. [...] as dificuldades enfrentadas pelas elites políticas e intelectuais locais de perceberem que suas “questões” não se confundem, necessariamente, com as “questões nacionais”. (SILVA, 2009, pág.31)

Na década de 1980, se observa a paulatina decadência da economia fluminense, em particular, o aumento do debilitamento de sua já precária região metropolitana, mesmo com novas fronteiras de acumulação surgindo no interior do estado.

Conforme mostra o gráfico 1, apesar de uma recuperação na expansão do valor adicionado bruto (VAB) fluminense, ela foi errática e abaixo da média nacional, pois ao contrário do Estado de São Paulo, “acentuou-se a diferença de desempenho justamente na fase de recuperação do mercado interno brasileiro entre 2004 e 2008. Contudo, é preciso ter claro que sua trajetória de crescimento econômico se acelerou nesse período, o que revela sua forte dependência dos rebatimentos do desempenho nacional” (SOBRAL, 2012, pág.139)

Gráfico 2 – Evolução do valor adicionado bruto para o total da economia fluminense, paulista e média nacional, 1995/2008 (1995=100)

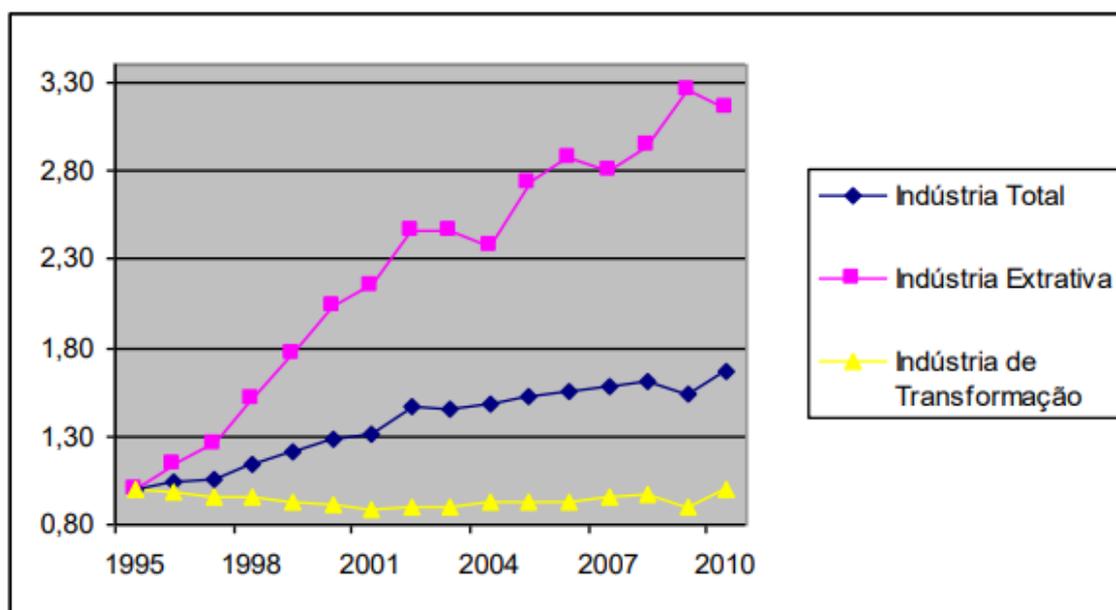


Fonte: SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Ciclo de Investimentos e o Papel das Estratégias de Grandes Agentes Econômicos: O Caso da Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1995-2010

Em contrapartida na região entre 1985 e 1990, ao baixo dinamismo apresentado na indústria em geral e atividades terciárias, evidencia-se forte expansão da Indústria Extrativa saltando de 1,4% para 13,3%. O problema da possibilidade de determinar qualquer autonomia relativa da economia da Região Metropolitana fica mais claro pois, este foi um dos poucos setores que desde o princípio do período referido contava com a presença do capital estrangeiro (SILVA, 2009).

Desta forma, o vigente dinamismo interiorano coincide justamente com a expansão da produção petrolífera. O peso da indústria extrativa no VAB estadual se tornou 1,5 vezes, maior que o da indústria de transformação, como mostra o gráfico 3, que praticamente não alterou sua participação no mesmo período. Portanto, ao analisar a trajetória positiva da indústria é preciso ponderação, pois o elevado dinamismo da indústria extrativa mineral contrasta com o quadro de semi-estagnação da indústria de transformação.

Gráfico 3 - Evolução da produção física da indústria fluminense, 1995/2010 (1995=1)



Fonte: SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Ciclo de Investimentos e o Papel das Estratégias de Grandes Agentes Econômicos: O Caso da Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1995-2010

Tabela 4 - Índice de Expansão do VAB da Extrativa Mineral: 1985/2002

Regiões/ Estados	Anos				
	1985	1989	1994	1999	2002
NORTE	100,0	173,1	198,1	241,8	289,3
Rondônia	100,0	129,7	127,1	189,3	189,6
Amazonas	100,0	149	171,1	189,5	295,1
Pará	100,0	244,1	284,5	362,9	351,3
Amapá	100,0	72,3	84,6	17,6	19,2
NORDESTE	100,0	107,9	106,5	109,5	102,2
Ceará	100,0	70,4	67,2	61,7	66,6
Rio Grande do Norte	100,0	145	150,7	180,6	153,5
Pernambuco	100,0	144,4	187,9	359,1	416,8
Sergipe	100,0	119,1	121,4	161,5	151,3
Bahia	100,0	94,2	88,3	66,6	64,9
SUDESTE	100,0	105,3	123,1	200,8	279
Minas Gerais	100,0	93,6	86,7	96	99,6
Espírito Santo	100,0	117,2	104,2	119,4	190,6
Rio de Janeiro	100,0	107,8	139,6	258,6	366,9
São Paulo	100,0	119,5	106,4	113,9	109,9
SUL	100,0	76,5	38,1	49	49,1
Paraná	100,0	51,7	34,8	28,3	24
Santa Catarina	100,0	67,6	21,7	23,9	26,3
Rio Grande de Sul	100,0	103,7	71,1	112,1	108,3
CENTRO-OESTE	100,0	124,4	146,1	135,6	141,7
Mato Grosso do Sul	100,0	125,6	197,3	187	250,9
Mato Grosso	100,0	98,3	101,7	64,7	65,1
Goiás	100,0	121,9	131,5	152,2	160,7
Distrito Federal	100,0	112,5	112,5	183,7	171,2
BRASIL	100,0	109	121,6	176,5	231,9

Fonte: SILVA, Robson Dias da. Estrutura Industrial e Desenvolvimento Regional no Estado do Rio de Janeiro. (1990-2008). Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Unicamp.

O que se constata no Estado do Rio de Janeiro no período 1950 e 1990 entra em consonância com um processo de entrada de Investimentos Diretos Externos que à medida que foi se aprofundando em sucessivos estágios, a potencialidade de o país de comandar um processo de industrialização por suas próprias forças e, conseqüentemente, voltada à libertação de sua condição subdesenvolvida, igualmente enfraqueceu essa economia periférica (CAMPOS, 2009). Esse processo coloca em outro patamar a possibilidade de criação de políticas públicas para homogeneização da estrutura territorial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Embora tenha existido crescimento econômico na Indústria Extrativa desde os fins dos anos 1970, foi somente a partir da década seguinte que a produção regional se avolumou e intensificou seu ritmo expansivo²⁷.

Portando atenta-se que entre 1985 e 1990, em contraste ao baixo dinamismo apresentado na indústria da transformação e atividades terciárias, a expansão da Indústria Extrativa Mineral saltando de 1,4% para 13,3%, tem como característica, desde o princípio do período referido, a **presença do capital estrangeiro**.

Este fato carrega consigo, como desdobramento, de forma inédita a atuação mais destacada de empresas transnacionais na economia do Estado do Rio de Janeiro que pelo “sucesso” da atividade petrolífera, leva a uma disputa por contratos de fornecimento e compartilhamento do desenvolvimento tecnológico permitindo a elevação das condições do aumento no peso da demanda internacional na determinação da dinâmica econômica do Estado do Rio de Janeiro (SOBRA, 2012).

Os desdobramentos resultam, em parte da desarticulação sofrida por setores fundamentais da indústria estadual como a naval²⁸, químico e metalúrgico e de outro, especialmente entre 1980 e 1985, em mudanças significativas na trajetória de crescimento da Indústria Extrativa.

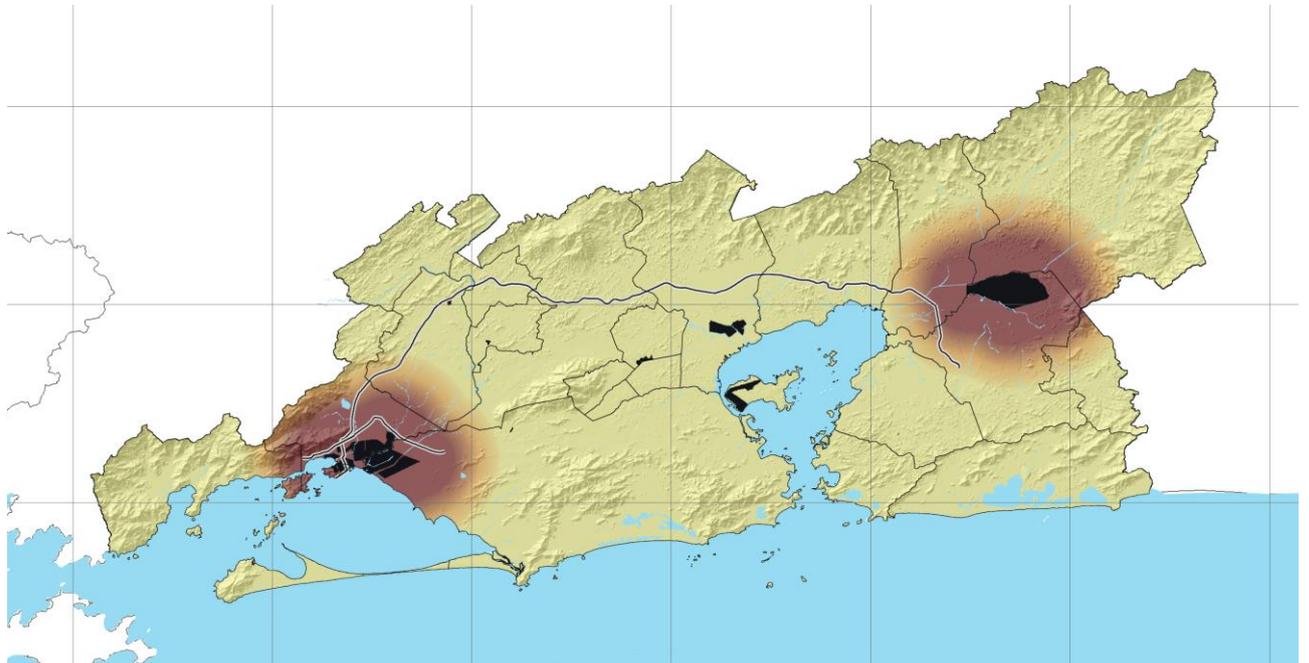
O período tem como característica tanto o acirramento do processo de transnacionalização do capital quanto a crise da dívida externa que, a partir de 1982, determinaram a desconstrução do aparelho desenvolvimentista, criando as circunstâncias favoráveis para o reflorescimento liberal nos anos 1990 (CAMPOS e COSTA, 2012).

Ainda de acordo a este processo de crescimento da Indústria Extrativa no Estado do Rio de Janeiro, outro fato inédito: a atração de investimentos neste setor interiorizou a cadeia produtiva para municípios como Campos dos Goytacazes, Itaboraí e Itaguaí, diretamente relacionados com as expectativas do Arco Metropolitano. O problema torna-se ainda maior pela fragilidade urbana e econômica destes municípios pois o futuro destes estão atrelados agora as expectativas à parte das nossas fronteiras. Bens primários como as *commodities*, naturalmente tem sua relação com o capital financeiro.

²⁷ Vale anotar que em 1980, a participação fluminense na produção mineral brasileira era de 4,2% e que em 1989 já atingia os 40% (SILVA, 2009).

²⁸ Apesar do setor ter apresentado recuperação ao período mencionado, posterior a década 2000, Sobral (2012) salienta que a estrutura patrimonial parcialmente pulverizada no país dificulta a coordenação da cadeia produtiva, os ganhos de escala e de escopo, bem como a capacidade de investimento.

Figura 02: Mapa do Fator de Atração dos Clusters de Desenvolvimento Econômico



Legenda

— Arco Metropolitano

Fator de Atração Cluster Econômicos



Fonte: Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, 2011.

De maneira mais agressiva, os Investimentos Diretos Externos que adentraram no Estado do Rio de Janeiro buscaram explorar recursos naturais para exportá-los aos países centrais, onde tem como exigência uma taxa de retorno garantida pelo Estado, visto o maior risco e maior tempo de maturação desses investimentos.

Em conjunto, a imposição das exigências das filiais no acesso aos empréstimos externos diretamente nos entrepostos financeiros internacionais, sem passar pelo crivo do sistema monetário nacional.

2.3 – CONCLUSÕES PARCIAIS

O Estado do Rio de Janeiro conformou a primeira grande metrópole brasileira, o município do Rio de Janeiro. O peso político e econômico de ser capital federativa do Brasil, transferiu grande parcela da massa salarial e do gasto público para a infraestruturas urbanas suntuosas, investimentos industriais realizados via empresas estatais e um componente autônomo da demanda a partir dos serviços superiores. Essa, dinâmica foi extremamente dependente de transferências governamentais. Determinando uma estrutura econômica concentrada em serviços e seu sistema político carente de lideranças com perspectiva regional e instituições significativas de pesquisa voltadas para reflexão de sua própria realidade.

Apesar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro reluzir no período recente como local de grandes investimentos, é preciso ter em mente que a deterioração da sua indústria de transformação, mesmo que tenha vivenciado um amplo processo de expansão e modernização de sua estrutura urbano-produtiva, deixou a economia do estado fluminense exposta aos interesses internacionais pela introjeção de investimentos diretos externos em um setor estratégico como o da indústria extrativa mineral. Portanto, apesar dos otimismo relacionados na interiorização da pauta produtiva para municípios como Itaboraí, Itaguaí e Campos, pouco se observa níveis sinérgicos desencadeados pela extração mineral e tampouco se atenta aos perigos de se relacionar o crescimento econômico, constituição de grandes projetos urbanos como o Arco Metropolitano, em um canal direto de dominação externa por um bem estratégico como o petróleo e o gás natural.

Do ponto de vista da política urbana a Região Metropolitana do Rio de Janeiro carrega consigo também um perfil de desconexões interurbanas e intersetoriais, concentração da renda, um núcleo hipertrofiado e centralizador de decisões e investimentos, etc.

Por outro lado e de maneira complementar, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta-se como a única na Federação com conurbação que não possui entidade de planejamento e gestão, mesmo com a lei estadual que define os 19 municípios que como uma região metropolitana que estabelece as Funções Públicas de Interesse Comum, as mesmas encontram-se defasadas no qual carece de novos moldes e uma entidade pública estadual de Planejamento e Gestão, prevista na mesma Lei. Estes condicionantes histórico-estruturais permitem entender de forma mais abrangente os descompassos observados na consolidação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Capítulo III – O ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO: DA INICIAL CONEXÃO INTERNA ATÉ DESCONEXÕES CONECTADAS

O Arco Metropolitano é uma infraestrutura rodoviária implantada entre 2008 e 2014. Contudo, ressalta-se que o projeto foi inicialmente elaborado ainda pelo governo militar em 1974 no Plano Estadual Rodoviário (PRE), como RJ-109, sob a denominação de Arco Rodoviário. Sua nomeação tem em sua origem à finalidade da obra fazer conexão entre a BR-101 Norte e a BR-101 Sul para evitar a passagem de veículos de grande porte nas vias urbanas da região metropolitana. O projeto sofreu inúmeras modificações tanto em sua concepção física quanto aos agentes envolvidos.

Cabe ressaltar tanto a fluidez dos agentes dispostos no projeto, seja no repasse ao âmbito privado ou por uma composição composta a partir da liderança do Estado, como os constantes adiamentos no início das obras. No ano de 2013 o projeto teve o início de suas obras a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sendo descrito neste momento, tanto pelo Governo Federal, como pelos agentes locais, representados por governadores, senadores, prefeitos e agentes econômicos da região, como fator de desenvolvimento socioeconômico para o Estado do Rio de Janeiro e para as demais escalas nacionais.

3. O ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

O projeto totaliza 145km de extensão e perpassa por nove municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com maioria aos que compõem a região denominada Baixada Fluminense, sendo estes: Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Seropédica e Itaguaí. Por consequência, tanto como concepção física quanto pela discursiva, o projeto articula objetivos próprios com crescentes expectativas que impõem averiguação do resultante das correlações de forças entre os agentes e da paisagem.

Figura 03 – Trecho do Arco Metropolitano em Duque de Caxias



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

Considera-se sumariamente a ligação entre dois polos econômicos que possuem ligações diretas a acumulação de capital ligada a *commodities*. Por um lado, o Complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ) que desponta como o maior investimento da história da empresa, a leste da Baía Guanabara²⁹, e de outro o Porto de Itaguaí³⁰, a oeste na Baía de Sepetiba. Apesar do ramo de Refino de Petróleo tratar-se de um desdobramento direto da atividade petrolífera, a capacidade de arrasto é insatisfatória para fortalecer articulações entre atividades da mesma base técnica e, apesar do reconhecimento do papel estratégico na articulação logística do Estado do Rio de Janeiro, coloca-se o risco de se configurar um “território de passagem” para o mero fluxo de cargas transitórias (SOBRAL, 2007).

Desta forma, o Arco Metropolitano compele averiguação para compreender sua relação entre objetos e eventos, tendo como principal questionamento ha que agentes serviu a transformação da paisagem ocorrida. Cabe a pergunta: a ação foi marcada pelo querer dominante de determinados grupos ou pela absorção das demandas dos entes federativos locais? A presente pesquisa busca identificar os interesses e contextos que envolveram a consolidação de uma infraestrutura planejada com diferentes objetivos ao longo das últimas décadas.

Como maior empreendimento viário do PAC no Estado do Rio de Janeiro, representando acima de tudo a representação das intencionalidades no território de agentes dominantes de poder dos campos econômico e político. Sendo assim, apesar dos fins descritos no Plano Diretor do projeto, cabe ainda análise crítica do processo, dado que a escala abrange a região metropolitana com desdobramentos em escalas nacionais. Como descrito por Wopereis, Capillé e Mattos (2012), o Arco Metropolitano tem consigo não apenas o sentido de conexão e transporte, mas impactos ambientais, sociais, morfológicos, simbólicos, econômicos e políticos. A análise crítica das intencionalidades possibilita o enfoque também em torno de questões relacionadas tanto no espaço (metropolitano, local, político, físico, psicológico e simbólico) como no tempo (o presente, projeção, projeto, ou seja, a história) para a compreensão da totalidade das relações.

Portanto, para a compreensão fidedigna do projeto o capítulo será dividido em três partes. A primeira terá como intuito a análise físico-territorial do projeto considerando os objetivos descritos no Plano Diretor do Arco Metropolitano (2011) quanto seus adiamentos e consequente averiguação da sua conclusão realizada em meados de 2016. Contudo, para manter o rigor da análise, considerando não apenas os nove municípios diretamente impactados pelo projeto, mas também sua área de abrangência que compõem o total de 21 municípios (SOUZA, 2015). Na segunda parte reservo a análise do contexto político-econômico do projeto. O projeto integra os complexos industriais de duas “pontas”, transformando tanto a região da Baía de Sepetiba quanto a Baía de Guanabara num eixo logístico estratégico. O projeto é a estrutura que permite a integração física para que Sepetiba atue estrategicamente como porto concentrador de cargas (*hub port*) e o COMPERJ como indutor de Indústrias extrativas e de transformação ligada ao setor petrolífero. Nesta tomada, defensores do Arco Metropolitano

²⁹ Como destaca Souza (2015b), entre 1995 a 2001 o Estado do Rio de Janeiro passou a ser o principal produtor tanto de petróleo quanto gás natural do Brasil.

³⁰ Como uma das engrenagens centrais de suporte para extração de petróleo e gás relacionados à expectativa do Pré-Sal. A infraestrutura portuária, e todo o complexo fixado ao redor dos portos, assume papel chave como espaço de fluxo de capitais transnacionais. Isso envolve nova e rápida reconfiguração dos territórios com impactos diretos sobre a vida, economia e cultura das populações ali estabelecidas.

alegam que o mesmo gerará muitas oportunidades para a economia do Rio de Janeiro como maior arrecadação de ICMS, maior movimentação portuária e geração de maiores oportunidades de corretagem. A FIRJAN entende que o Arco Metropolitano será o grande fator de atração de empresas para o entorno da Baía de Sepetiba e da Baía de Guanabara, sobretudo para aquelas empresas ligadas à cadeia de petróleo e gás, às indústrias química e petroquímica e aos serviços de apoio logístico. Portanto, a transfiguração do projeto com apenas à finalidade da obra fazer conexão entre a BR-101 Norte e a BR-101 Sul para evitar a passagem de veículos de grande porte nas vias urbanas da região metropolitana para estar relacionado agora na função de cumprir as expectativas da construção de um projeto industrial com esferas transnacionais, aponta a importância da investigação tanto dos agentes atuantes direta ou indiretamente no projeto bem como o contexto institucional dos municípios. Para tanto, será feito um estudo sobre as principais justificativas e contradições para a produção do projeto bem como o contexto institucional relacionado ao projeto tanto na posição dos municípios quanto o planejamento. Por fim, na terceira parte destina-se a análise dos impactos pós implantação do projeto sobre a urbanização e o meio ambiente, considerando fatores como infraestrutura básica, habitação, geração de emprego, atração de empresas, pressões ambientais da obra e risco pós obra.

3.1 – O PROJETO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

De acordo com o Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM), o projeto é decisivo tanto para o estado, com a *sui generis* atenção para o Município do Rio de Janeiro, como para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O PDAM (2011) destaca a presença de empreendimentos que estão em andamento assim como vultosos investimentos em valores que superariam os R\$ 59 bilhões. Ainda de acordo, o Arco Metropolitano permitiria a necessária sustentação dos investimentos públicos e privados previstos para o estado nos próximos anos e contribuiria na atração de novos investimentos para o seu redor. No intuito de aproximar diferentes polos de desenvolvimento³¹, o trajeto visava conectar ao COMPERJ, em Itaboraí, à Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), em Santa Cruz, (bairro do Rio de Janeiro) e ao complexo portuário de Itaguaí. Ainda, destaca-se que o projeto induziria fluxos migratórios para as áreas diretamente beneficiadas, pois, reforçaria o processo de aglomeração que se iniciaria com a própria obra rodoviária por empregos por ela gerados.

A otimização do acesso ao Porto de Itaguaí propiciará a redução do custo do transporte de mercadorias oriundas de pelo menos seis estados brasileiros – São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, além do Distrito Federal. A conexão entre o Porto de Itaguaí e o Comperj, juntamente com os ramais ferroviários existentes, transformará a Região Metropolitana em umas das maiores áreas logísticas do mundo, gerando novas perspectivas econômicas regionais. (PDAM, 2011, pág.3)

O projeto do Arco Metropolitano apoia-se em três funções básicas:

³¹ Cabe ressaltar que o PDAM (2011) ou a FIRJAN (2008), constantemente utilizam o termo desenvolvimento para fortalecer a necessidade do projeto para os municípios. Para Furtado (2000), desenvolvimento se funda no processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo. Em síntese, são as ações individuais e coletivas, compostas por valores construídos em determinado espaço e tempo, que dão sentido ao conceito de desenvolvimento.

- (i) integração do Porto de Itaguaí à malha rodoviária nacional e ao futuro Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ);
- (ii) ligação entre os eixos rodoviários beneficiados pelo projeto sem a necessidade de circulação pela Avenida Brasil e Ponte Rio-Niterói, desviando o fluxo das principais vias de acesso à capital e;
- (iii) aumento dos níveis de acessibilidade dos municípios próximos ao Arco e que concentram grande contingente populacional.

O PDAM (2011) também incluía controle das ações sobre o território e o ambiente, além do aperfeiçoamento da gestão institucional do espaço metropolitano com participação social. Para o panorama de infindáveis oportunidades e os desafios sociais, econômicos e ambientais, o PDAM (2011) nomeia como ferramenta suplementar o Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (PDEDSA) como apoio ao planejamento, à elaboração de políticas de desenvolvimento integrado e ao contínuo e permanente monitoramento destas políticas para a região.

O Governo Estadual anuncia no dia 24 de abril de 2008 os vencedores da licitação do Arco Metropolitano avaliando as obras no total de R\$796,8 milhões com o segundo subsecretário de Obras Hudson Braga apontando o início das obras em vinte dias, a construção tem seu início em junho de 2008.

Lula: Arco Rodoviário sai este mês

Presidente promete licitação em abril e diz que projeto era um 'ovo choco'

Ramona Ordoñez

• O presidente Lutz Inácio Lula da Silva anunciou ontem que, em meados deste mês, serão abertos os envelopes da licitação para o início das obras do Arco Rodoviário no Rio. Lula destacou a importância do projeto para aumentar a produção, as exportações e as importações do Estado do Rio. Mas o arco, segundo ele, não saía do papel e parecia um "ovo choco".

— O Arco Rodoviário foi tão pensado, sonhado e planejado e nunca esse ovo deixou o pintinho sair. Parecia um ovo choco — brincou Lula.

O arco prevê a construção de uma estrada de 145 quilômetros de extensão que ligará o município de Itaboraí ao Porto de Itaguaí, cortando cinco municípios da Baixada Fluminense. O projeto está orçado em R\$ 928 milhões.

Petrobras ainda busca parceiros para o pólo

Em discurso durante solenidade que marcou o início das obras de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em Itaboraí, Lula destacou que a economia brasileira está crescendo há 24 trimestres consecutivos e o consumo, há 16 trimestres.

Para uma platéia de cerca de mil trabalhadores e moradores da região, Lula ressaltou também os principais projetos que estão em curso no Estado do



LULA E Cabral nas obras do pólo petroquímico: presidente alertou prefeitos sobre crescimento desordenado

Rio, como o próprio pólo petroquímico em Itaboraí, a recuperação da indústria naval, a usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e, agora, as obras do Arco Rodoviário.

O presidente destacou em seu discurso a parceria entre o governo federal e o governo do Estado do Rio com Sérgio Cabral.

Segundo Lula, o Comperj, que vai exigir investimentos de US\$ 8,5 bilhões, representa uma mudança na política industrial brasileira. O impacto do projeto será tão grande que

o presidente pediu atenção aos prefeitos dos municípios envolvidos para evitarem o crescimento desordenado da região. O presidente já havia feito uma visita oficial ao projeto, para o lançamento da pedra fundamental das obras, no ano passado.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, explicou que ainda está em fase de negociação a participação de parceria privada no projeto. Até o momento, só está confirmada a participação do grupo Ultra e do BNDES

na central petroquímica do pólo, que usará petróleo pesado como matéria-prima.

Paulo Roberto disse ainda que a Petrobras só deverá ter 10% de participação no projeto de produção de petróleo pesado em Carabobo, na Venezuela, contra os 40% inicialmente previstos. A decisão será tomada dentro de 60 dias. Segundo Paulo Roberto, a redução da participação da Petrobras se deve ao fato de o projeto ter ainda muitas incertezas quanto à produção, custos e investimentos. ■

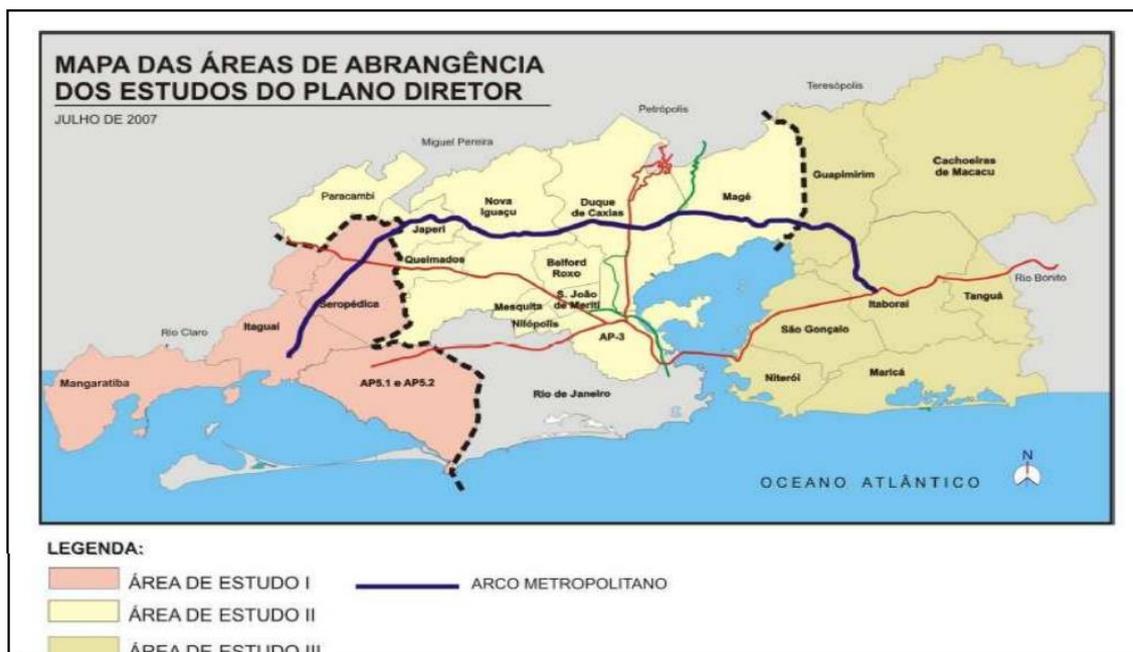
Fonte: O Globo, 01 de abril, 2008.

Considerando os impactos e repercussões dessa nova realidade sobre os municípios diretamente acometidos pelo projeto e sobre os municípios da área de influência do Arco, o Plano Diretor visava à criação de políticas públicas que antecipassem os efeitos e potencializassem os efeitos sinérgicos e cumulativos das ações que promoverão estes impactos. O PDAM visava permitir ao Governo do Rio de Janeiro a efetiva coordenação do desenvolvimento sustentável de toda a área de influência do Arco Metropolitano.

Dividido por quatro trechos, tendo em vista o atendimento ao tráfego de longa distância, o projeto interliga rodovias importantes como a BR-040, BR-116 (Norte e Sul), BR-101 (Norte e Sul) e BR-46. O Plano Diretor delimitou em áreas de abrangência em função da identificação dos municípios interceptados pelo traçado do projeto, bem como pela identificação inicial dos municípios que receberiam outros investimentos estruturantes e que, poderiam sofrer efeitos diretos e indiretos decorrentes da implantação desses empreendimentos e do próprio eixo rodoviário. Neste sentido, os nove municípios interceptados são: Itaguaí, Seropédica, Rio de Janeiro, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Itaboraí e Guapimirim e os outros 12

municípios são: Mangaratiba, Paracambi, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João do Meriti, Belford Roxo, São Gonçalo, Tanguá, Niterói, Maricá e Cachoeiras de Macacu.

Figura 05 – Áreas de Abrangência dos Estudos do Plano Diretor



Fonte: Plano Diretor do Arco Metropolitano (2011, pág.5)

A Área I é constituída pelos municípios de Itaguaí, Seropédica, Mangaratiba e subáreas de planejamento 5.3 e 5.2, da Área de Planejamento 5, AP-5, do município do Rio de Janeiro. O PDAM (2011) considerou como fatores determinantes para o desmembramento a presença da serra do Gericinó/Mendanha, do maciço da Pedra Branca e as vertentes da Serra das Araras oeste do Estado do Rio de Janeiro. Conforme a metodologia adotada, nesta área ainda se situam dez empreendimentos estruturantes, além dos Segmentos B e parte do C do Arco Metropolitano. Complementa-se ainda presença do Porto de Itaguaí em conjunto a sua retroárea e do Terminal de Minérios da Ilha da Guaíba com seu ramal ferroviário de cargas. Nesta Área também duas das sete interligações viárias principais do Arco: BR 116 em Seropédica e BR 101 Sul em Itaguaí. O PDAM (2011) configura Mangaratiba como vetor potencial de ocupação com vocação para atividades residenciais e lazer, o que lhe confere papel de destaque no contexto regional do Arco.

A Área de Estudo II é constituída por praticamente a totalidade da região denominada Baixada Fluminense, fazendo parte os municípios: Japeri, Paracambi, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João do Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé. Integra-se na Área de Estudo II a região da Área de Planejamento 3 (AP-3) do município do Rio de Janeiro, considerando-se o fato de nela se localizar o entroncamento da BR-116 com a BR-101, a presença de uma densa área residencial, atividade industrial e de logística, o Centro de Pesquisa da Petrobrás (CENPES) na ilha do Fundão, atividades ligadas ao setor da indústria naval, e o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim para o transporte de cargas e passageiros. O PDAM(2011) complementa o detalhamento da área realçando a presença de empreendimentos como a Rio Polímeros S.A. (RIOPOL), a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), ambas localizadas em

Duque de Caxias, a Bayer, a Estaleiro Ilha S.A. (EISA), ambas no Município do Rio de Janeiro, além de parte do Segmento C e o Segmento D do Arco.

Para a Área de Estudo III aponta-se como polo principal o município de Itaboraí pela localização do COMPERJ e pela intercessão entre o Segmento A do Arco Metropolitano e a BR-101 Norte. Neste compartimento o PDAM (2011) destaca o município de São Gonçalo pela sua importância econômica e demográfica no contexto metropolitano em conjunto por abrigar os futuros Centros de Escoamento e de Inteligência do COMPERJ. Para o município de Tanguá, atravessado pela BR-101 norte, à correspondência com o Município de Mangaratiba (Área de Estudo I) localizado a oeste, pela possibilidade do município se comportar como vetor de expansão, a leste, do Arco. Adiciona a Área de Estudo III os municípios de Niterói, Maricá e Cachoeiras de Macacu ressaltando-se o papel “compartimentador” das serras do Tiririca, Malheiro e Calaboca assim como o eixo de estruturação formado pelas rodovias Amaral Peixoto, RJ-106, a RJ-114, vetores secundários de expansão oeste do Arco Metropolitano. Ainda de acordo, em Guapimirim se localiza o outro trecho do Segmento A.

Para a construção do projeto o PDAM (2011) aponta a divisão em quatro trechos no qual possuem diferentes estágios de implementação, bem como dos seus responsáveis na gestão e construção. Segundo Silva (2012), as relações provocadas pela rodovia, irão estabelecer uma nova relação de poder entre os municípios, considerando mesmo os que não venham sofrer pressões pela ocupação territorial do projeto. Para tanto, a análise dos trechos do presente estudo percorre cada trecho individualmente para evidenciar as diretrizes propostas pelo PDAM (2011) e os impactos diretos em cada Unidade de Paisagem.

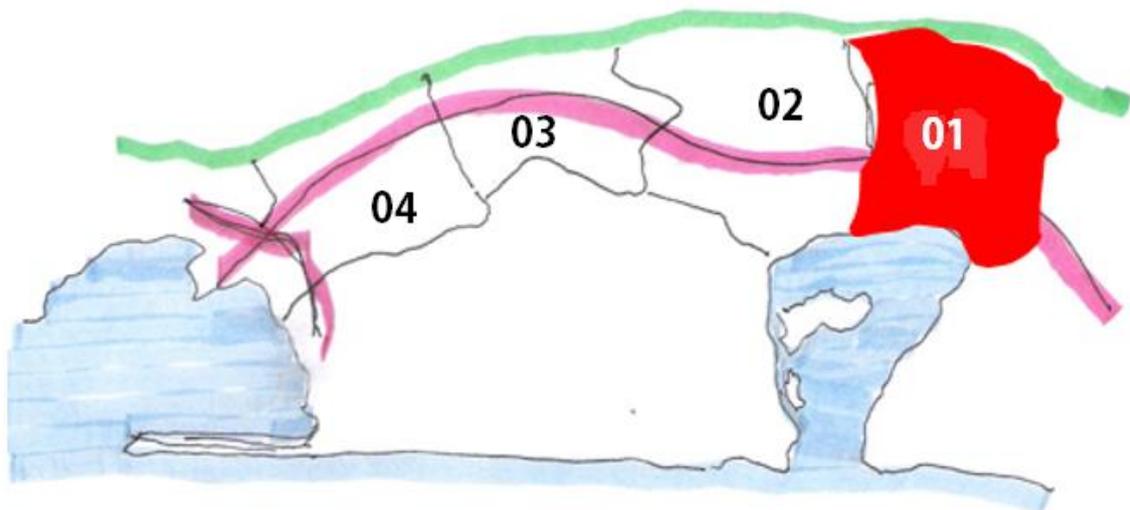
Figura 06 – Mapa do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e sua divisão por segmentos



Fonte: SOUZA, Ticiane Ribeiro de. O papel da Ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. (2015)

O **Segmento A**, definido abaixo pela Unidade de Paisagem 1, possui aproximadamente 25km no total, perpassando pelos municípios de Itaboraí, Guapimirim e Magé. É um trecho da BR-493, Rodovia Baía de Contorno da Baía de Guanabara, com obras iniciadas em agosto de 2014 com sua conclusão em setembro de 2017. A responsabilidade da gestão foi destinada ao Governo Federal/DNIT e a execução das obras para o Consórcio Arco Metropolitano do Rio composto pelas construtoras Andrade Gutierrez S.A. e Norberto Oderbrecht.

Figura 07 – Unidade de Paisagem 1



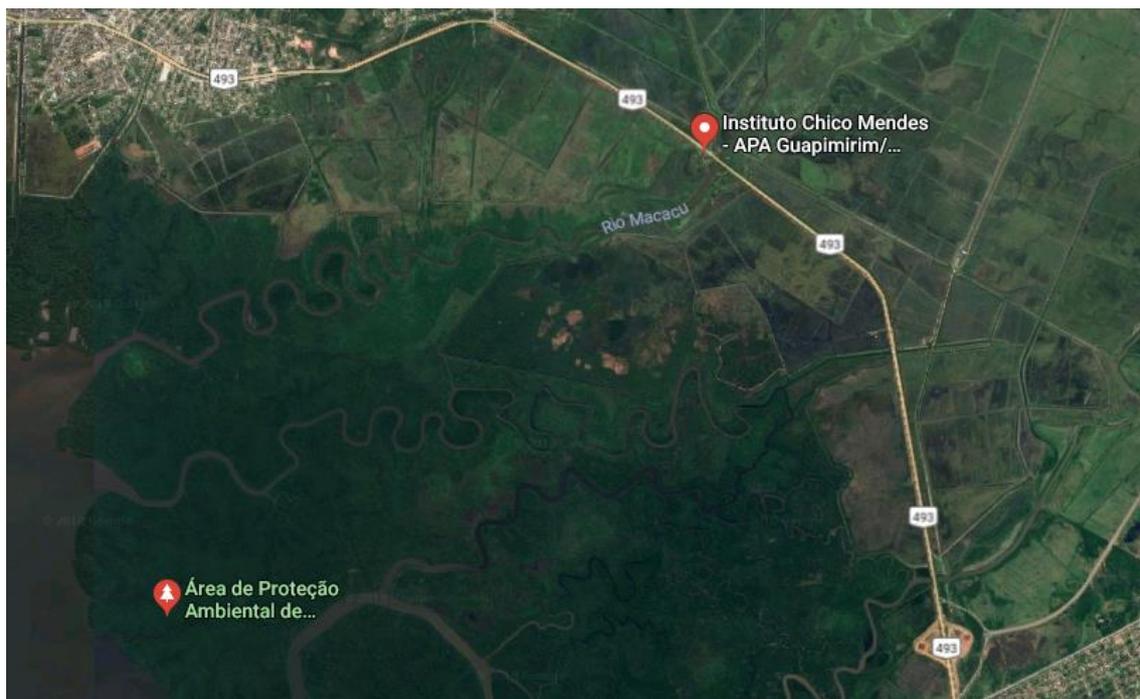
Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

A **Unidade de Paisagem 1**, figura 7, apresenta característica topográfica predominantemente plana e frágil, com baixo parcelamento e diversas propriedades com características rurais entremeadas de núcleos urbanizados. O traçado do Arco Metropolitano passa junto à borda da

APA de Guapimirim. Pela fragilidade, denota a necessidade de não romper conectividade ambiental da área. Apesar do PDAM (2011), também atentar pela importância da biodiversidade da região, como por exemplo a presença da Serra dos Órgãos e sua expressiva riqueza tanto da flora quanto da fauna, com índices de endemismo e ameaçadas de extinção, nenhum acompanhamento relevante foi dado pelos impactos da introdução da rodovia.

Verifica-se que 32% do território da área de abrangência do Arco Metropolitano estão indicados pelo PROBIO como áreas de alta, muito alta e extremamente alta prioridade para conservação. (PDAM, 2011, pág.55)

Figura 08 – APA de Guapimirim e a BR-493 (segmento do Arco Metropolitano)



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

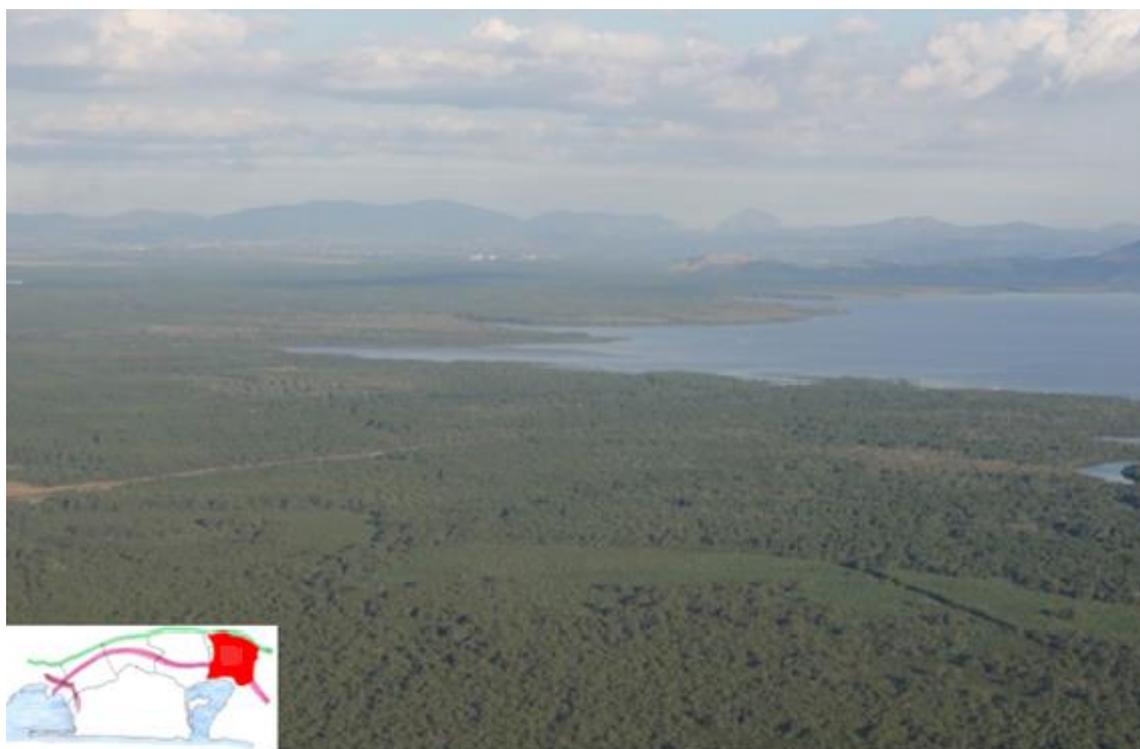
Segundo o próprio PDAM (2011) a área é formada por ecossistemas naturais essenciais para a proteção de mananciais hídricos como rios, encostas, e regulação da temperatura local. Ainda de acordo com o Plano Diretor, o município de Guapimirim conta com apenas 6% de área urbanizada, contrastando com 58% de áreas florestais.

Figura 09 – Instituto Chico Mendes – APA de Guapimirim com trecho da BR-493 (componente do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro)



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

Figura 10 – Unidade de Paisagem 1: denso florestamento



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação* (2012).

Não se pretende negar a existência de parcelamentos urbanos, como observado na figura 12 e figura 13 do município de Magé, contudo, na **Unidade de Paisagem 1** e sua preponderância de uma paisagem com denso florestamento de Mata Atlântica como constata a figura 10, impõe a necessidade do planejamento da ocupação do Arco Metropolitano em consonância aos impactos socioambientais da implantação do projeto. Com enfoque no Plano Diretor do Município de Itaboraí para o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, observa-se a ausência de um diagnóstico conciso sobre saneamento ambiental e, também não previa instrumentos para resolução de futuros problemas que poderiam vir ocorrer pela instalação do projeto.

Não tendo informações básicas sobre a sua rede de esgotamento, o Plano não avançou muito no seu tópico de diretrizes, colocando apenas itens como: “III-completar as redes de coleta e afastamento dos esgotos, encaminhando-os para tratamento nas atuais estações” ou “IV- incentivar a implantação de novos sistemas de tratamento de esgotos e de abastecimento de água” (SOUZA, 2015b, pág.80)

Figura 11 – Entroncamento da BR-493 e BR-116 em Magé



Fonte: Plano Diretor do Arco Metropolitano, 2011

Figura 12 – Unidade de Paisagem 1: área do Município de Magé



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Figura 13 – Unidade de Paisagem 1: Município de Magé

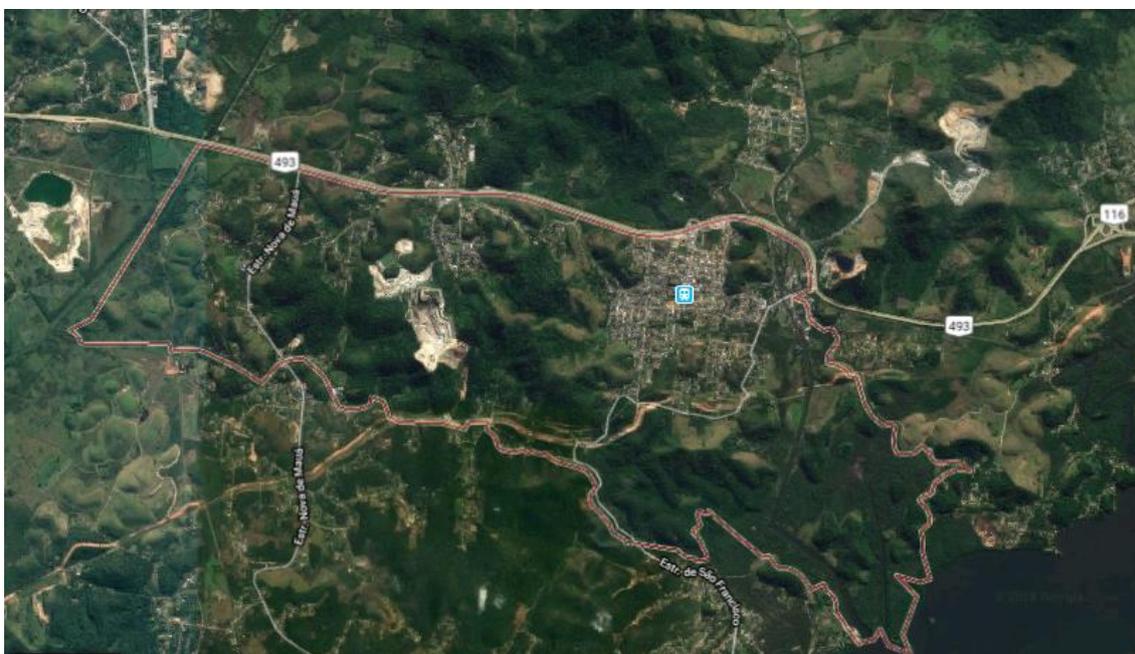


Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio

de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

O Município de Magé, compõe-se pelos distritos de Magé (Distrito-sede), Santo Aleixo, Suruí, Guia de Pacobaíba e Vila Inhomirim, com uma área total de 386 km². Ademais, o município de Magé é onde situa-se a de APA Suruí, uma área de influência direta das obras do COMPERJ e do Arco Metropolitano. Como pode-se observa na figura 14, no Distrito de Suruí, onde localiza-se a APA me questão, a BR-493, segmento D do Arco Metropolitano, corta diversas áreas que compõem a Mata Atlântica do território. De acordo com Peixoto (2017), o Decreto Municipal que cria a Área de Proteção Ambiental Suruí, tinha como objetivo proteger remanescentes florestais, nascentes e margens dos rios Suruí, Iriri, Inhomirim, Roncador ou Santo Aleixo e afluentes. O referido decreto levou em consideração a Lei Federal Nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Decreto Federal Nº 4.613 de 11 de março de 2003 (que regulamentou o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos), a Lei Estadual Nº 3.239 de 02 de agosto de 1999 (que instituiu a política estadual de Recursos Hídricos e cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos e regulamenta a Constituição Estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII), bem como a Lei Federal Nº 9.985 de 18 de junho de 2000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Contudo, APA Suruí como uma unidade de conservação de uso sustentável, no qual o uso dos recursos deve estar compatibilizado com ações que visem à conservação das áreas conservadas pela APA tem o Arco Metropolitano exercendo pressões nesta APA, no qual indica a incompatibilidade entre os interesses locais e a implantação do Arco Metropolitano.

Figura 14 – Distrito de Suruí



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída da *Google Earth*, 2018.

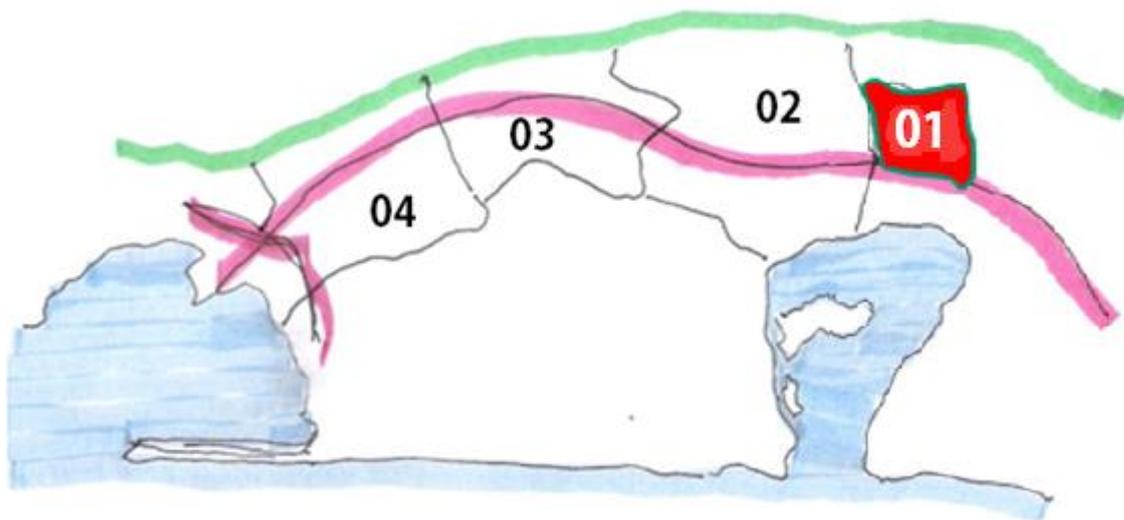
Figura 15 – Arco Metropolitano adentrando em Mata Atlântica



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

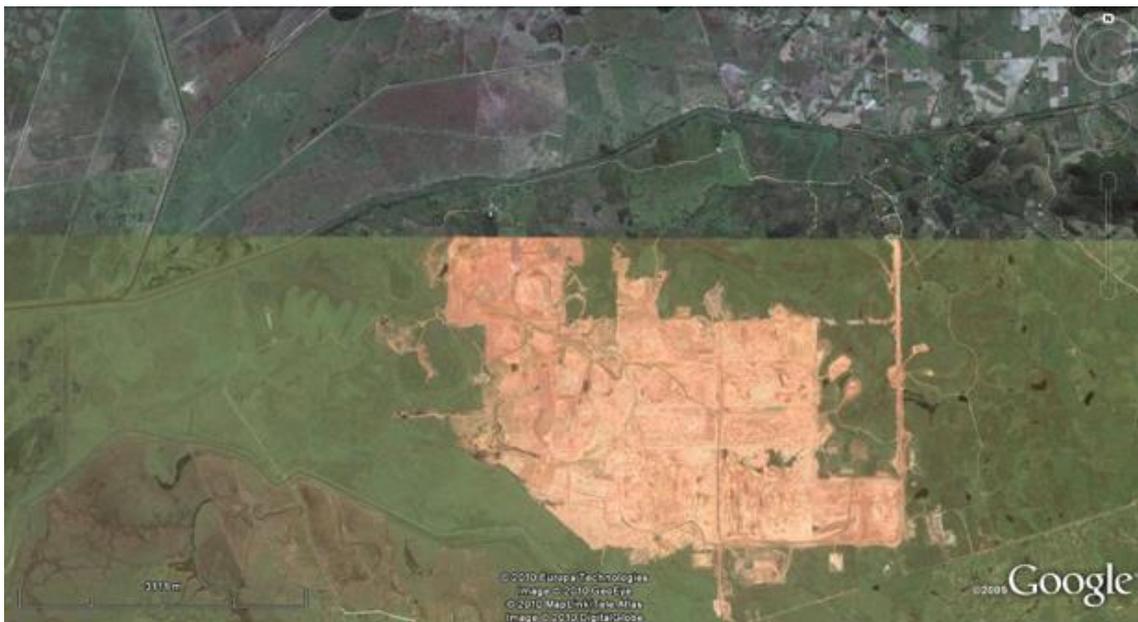
Em uma análise mais detalhada a partir de um recorte de escala dimensionado da **Unidade de Paisagem 1** feito por Silva (2012) para o que viria a ser o COMPERJ, maior justificativa para a construção do Arco Metropolitano, constata-se completo descompasso entre a predominância de Mata Atlântica e um dilaceramento da área para ocupação do complexo petroquímico como pode-se observar na Figura 17 , Figura 18, Figura 19 e Figura 20.

Figura 16 – Unidade de Paisagem 4: recorte da escala dimensionado



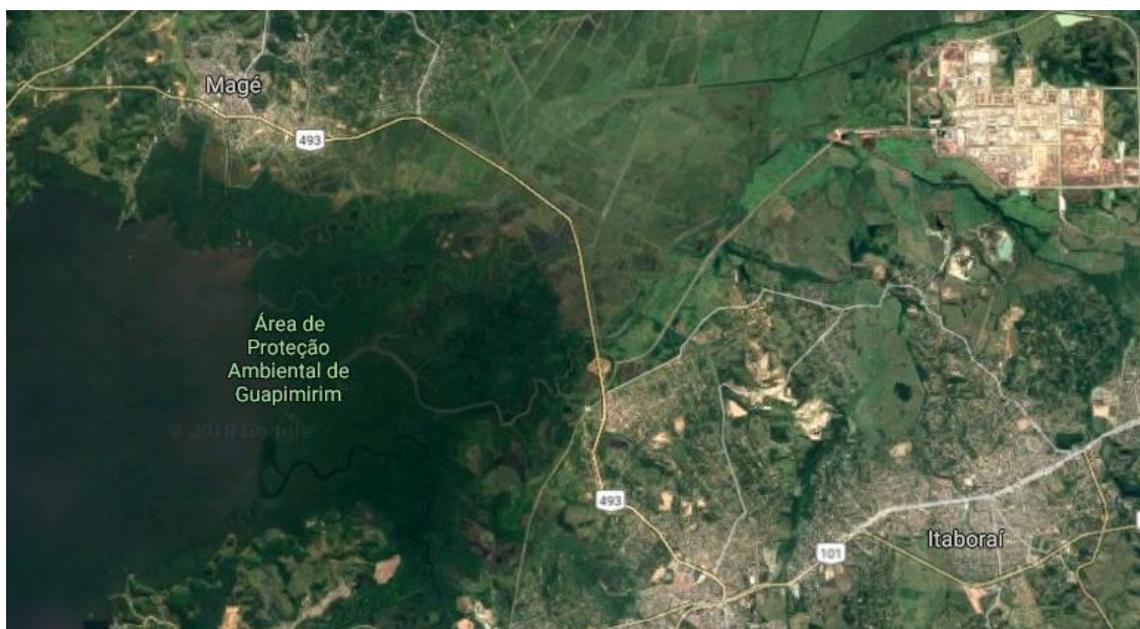
Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012)

Figura 17 – Unidade de Paisagem 1: recorte da escala dimensionado



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Figura 18 – Leste da Baía de Guanabara



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

Figura 19 – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro



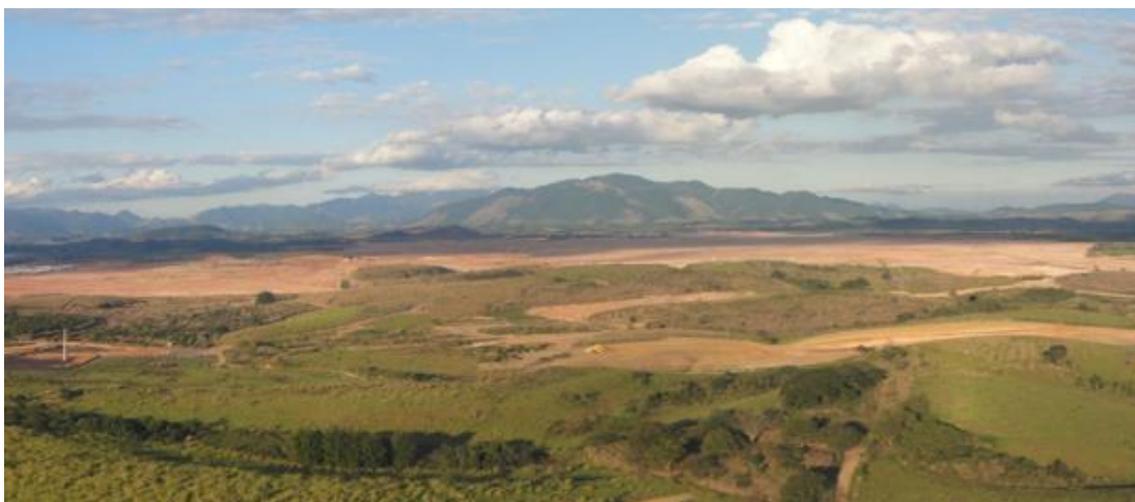
Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

Figura 20 – Unidade de Paisagem 1: recorte da escala dimensionado



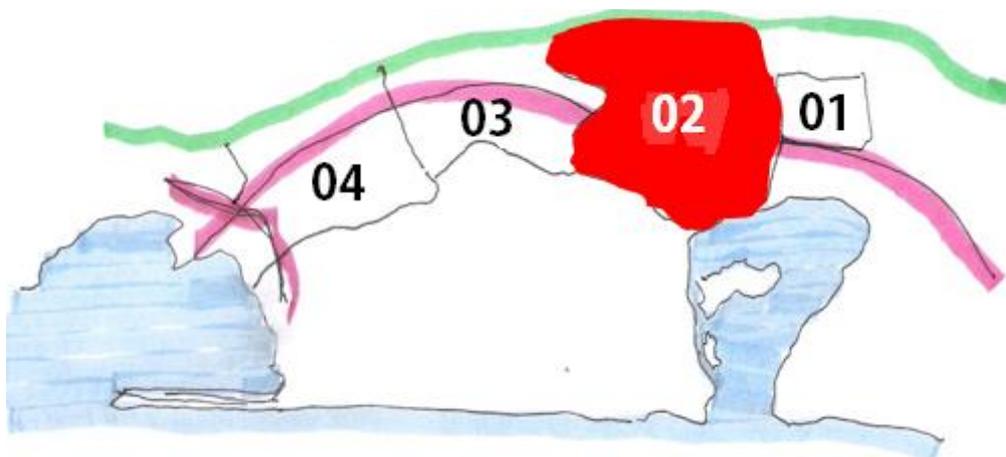
Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação* (2012).

Figura 21 – Unidade de Paisagem 1: recorte da escala dimensionado



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Figura 22 – Unidade de paisagem 2



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

A **Unidade de Paisagem 2**, Figura 22, tem como características formação topográfica plana com morros aparecendo de forma isolada. Em comparação com as últimas duas, contem setores fortemente urbanizados, mesmo que de forma isolada, e setores não parcelados onde a atividade rural se mostra presente. Ainda que tenha tido a necessidade de grande movimentação de terra, dada a escala da intervenção, o Arco Metropolitano conseguiu acomodar-se às características topográficas da região até chegar a um trecho já implantado pela duplicação de uma via já existente.

A região urbanizada apresenta características por início de verticalização ao mesmo tempo em que se percebe a presença de massa arbórea significativa. Como atenta Silva (2012), parte significativa desta massa se localiza em áreas particulares indicando que uma vegetação possa ter sido suprimida com a consolidação destas áreas urbanas. Ademais, a introdução do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro em uma área já consolidada, pela presença de complexos industriais como as existentes em Duque de Caxias, alerta pela necessidade de planejamento em possíveis novas ocupações. Como atesta Souza (2015b), o Plano Diretor de Duque de Caxias, permite que em alguns trechos do entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro o coeficiente básico do município fosse elevado para 4.8 mediante pagamento de outorga onerosa.

Figura 23 – Novos acessos informais no Arco Metropolitano



Fonte: SOUZA, Ticiane Ribeiro de. O papel da Ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. (2015)

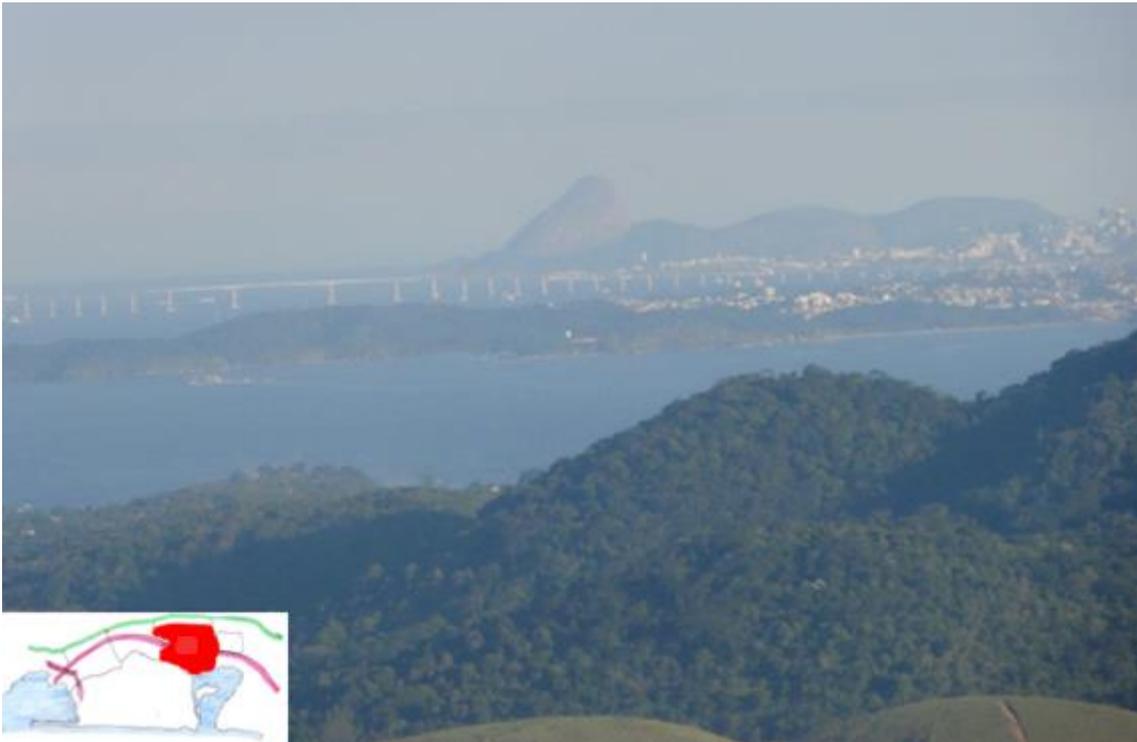
O **Trecho D** possui cerca de 22km, BR-116 Norte (Rodovia Rio-Teresópolis), adentrando o município de Magé e Duque de Caxias. Ao contrário dos outros, não sofreu obras pela já pela existência de duplicação. A responsabilidade da gestão foi concedida a empresa CRT.

Figura 24 – Imagem antes da implantação do Arco Metropolitano em trecho urbanizado



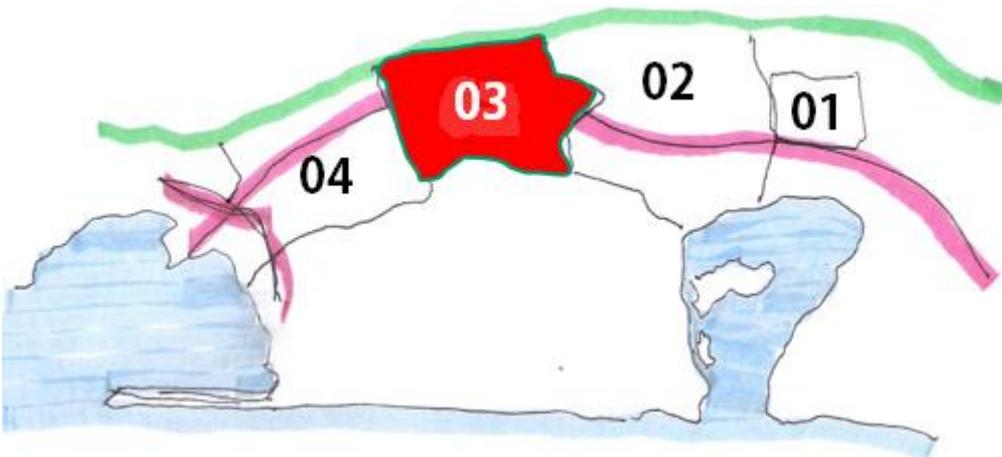
Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Figura 27– Unidade de Paisagem 2: ao fundo o Morro do Pão de Açúcar



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Figura 28 – Unidade de paisagem 3



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

A **Unidade de Paisagem 3**, figura 28, tem como característica uma formação topográfica composta por mar e morros onde a intervenção buscou caminhos para diminuir os cortes e aterros tendo como objetivo, manter o traçado que busca velocidade para a estrada. Esta

Unidade de Paisagem tem como característica o reduzido grau de parcelamento e pouca presença de atividades rurais e urbanas.

Figura 29 – Unidade de paisagem: foto aérea



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Figura 30 – Unidade de Paisagem 3: distrito de Esperança - RJ



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Cabe ressaltar a importância de um planejamento consonante com as necessidades específicas da tipologia de áreas com poucas atividades rurais e urbanas na introdução da rodovia, pois pode acelerar processos de apropriação e alteração de ocupação e uso do território como por exemplo aumento e surgimento de novas lagoas, fruto da exploração mineral, já presente (SILVA, 2012).

Figura 31 – Unidade de Paisagem 3: Arco Metropolitano adentrando na Mata Atlântica



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Para mais, alarma a negligência do PDAM (2011) com possíveis passivos socioambientais ocasionados pela implantação do projeto. Como pode-se observar nas figuras 31 e figura 32, a área é composta pela sua densidade de Mata Atlântica e poucas atividades urbanas e rurais. Portanto, a introdução do projeto determina uma nova dinâmica divergente as especificidades da região e, mesmo assim, não há projeções quantitativas que indiquem posteriores problemas ligados a poluição hídrica e do ar.

O **Segmento C** possui aproximadamente 72km, sem pista dupla, ligando os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Japeri, Seropédica e Itaguaí. O trecho foi inaugurado em 2014. A responsabilidade de gestão e construção pertenceu ao Arco do Rio, composto pelas construtoras OAS e Camargo Corrêa. Para este trecho salienta-se a recomendação para a tipologia viária. Sua composição deveria ser consideravelmente larga em todos os trechos, com seções transversais de cinquenta e cinco ou de cem metros. Apontando ainda a necessidade da rodovia não bloqueada, em pista dupla, com acessos controlados. O projeto ainda conta com agulhas de acessos de entrada e saída às pistas centrais em locais específicos, fazendo conexões importantes como: continuação da BR-101 em Itaguaí (ligações para a Região Norte e Sul do país), trevo de interseção na BR-465 em Seropédica, trevo de interseção na BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) que liga o Rio de Janeiro à São Paulo, acesso à Estrada Adrianópolis em Nova Iguaçu, acesso à RJ-125 que liga Japeri-Miguel Pereira em Seropédica, acesso à RJ-093 (Estrada dos Coqueiros, Japeri), acesso a BR-085 em Duque de Caxias. Porém, ainda que o projeto tenha previsto acessos controlados, muitos acessos foram construídos, ainda que informalmente (SOUZA, 2015). Como pode se observar na figura 23.

Figura 32 – Unidade de paisagem 3: imagem dimensionada



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Figura 33 – Unidade de paisagem 3: área ambientalmente frágil.

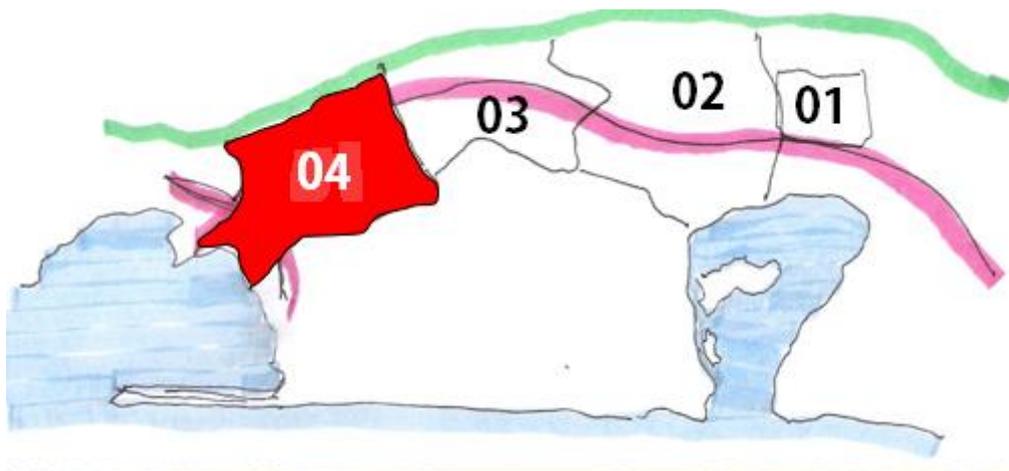


Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Na outra ponta, encontra-se o **Segmento B**, e **Unidade de Paisagem 04**, que possui aproximadamente 22km no total, ligando os municípios de Itacuruçá e Mangaratiba através da BR-101 (Rio-Santos) à Avenida Brasil e ao Porto de Itaguaí. A gestão da obra pertenceu ao Governo Federal/DNIT e execução das obras pelo Consórcio Carioca/Queiroz composto pelas construtoras Carioca Christiani Nielsen e Queiroz Galvão. Segundo o PDAM (2011) a região originalmente foi coberta por Floresta Ombrófila Densa, incluindo formações florestais, manguezais, matas ciliares e comunidades aluviais. Entretanto, antes da introdução do Arco Metropolitano a região já apresentava uma tipologia composta predominantemente por campo periodicamente alagável refletindo o antropismo estabelecido no local, que resultou em uma redução significativa das unidades florestais em bom nível de integridade ambiental.

Nesta região, onde se encontra o município de Seropédica, percebe-se um mosaico de paisagens composto por campos e fragmentos florestais bastante degradados. Mesmo assim, estão presentes importantes unidades de conservação, com destaque para a Floresta Nacional de Mário Xavier, além de RPPNs que cumprem a função de proteção ambiental dos remanescentes que ainda resistem à pressão antrópica da região. (PDAM, 2011, pág.65)

Figura 34– Unidade de Paisagem 4



SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Figura 35 – Unidade de paisagem 4: plana e pouco parcelada

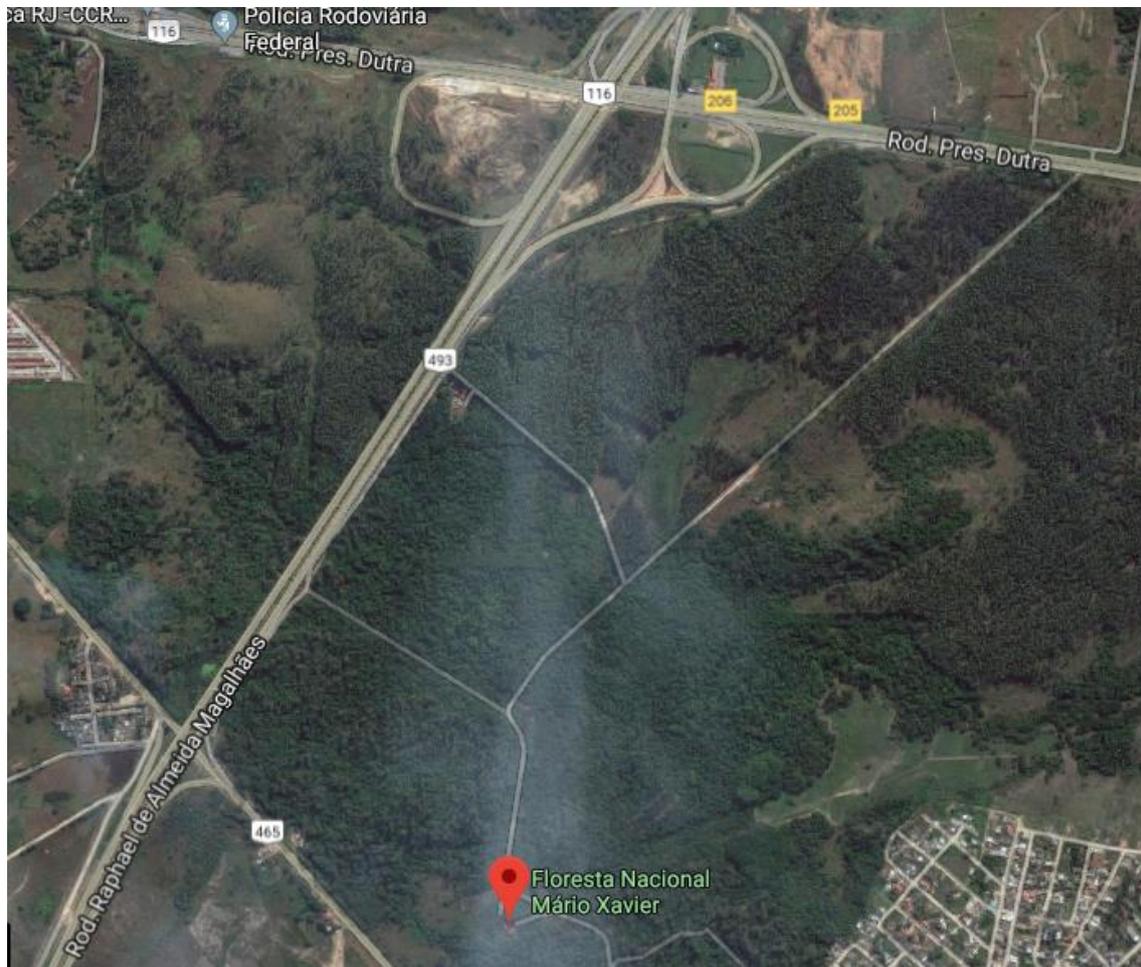


Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Como pode-se observar na figura 35 e figura 36, o Arco Metropolitano corta quase que ao meio a Floresta Nacional Mário Xavier, mesmo tendo como característica remanescentes conjuntos de Mata Atlântica que integram o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar. Por outro lado, Souza (2015) ressalta que na época do licenciamento da obra, foi usado o fator de parte da Floresta Nacional Mário Xavier ser ocupada por uma plantação de eucalipto, contudo, pode-se

constatar que a plantação estava restrita a apenas uma parcela da floresta e grande parte da FLONA tem em sua composição de Mata Atlântica.

Figura 36 – Floresta Nacional Mário Xavier cortada pelo Arco Metropolitano do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

Com aerofotos de abril de 2009 e janeiro de 2010, ilustram o trajeto em andamento das obras do Arco Metropolitano cortando a Floresta Nacional Mário Xavier. Apesar do licenciamento se referir à viadutos, a obra interfere na dinâmica da área. Destaca-se ainda que a Floresta Nacional Mário Xavier foi criada pelo Decreto Federal N°93.369, de 8 de outubro de 1986, uma gleba denominada Horto Florestal, com área estimada em 493ha que pertence ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Denota-se ainda o desenvolvimento de atividades na área por parte dos moradores do Município de Seropédica (56,4%), o que sobressalta um relevante estágio de apropriação e significado sociocultural da área. Ademais, completa

Além da apropriação exercida pela população, a área tem uma espécie ameaçada de extinção. A rã, de nome científico *Physalaemussoaresi*, foi descrita em 1965 pelo professor Eugênio Izecksohn, criador do curso de Biologia da Universidade Rural do Rio de Janeiro e responsável pela formação de gerações de herpetólogos (especialistas em anfíbios e répteis) no Brasil (BOURSCHNEIT, 2009). (SILVA, 2012, pág.218)

Por outro lado, Pinheiro (2015) dois meses após a descoberta da rã, na mesma floresta a presença do peixe *Notholebias Minimus*, reconhecido como vulnerável e na lista de espécies ameaçadas em extinção no Estado do Rio de Janeiro. Ambas descobertas causaram atrasos na obra do Arco Metropolitano. A resolução do imbróglio, segundo a autora, foi solucionada quando o Estado do Rio de Janeiro pagou uma quantia de doze milhões de reais para a construção de uma ponte sobre o pequeno lago e assim preservar o hábitat natural das espécies.

Figura 37 – Unidade de paisagem 1: características rurais



SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

Para a região elaborou-se um Plano Diretor com orçamento vindo do BID no total de US\$1,2 bilhões contando com quatro eixos temáticos: Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Econômico, Legislação Ambiental e Gestão Pública. Apesar do PDAM (2011) reforçar a necessidade de criar soluções para os impactos ambientais, cabe lembrar que na área, além da criação do Arco, já estão instaladas indústrias de grande porte além do Porto de Itaguaí, as diretrizes apontadas são dúbias e incertas podendo reforçar ainda mais a ocupação de uma área topograficamente rica pela sua diversidade ambiental. Portanto, mesmo com considerável índice de ocupação urbana, concentrando-se entre a BR-101 e ao norte do Porto de Itaguaí, a presença do Arco Metropolitano reforça ainda mais uma ação combinada entre o projeto e as especificidades da região. Ainda que o PDAM (2011) ateste que o município de Itaguaí, possa ser considerado como centralidade, ao receber um forte impacto dos inúmeros empreendimentos estruturantes vinculados a seu porto, e conseqüentemente exercer maior influência nesta sub-região, ainda pouca atenção é dada aos impactos da instalação do Arco e tampouco aos empreendimentos estruturantes.

Figura 38 – Entroncamento na unidade de paisagem 4



Fonte: SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação (2012).

O que pôde-se observar que apesar do PDAM (2011), a FIRJAN (2008), a RIMA (2007) traçarem diretrizes para as supostas potencialidades que a obra viria promover, o traçado não considera os impactos ambientais e socioeconômicos que o projeto possa vir a causar. Ao atribuir toda responsabilidade ao poder público no que diz respeito à solução dos impactos socioespaciais e ambientais, onde supostamente o Estado nacional seria o mediador das tensões no intuito de ser a ferramenta para a prevalência da vontade coletiva, o que se observa com o Arco Metropolitano é o descompasso entre as especificidades dos municípios e o traçado adotado. Mesmo que o PDAM (2011) coloque a importância de se aperfeiçoar as estruturas de administração municipal, a análise morfológica permite observar que pelo suposto discurso de desenvolvimento, pouco se atenta dada fragilidade dos territórios em questão. Consequentemente, pela característica do modal viário ser o que mais emite poluentes na camada atmosférica, nenhuma atenção é dada ao aumento dos índices de poluição sonora ou do ar. Sob o discurso, com uma racionalidade puramente instrumental da atração de empresas, a integração do Porto de Itaguaí à malha rodoviária nacional e ao futuro Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, a ligação entre os eixos rodoviários beneficiados pelo projeto sem a necessidade de circulação pela Avenida Brasil e Ponte Rio-Niterói desviando o fluxo das principais vias de acesso à capital e aumento dos níveis de acessibilidade dos municípios próximos ao Arco e que concentram grande contingente populacional, a análise morfológica permitiu observar um abismo na existência do projeto com objetivos para o interesse da coletividade. Contudo, para uma análise mais alicerçada, o presente estudo trás a necessidade

de contextualizar o contexto político-econômico do projeto salientando o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e o Porto de Itaguaí.

3.2 – CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO

Concebido em 1974, sob a denominação de Arco Rodoviário, o projeto por mais de três décadas ficou apenas no papel. Ainda que o presente trabalho considere as subseqüentes crises na economia do Estado do Rio de Janeiro, especialmente entre 1980 e 1990, dificultando a construção do projeto, atenta-se para a transfiguração do projeto de sua concepção inicial como sumariamente eixo rodoviário, para este, como parte de um projeto econômico. Como segunda maior economia regional depois de São Paulo, o Estado conta em sua tipologia com uma grande área costeira como rota de passagem de três importantes rodovias nacionais, BR-101, BR-116 e BR-040, cinco portos marítimos, classificados entre os mais importantes do país (Porto do Rio de Janeiro e Porto de Itaguaí), o quarto maior aeroporto em movimentação de cargas do país (Aeroporto Antônio Carlos Jobim) e duas das mais importantes ferrovias do Brasil (MRS e Ferrovia Centro-Atlântica) tendo ainda, sua localização em um centro virtual de 400km de raio reunindo cerca de 50% do PIB brasileiro. Cabe ressaltar que a estrutura logística do Estado serviu de suporte para o crescentes superávits nas exportações nacionais, que mais que dobraram entre 1995 e 2010, passando de 4,4% para 9,9%³² e, ainda de acordo, ocorreu de forma inédita a atuação mais destacada de empresas transnacionais na economia do Estado como desdobramento direto da atividade petrolífera, trazendo disputas por contratos de fornecimento e compartilhamento do desenvolvimento tecnológico (SOBRAL, 2012). Ademais, o Arco Metropolitano, se não corta diretamente, tem influência direta nos municípios da Baixada Fluminense, sendo apontado como fator preponderante para o desenvolvimento destes.

O Arco Metropolitano, maior investimento rodoviário pelo PAC com custo final de R\$1,9 bilhões, evidencia como grandes investimentos públicos em projetos urbanos podem promover intencional ou inintencionalmente rupturas institucionais, urbanísticas, legais e políticas³³. A partir da análise dos Planos Diretores dos municípios foi possível constatar que em quase todos os casos, o projeto era mencionado como uma potencialidade para o desenvolvimento econômico municipal (SOUZA, 2015). Apesar de se considerar a possibilidade do projeto trazer novas oportunidades aos municípios, atenta-se ao fato que o Arco Metropolitano não se constitui apenas como uma intervenção física sobre as cidades, mas, a convergência da construção identitária e da retórica da unidade cidadã que determina a duplicidade entre a cidade que fala como competitiva e atrativa, e a cidade que se cala sobre suas mazelas e misérias (VAINER, 2013). Portanto, o projeto sob o signo do crescimento e oportunidades, evidencia a dinâmica dos interesses dominantes que cooptam e instrumentalizam a máquina pública para

³² No entanto, é preciso ter claro que isso se deve a um estreitamento de sua pauta exportadora. Como aborda Sobral (2012), as únicas atividades que aumentaram sua participação de maneira significativa foram: extração de petróleo e serviços relacionados (expansão de 66,9%) e veículos automotores (expansão de 3,2%). O autor ainda destaca que grande parcela da pauta exportadora é composta por *commodities* industriais.

³³ (VAINER, 2013, pág.154) “Difícil separar as dimensões institucionais e políticas, embora os planejadores estratégicos se esmerem em produzir um jargão em que o institucional assume a forma neutra e despolitizada que seria a imagem perfeita de uma cidade sem conflito, a não ser aqueles que nascem do encontro e confronto de interesses (e grupos de interesses) num mercado pouco ou nada regulado.”

render benefícios significativos a seus interesses de valorização³⁴. Portanto, administrações municipais ao adotar uma postura de incentivo às obras do Arco, seja com claro apoio de forma a viabilizar sua construção, seja adotando postura omissa, não colocando condicionantes para ocupação no entorno do projeto, evidenciam os efeitos perversos de uma estrutura institucional política já em estado de putrefação.

(...) as políticas de representação são formatadas por questões concretas como: quem possui, quem ocupa e quem controla os espaços públicos da cidade. Essas questões referem-se a objetos usuais da economia política urbana: valor da terra e forças que o alteram, relações entre classes sociais, convergência de interesse entre as leis do Estado e as pessoas e instituições com poder econômico. (FIX, 2007, pág.116)

Os processos decisórios são fechados à participação, a informação é sonegada ou manipulada, criando obstáculos importantes à constituição de uma cidadania democrática consciente e ampliada. Consequentemente, “os governos das cidades abandonaram a visão administrativista predominante nos anos 1960 em direção a uma ação “empreendedora” nos anos 1970 e 1980. De um lado, as cidades foram envolvidas por um ambiente geoeconômico marcado por caos monetário, movimentos especulativos do capital financeiro, estratégias globais de localização de corporações multinacionais e intensificação da competição entre localidades. [...], os programas neoliberais de desregulação, privatização e redução do gasto público também penetraram na agenda dos governos locais, o que transformou suas políticas urbanas em verdadeiros laboratórios, com experimentos que vão do *marketing* de cidades a zonas especiais de promoção econômica, megaprojetos globais e organização de corporações locais de desenvolvimento urbano.” (ROLNIK, 2015, pág.225)

A partir de uma análise precisa das constatações de Logan e Molotch da “máquina de crescimento”, Ferreira (2007) enfatiza que o papel da cultura, como elemento aglutinador de um sentimento geral de aceitação dos investimentos no planejamento estratégico abusa-se do cenário de crise. O discurso tem como função reforçar a ideia que a estar aberto a oportunidades de investimento é a única saída possível. Contudo, ressalta o autor, o interesse de fundo está, portanto, na possibilidade do “consenso-público-privado operativo”, o objetivo é apenas e tão somente beneficiar os interesses de rentabilidade dos capitais. Portanto, o Arco Metropolitano é introduzido em um suposto cenário fértil na geração de novos investimentos para o fortalecimento do Estado do Rio de Janeiro, especialmente para a Indústria Extrativa, Empresas Transnacionais e Indústria da Construção Civil. Para tanto, o projeto é exposto tanto pelos agentes políticos quanto os econômicos como base de um projeto econômico-industrial que seria capaz de dispor aos municípios oportunidades de desenvolvimento. Sendo assim, para uma análise do contexto político econômico do projeto, o seguinte tópico avaliará o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o Porto de Itaguaí (considerando suas zonas de influência), a região conhecida como Baixada Fluminense e por último a análise dos Planos Diretores dos municípios envolvidos pelo Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

³⁴ (FERREIRA, 2007, pág.140) “...é fácil perceber que a disputa por localizações ocorre à medida que estas rendem lucros, ainda mais em cenários – como o das cidades subdesenvolvidas – em que o trabalho social investido (a infraestrutura) não é homogêneo, mas sim escasso e pontual, exacerbando os desequilíbrios de preços. [...]. Há evidentemente altos ganhos imobiliários em jogo, que ocorrem à medida que os diferentes agentes da produção do espaço vencem ou não as disputas pelas melhores localizações.”

3.2.1 – COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) despontou como o maior empreendimento individual da história da Petrobrás. Com previsão, em 2012, de R\$15 bilhões de investimento sendo parte deste do PAC. Para a estatal o projeto teria a capacidade de gerar cerca de 200 mil empregos diretos, indiretos e além dos efeitos de renda em âmbito nacional. O projeto integra-se ao Plano de Negócios da Petrobrás 2010-2014 no segmento de refino, transporte e comercialização. O aumento do consumo de alguns combustíveis no país, como óleo diesel e querosene de aviação (QVA) levaram a Petrobrás alterações do projeto original do COMPERJ, revertendo-o em sua duplicação, tendo duas refinarias, cada uma com capacidade para processar 165 mil barris diários de petróleo pesado. O projeto não consiste apenas na produção de matérias-primas, mas de combustíveis, tendo o intuito de estimular a instalação de outras indústrias de bens de consumo na região pela influência do polo (BRITO, 2011)³⁵. O Brasil por exportar óleo cru pesado e importar significativa quantidade de óleo leve reservava ao polo, importância em sua consolidação. Contudo, para o Estado do Rio de Janeiro a atividade petrolífera tem ainda maior relevância no seu Valor Adicionado Bruto (VAB). O avanço desta atividade contrasta com a redução parcial do peso dos Serviços no VAB do Estado, embora, continue expressivo (2/3 do total). A participação relativa dos serviços passou de 79,6% para 68%, enquanto a participação relativa da indústria passou de 1,2% para 15,4%, salientando que quase a totalidade da indústria extrativa no Estado do Rio de Janeiro refere-se à atividade petrolífera (SOBRAL, 2012).

A localização do COMPERJ fica a Leste da Baía de Guanabara no município de Itaguaí³⁶. De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2007, a escolha da localização do polo teve como justificativa a disponibilidade e facilidades da região, especialmente pelas crescentes expectativas da construção do Arco Metropolitano que viabilizaria a ligação entre o até o Porto de Itaguaí. Consequentemente, o COMPERJ disponibilizaria ao município de Itaboraí quanto aos adjacentes, maior competitividade para as cadeias produtivas da região, inclusão social, geração de empregos, etc. Ainda de acordo ao RIMA (2007), o complexo não apenas proporcionaria renovação econômica, como também ambiental, pois o projeto incluía também um Corredor

³⁵ Ainda de acordo com Brito (2011), Cálculos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) salientavam que o COMPERJ aumentaria em R\$10 bilhões o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Rio de Janeiro. O estudo incluía a geração de lucros e tributos com a produção e o refino de 150 mil barris de petróleo por dia que seria viabilizado na primeira fase do projeto. A iniciativa da Petrobrás com o COMPERJ no município de Itaboraí importaria grandes impactos para a economias das cidades que fazem parte do Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste), contido pelos municípios de Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Maricá, Niterói, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo, Tanguá e Silva Jardim. Ainda de acordo com a FIRJAN, no relatório Decisão Rio – Investimentos 2010 – 2012, a intenção da Petrobrás em injetar aproximadamente R\$77 bilhões na região, sendo R\$18 bilhões na implantação do COMPERJ, estes investimentos como o maior feito pela estatal. O Leste Fluminense receberá a maior parte dos investimentos com 12,3%, seguido pela região Norte com 10,3% em função do Complexo Portuário do Açú, em função do Complexo Portuário do Açú, em São João da Barra.

³⁶ Após a definição do Estado do Rio de Janeiro como receptor do COMPERJ, os debates voltaram-se para a escolha do município. Na disputa despontaram as cidades de Campos dos Goytacazes e Itaguaí. Porém evidenciou-se o apoio declarado da então governadora Rosângela Matheus Garotinho, 2003-2007, opositora do Governo Federal e com forte base eleitoral em Campos. A governadora assentava clara preferência a este município divulgando em diversos municípios o logotipo: “A refinaria é nossa”. Contudo, o Governo Federal anuncia a locação do polo para o município de Itaboraí, sendo fixada uma área de 45km² e com sua configuração incluindo, em uma mesma área, industrial, unidades de Refino e unidades petroquímicas (MOYSES, 2010).

Ecológico que teria o plantio de quatro milhões de mudas. O COMPERJ garantiria atender aos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social.

Contudo, segundo representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ambos afirmam que a escolha da localização foi indesejável do ponto de vista ambiental. De acordo com estes órgãos, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado pela Petrobrás foi superficial dada a magnitude do COMPERJ. Na disputa entre o municípios de Campos dos Goytacazes e o município de Itaguaí, o segundo tem a proximidade uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável no raio de 10km, a APA de Mangaratiba, e quatro UCs no raio de 20km, a APA estadual de Gericinó-Mendanha, o Parque Estadual da Pedra Branca, a Reserva Biológica e Arqueológica Estadual de Guaratiba e a Floresta Nacional Mário Xavier. Por outro lado, Campos possui apenas uma UC no raio de 20km, a Estação Ecológica de Guaxindiba. Ainda conforme os órgãos, a justificativa como base a proximidade de matéria-prima e dinamização da economia, ainda favoreceriam a escolha pelo município de Campos dos Goytacazes, especificamente o distrito de Travesão.

O complexo tinha previsão do seu funcionamento para 2013 direcionando-se à produção de combustíveis. Para o ano de 2015 a previsão era na incorporação da produção de matérias-primas petroquímicas e, finalmente no ano de 2017 o funcionamento da segunda refinaria. Como aponta Brito (2011), na primeira fase a prioridade é produção de combustíveis como o diesel e combustível de aviação (QAV). A estrutura com unidades geradoras de produtos de 1º geração como propeno, butadieno e benzeno tendo ainda a capacidade de eteno na ordem de 1,3 milhões de tonelada/ano. Nas unidades geradoras de 2º geração petroquímica a produção de estireno, etileno-glicol, polietilenos e polipropileno, etc. O COMPERJ tinha como previsão também uma Central de Produção de Utilidades (CDPU), responsável pelo fornecimento de água, vapor e energia elétrica necessários para a operação do Complexo.

O COMPERJ previa a instalação de até oito unidades de transformação de resinas no entorno do empreendimento com a previsão de que o investimento inicial fosse pago em cinco anos, uma vez que a estatal teria ganhos de US\$2 bilhões por ano com o aproveitamento do petróleo pesado no mercado interno. As expectativas de faturamento anual giravam na ordem de US\$5,8 bilhões decorrente tanto de vendas dos produtos produzidos pela Unidade de Petroquímico Básico (52%), quanto pela Petroquímicos Associados.

Em sua primeira etapa, prevista para ser concluída em 2015, o COMPERJ terá capacidade de processar 165 mil barris de petróleo por dia, abastecendo o mercado com o óleo diesel (42,9% da produção), nafta petroquímica (22%), querosene de aviação (16%), coque (10%), GLP (5,5%) e óleo combustível (4,1%). O segundo trem de refino do COMPERJ encontra-se em fase de avaliação e, provavelmente, terá capacidade de processar 300 mil barris de petróleo por dia, cuja operação está para ser iniciada em janeiro de 2018. Além dos trens de refino, o projeto COMPERJ ainda contará com unidades de produção de lubrificantes e aromáticos, bem como unidades de processamento do gás natural produzido no Pré-Sal, que também será utilizado como matéria-prima para as plantas petroquímicas. As unidades petroquímicas têm previsão de operação em 2018, produzindo eteno, propeno, estireno, polietilenos, polipropileno PTA e PET, entre outros petroquímicos. As empresas de 3º geração, que poderão ser atraídas

pelo COMPERJ a se instalarem nos municípios vizinhos e ao longo do Arco Metropolitano, que ligará Itaboraí ao Porto de Itaguaí, será responsável por transformar esses produtos petroquímicos de 2º geração em bens de consumo. (BRITO, GUANZIROLLI, RIBEIRO, MACHADO, NOGUEIRA, 2017, pág. 5)

Como efeito indutor dos investimentos, presumia-se a atração de empresas de 3º geração a se instalarem nos municípios vizinhos e ao longo do Arco Metropolitano. Ainda nos prognósticos, a Petrobrás acreditava que cerca de 200 empresas de transformação investiriam US\$200 milhões e gerar 4 mil empregos após a instalação do polo com expectativa de gerar 212 mil empregos diretos, indiretos via efeitos sinérgicos.

Apesar do trajeto positivo da Indústria Extrativa Mineral do Estado do Rio de Janeiro, movimento que se inicia no final dos anos 1980, é preciso ter claro o grau de quase semi-estagnação da indústria de transformação da economia fluminense. A Indústria da Transformação não exibiu crescimento de produção física, mesmo ainda representando 10% da economia estadual. Esse deslocamento revela uma dinâmica econômica muito dependente do aproveitamento de recursos naturais, sobretudo uma dificuldade de acionar devidamente potencialidades ocultas da gama de recursos ociosos e latentes no território. O aproveitamento restrito de vantagens competitivas dispostas no território, dispersa-se vantagens competitivas que poderiam ser acionadas a partir de encadeamentos produtivos mais virtuosos. Além do que, Cagnin e Cintra (2008), apontam as restrições de potencialidades endógenas ligadas a exploração de recursos naturais. A ampliação relativa do peso dos recursos naturais torna as receitas de exportação mais voláteis, associada ao ciclo de preço desses produtos, *commodities*, o que consequentemente “contamina” a trajetória da taxa de câmbio. Logo, a incerteza a respeito da taxa de câmbio prejudicaria os setores exportadores e os investidores estrangeiros por elevar o risco de suas operações. Não se trata aqui de críticas relacionadas ao investimento na Indústria de extração, mas, atentar na necessidade de um acompanhamento de políticas públicas ligadas aos seus efeitos secundários e, sobretudo, políticas públicas direcionadas as Indústrias de Transformação presentes no território do Estado do Rio de Janeiro.

Concentrando-se na análise do ramo da Indústria Extrativa Mineral, quase a totalidade do Estado refere-se à atividade do petróleo e a parte deste, evidencia-se uma pauta produtiva estreita tendo como composição a produção de minerais de baixo valor voltada para o mercado regional. Ao destrinchar o setor, percebe-se que municípios como Seropédica, Itaguaí e Nova Iguaçu - destacam-se pela produção de alguns minerais não-metálicos (areia, feldspato e rochas para construção civil), o Noroeste, Norte e Baixadas Litorâneas se destacam pela produção de pedras de revestimento, rochas ornamentais, argila e areia (SILVA, 2009). Portanto, a capacidade de arrasto do setor é insatisfatória para fortalecer atividades da mesma base técnica.

Ademais, na região antes da instalação do COMPERJ, tem como característica a concentração do PIB em atividades de serviços pouco dinâmicos com defasagem em termos de remuneração média mensal, tanto em relação ao Estado do Rio de Janeiro como no Brasil. Portanto, evidencia-se a necessidade de remover entraves ao desenvolvimento local e empresarial, especialmente municípios como Guapimirim, Itaboraí, Magé, Silva Jardim e Tanguá. A existência de bolsões de pobreza e desigualdades inter-regionais expressivas persistiram mesmo com políticas públicas implementadas como o Bolsa Família (BRITO, 2011). A estruturação destas atividades

econômicas, articuladas as condições socioeconômicas da localidade, não demonstram capacidade endógena para articulação e dinamização das expectativas dispostas pela estatal.

Apesar das expectativas, a partir dos expressivos investimentos, em oportunidades de negócios na região, identifica-se dificuldades para incorporar produção local de máquinas e equipamentos, dada a escala da demanda viabilizar essa produção e localização pré-existentes das empresas especializadas nessa produção em outras localidades. Em particular observa-se que a base local de produção de insumos e equipamentos é ainda limitada, com estrutura do fornecimento local estando vinculada fundamentalmente à base logística de apoio às obras de engenharia pesada (no próprio COMPERJ e na infraestrutura que o circunda) e a prestação de uma série de serviços especializados; as MPEs dedicam-se principalmente à provisão local de serviços de menor complexidade tecnológica. (BRITO, GUANZIROLLI, RIBEIRO, MACHADO, NOGUEIRA, 2017, pág. 7)

No início da montagem do COMPERJ, a Petrobras encontrou grandes dificuldades para o transporte de equipamentos mais pesados. No início de 2011 chegaram ao porto da capital equipamentos importados com o peso em cerca de mil toneladas. Contudo, as rodovias existentes do Estado não suportavam o peso dos equipamentos levando a empresa solicitar ao governo fluminense o aval para criação de um porto em São Gonçalo, como forma de acesso definitivo e, o uso do rio Guaxindiba para acessar provisoriamente a obra da nova refinaria. Apesar do acesso pelo rio ter sido negado pela Secretaria Estadual do Ambiente por fazer parte da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, o porto teve sua licença aprovada (SOUZA, 2015). Com a estrada, a distância entre o COMPERJ e o porto de Itaoca seria inferior a trinta quilômetros, já em relação entre o COMPERJ e o Porto de Itaguaí com o uso do Arco Metropolitano, superior a cento e quarenta quilômetros.

Em reportagem do jornal O Globo, as obras sob responsabilidade da empreiteira Egesa, quase dois anos após ter a licitação aprovada, teve apenas 20% da estrada pronta. A postura da Petrobras em relação ao atraso nas obras dispôs a empresa mais oito meses e um adicional de US\$ 1 milhão para a conclusão. Contudo, o prazo ampliado se esgotou, a estrada não ficou pronta, resultando na dispensa da Egesa o acordo com a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia, sem licitação, pagando mais US\$ 118 milhões pelo serviço complementar contrariando recomendações do departamento jurídico da estatal. A quantia estava 85% acima do valor do contrato original. A obra foi concluída apenas em outubro de 2014, oito anos após o início da terraplanagem da refinaria com o custo total de US\$ 181,5 milhões, equivalente a US\$ 10 milhões por cada um dos 18 quilômetros com custo maior que a autoestrada vizinha, o Arco Metropolitano.

Os atrasos nas obras do COMPERJ, seja pela ampliação da Operação Lava-Jato³⁷ ou pelas oscilações do preço do petróleo, teve o projeto reduzido a uma única refinaria, com parte dos equipamentos comprados inaproveitados, canteiro de obras paralisado e as empresas fornecedoras submetidas a múltiplos inquéritos por corrupção. A reportagem salienta também que as incertezas em relação ao COMPERJ não fizeram a estrada que ligava ao Porto de São

³⁷ A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina.

Gonçalo sua subutilização, esta foi transformada em via expressa do tráfico de armas e drogas, pois acabou facilitando a logística das gangues cujos negócios começam nas margens da Baía de Guanabara.³⁸

³⁸ Comperj: estrada de US\$ 181 milhões virou rodovia do tráfico. < <https://oglobo.globo.com/brasil/comperj-estrada-de-us-181-milhoes-virou-rodovia-do-trafico-15935254> >

Figura 39 – Estrada construída para o COMPERJ vira rota do tráfico

ROTA DE ALTO RISCO

CAMINHO PARA LEVAR PEÇAS AO COMPERJ ATRAVESSA ÁREAS DOMINADAS POR GANGUES



- 1 As comunidades Fazenda dos Mineiros e Salgueiro formam o
- 2 Complexo do Salgueiro, onde há presença do tráfico de drogas
- 3 No trecho da estrada que faz a interligação entre o Complexo do Salgueiro e o Jardim Catarina, chama a atenção a **ausência de residências e de construções**. Consequentemente, o trânsito é livre de qualquer policiamento
- 4 Jardim Catarina tem dimensões de cidade. O tamanho da área e sua ligação com as rodovias Niterói-Manilha (BR-101) e Amaral Peixoto (RJ-104) dificultam a atuação das forças de segurança
- 5 Guaxindiba é um dos bairros mais pobres de São Gonçalo



Para transportar os equipamentos de grande porte, a Petrobras teve de construir um píer na Praia da Beira (Ilha de Itaóca) e uma via de acesso com aproximadamente 18 quilômetros de extensão

Fonte: Jornal O Globo, 21 de Abril de 2015

Ademais, acompanhado das expectativas do COMPERJ, obrigou-se a adicionar o crescimento da demanda por moradia, comércio, serviço e educação/ qualificação. O COMPERJ e o Arco Metropolitano, pelo grande contingente de mão de obra necessária na alocação dos projetos, já reforçava a necessidade de uma adequação da infraestrutura da região. Contudo, em 2016, o

Arco Metropolitano na região já continha ocupações irregulares, falta de sinalização, segurança precária e queda na movimentação de veículos de 15 mil ao dia para 6 mil³⁹.

Portanto, o projeto plasmado em justificativas econômicas, através de um discurso desenvolvimentista que buscava a modernização, o desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, sendo o Arco Metropolitano base para o sucesso da refinaria, o que se observa na “parceria” Arco Metropolitano e COMPERJ, é um completo descompasso. Por um lado, a própria natureza instável da produção de recursos naturais com sua reduzida capacidade de sinergia e integração de cadeias produtivas, especialmente os definidos como *commodities*, em conjunto os descompassos nas ações da estatal em busca da construção de uma estrada que teve um custo maior que do próprio Arco Metropolitano evidencia que os sentidos difundidos pelo site da Petrobrás, FIRJAN, folhetins, do governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo Federal, mídia, etc. pouco dialogam com o suposto desenvolvimento.

3.2.3 – PORTO DE ITAGUAÍ: SENTIDOS IMPORTADOS

Como uma das engrenagens centrais de suporte para extração de petróleo e gás relacionados à expectativa do Pré-Sal na Baía de Sepetiba, no município de Itaguaí, o Porto de Itaguaí. O plano de instalar em Sepetiba um grande porto concentrador de cargas é antigo. Em 1973, na época, então governo da Guanabara, promoveram-se estudos para implantação do porto, sob a denominação de Porto de Sepetiba. O projeto teria a função de atender principalmente o complexo industrial de Santa Cruz. No entanto, apenas em 2003, quando a Baía de Sepetiba aparece em uma estratégia mais abrangente, que dispunha o Atlântico Sul como área de influência econômica e geopolítica para o Brasil, o projeto ganha fôlego definitivo. A infraestrutura portuária, e todo o complexo fixado ao redor dos portos, assumiu papel chave como espaço de fluxo de capitais transnacionais e instalação de grandes projetos urbanos, que tem como característica impor novas e rápidas reconfigurações dos territórios com impactos diretos sobre a vida, economia e cultura das populações ali estabelecidas.

Os planos antigos são redimensionados amplificando as escalas, especialmente pela descoberta do Pré-sal em 2007. O relatório do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) de 2015 atenta que o Porto de Itaguaí desponta como principal “nó de ligação” da economia nacional com o comércio internacional. Sobrelevando ações do Estado por meio da concessão de benefícios fiscais, elaboração de legislações favoráveis à privatização dos portos, concessão de financiamentos públicos e da realização de investimentos. Ainda de acordo com o relatório do PACS, em paralelo, ampliaram-se também os investimentos privados na ordem de R\$3,8 bilhões, reforçando a opção do governo brasileiro pela privatização. Todavia, o projeto para funcionar como um grande *hub* concentrador do Atlântico Sul, implicam também a transformação e interligação com a “zona interior”, a hinterlândia.

Nos tempos recentes, destaca-se o papel da FIRJAN na articulação de ações e definição de políticas públicas para o desenvolvimento industrial e portuário no Rio de Janeiro (LEMOS & RODRIGUES, 2014).

³⁹ Reportagem O Globo, 10 de outubro de 2016. Ocupação irregular ameaça Arco Metropolitano. < <https://oglobo.globo.com/opiniao/ocupacao-irregular-ameaca-arco-metropolitano-20292998> > acesso em 25 de setembro de 2019.

Desde a década de 1980, a Firjan desenha propostas de desenvolvimento que enfatizam a posição estratégica (geoespacial) do Rio de Janeiro, com o objetivo transformá-lo num “hub” econômico (local destinado à concentração e redistribuição dos fluxos econômicos no país). Num documento mais recente, intitulado “Visões de Futuro: potencialidades e desafios para o estado do Rio de Janeiro nos próximos anos”, a Firjan reafirmou essa estratégia para o desenvolvimento da cidade e do estado. O documento destacava o Arco Metropolitano ao operar como o elo de interligação de toda região metropolitana, possibilitando a aproximação de Duque de Caxias (onde está a REDUC) e o Leste fluminense (onde está o Complexo Petroquímico - COMPERJ), e seus efeitos na redução nos custos e no tempo de transporte do interior do estado para o Porto de Itaguaí (antigo Porto de Sepetiba), bem como vislumbrava ainda, nos próximos 15 anos, a instalação em Itaguaí de uma retroárea para instalação de empreendimentos de apoio offshore para a exploração de petróleo do Pré-Sal (FIRJAN, 2014). (PACS, 2015, pág.59)

Pautado por um cenário otimista do período estava a crença da ocupação de toda retroárea do porto por empreendimentos relacionados à vocação do complexo industrial-portuário com efeitos endógenos no alcance de outros municípios próximos e interligados pelo Arco Metropolitano. O porto é público e administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, porém, dentro da estrutura além do cais de uso público arrendado para particulares, integra-se um terminal privado, Porto Sudeste, e um projeto de expansão com um terminal conjunto da Gerdau, CSN e Petrobrás, além da construção de um estaleiro de submarinos.

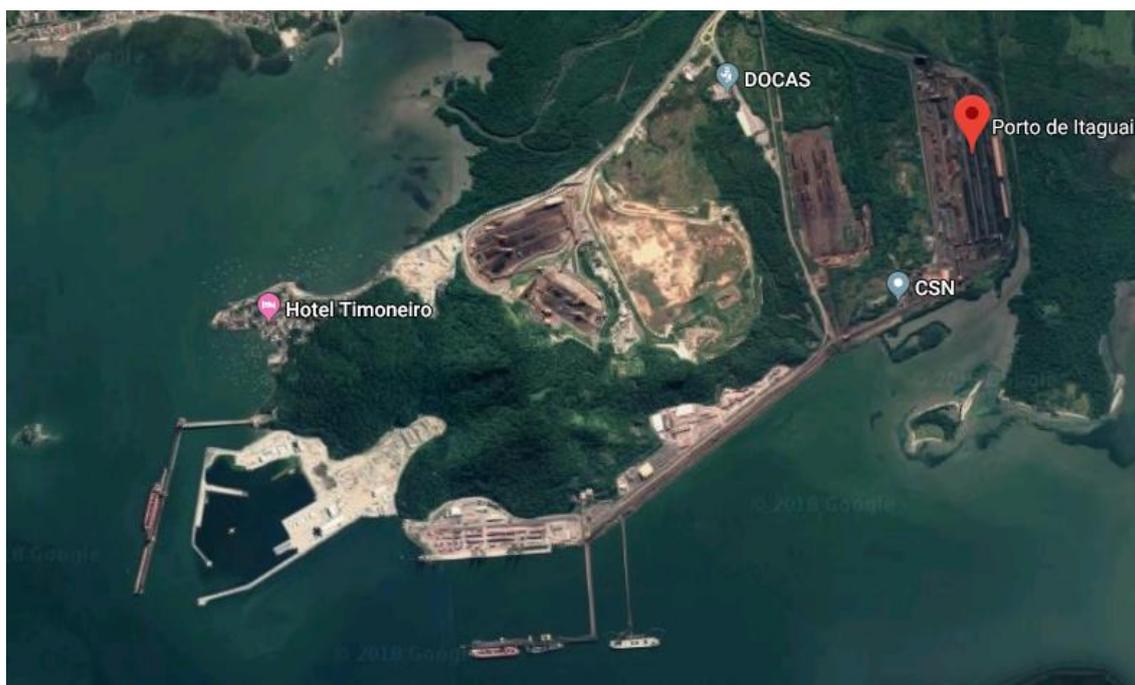
Nessa mesma linha, em 2007, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio de Janeiro (ZEE/RJ-2007) habilitou Itaguaí e a Ilha da Madeira a receberem o complexo industrial-portuário da Usiminas/Ingá, o Porto Sudeste LLX/MMX-EBX e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos Nucleares (Prosub-EBN). Esses empreendimentos passaram a ser sustentados pelo tripé: solução para passivos ambientais; fonte de desenvolvimento da região; e defesa de interesses e segurança nacional. Nos últimos trinta anos, o Brasil tem feito um esforço combinado entre ações diplomáticas, investimento em pesquisa nas ciências do mar e empreendimentos com o objetivo de fortalecer a capacidade militar frente aos desafios de segurança e defesa na área de influência do Atlântico Sul. Isso reforça os planos de consolidação do país como potência econômica no cenário internacional – estratégia que, em grande medida, depende da exploração dos recursos do mar (PACS, 2015, pág.61)

As configurações do Porto de Itaguaí contam com condições naturais importantes como o canal de acesso natural de aproximadamente 20 metros de profundidade, cais de 14,5 metros e 40 km da restinga de Marambaia, atuando como barreira natural que dispõem condições para navios de grande porte. De acordo com o PACS (2015), é o último atracadouro ao sul do Brasil antes dos contrafortes da Serra do Mar, sendo barreiras significativas à distribuição das cargas para o interior. Outra característica estratégica, especialmente para atração de indústrias, é a sua grande área plana no entorno, apta também em abrigar contêineres, além da sua localização privilegiada, próxima a centros produtores como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, facilitando o embarque de minérios (e chapas de aço), bem como granéis sólidos e cargas containerizadas (inclusive de grãos).

O projeto inicial da estatal de petróleo, divulgado em 2009, previa a construção de três terminais portuários em um terreno de 10 milhões de metros quadrados da empresa na Baía de Sepetiba. Enquanto um dos terminais serviria exclusivamente como centro de suprimento do Pré-Sal, movimentando desde mantimentos para os embarcados nas plataformas até peças de reposição das plataformas, outro terminal seria polo de armazenamento, mistura e exportação de petróleo. Neste caso, seria manipulado tanto o óleo do Pré-Sal, quanto parte da produção da Bacia de Campos. O terceiro terminal ainda não tinha uso definido, não estando definido se movimentaria resinas sólidas ou coque proveniente do Comperj (PACS, 2015, pág.70)

Entretanto, ainda que as características apresentadas possam determinar a o município com um “eldorado”, é preciso atentar que os megaempreendimentos planejados para a Baía de Sepetiba originados dos investimentos em portos, ferrovias, rodovias, minerodutos e outras infraestruturas, vêm alterando de forma radical o destino dos territórios, dos ecossistemas e das populações. Os grandes projetos extrativos, do agronegócio e da indústria de energia, têm em seus investimentos lógicas impactantes que subordinam as condições de vida locais a lógicas econômicas externas à região. Os novos fluxos relacionados aos interesses privados, nacionais e internacionais, proclamado como “desenvolvimento”, tem em seu corolário a negação da riqueza ambiental e cultural dos territórios nos quais estes se instalam.

Figura 40 – Porto de Itaguaí



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018

O município de Itaguaí tem como marca a riqueza ambiental, visto que, nos seus limites encontram-se cinco unidades de conservação. Essa nova configuração impõe as UCs o convívio com empreendimentos como o Polo Siderúrgico, a Província Portuária e, claro, o Arco Metropolitano, determinando o município o reconhecimento desta como “zona de sacrifício”. A superposição de empreendimentos e instalações impõe danos e riscos ambientais. Por outro lado, além dos impactos ambientais, o avanço destes grandes projetos se faz com a

característica inseparável das intervenções urbanas no Brasil com lógicas de exclusão social e marginalização social de populações tradicionais empobrecidas.

Figura 41 – Otimismo relacionado ao Porto de Itaguaí

Informe Publicitário

Um município pronto para receber a refinaria

O município de Itaguaí está pronto para receber a Unidade Petroquímica Básica que a Petrobras pretende construir no estado a partir de 2007. A cidade dispõe de toda a infra-estrutura que o empreendimento necessita.

O Porto de Itaguaí, que opera hoje com apenas 10% de sua capacidade, possui terminais ociosos. Eles poderão receber os navios que trarão o petróleo diretamente da Bacia de Campos para ser processado na unidade.

A Petrobras já tem no município uma área própria de 10 milhões de metros quadrados, vizinha ao porto, que foi reservada pela estatal há mais de 20 anos justamente para abrigar uma refinaria de petróleo.

O então presidente José Sarney chegou a lançar a pedra fundamental da construção da refinaria desde esta época.

Itaguaí tem energia elétrica e água corrente disponíveis para alimentar a unidade e as indústrias que venham a se instalar no município atraídas pelo empreendimento.

Ao mesmo tempo que recebe o petróleo, matéria-prima para a refinaria, o Porto de Itaguaí poderá ser usado para exportar ou mandar para outros estados parte da

produção da unidade petroquímica. A produção também poderá ser escoada através da ferrovia que hoje alimenta o porto e tem ligações com São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Além disso, Itaguaí é cortada pela BR-101 e pela RJ-099, e o Arco Rodoviário, obra prevista no orçamento do Governo Federal para 2006, integrará o município a outras regiões do país por via terrestre, sendo esta mais uma opção para o envio da produção para outras regiões do país.

O argumento maior para que Itaguaí receba a Unidade Petroquímica Básica da Petrobras é o de que a região onde Itaguaí se localiza - incluindo os municípios da Baixada Fluminense, da Costa Verde e da Zona Oeste do Rio - possui mais de 6 milhões de habitantes, com um índice de desemprego beirando os 40%. Toda essa mão-de-obra

disponível a menos de 30 minutos do local previsto para a construção da refinaria pode ser de grande valia durante a obra. As universidades da região estão integradas ao movimento pela refinaria em Itaguaí. Algumas delas elaboraram estudos que comprovam a viabilidade do projeto do ponto de vista ambiental. As universidades querem participar do empreendimento no campo da pesquisa e da formação de profissionais, com cursos voltados para a área do petróleo.



DECRETO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY CRIA PÓLO PETROQUÍMICO NO RIO DE JANEIRO, E PORTARIA REGULAMENTA O LOCAL NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

O Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, no uso de suas atribuições, e na forma do disposto no Decreto nº 94.745, de 07 de agosto de 1987, ouvidos o Ministro do Interior e os Governos do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Itaguaí, naquele Estado, resolve: Art. 1º - Fica delimitada uma área de terras, no Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, com 1.138 hectares e o perímetro de 19.836,466m, destinada à implantação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Foto: Flávio Marques

Fonte: O Globo, 16 de dezembro, 2005.

O complexo se articula e divide o espaço com um polo industrial que abriga empresas como Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)⁴⁰, Gerdau, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP). Os projetos de industrialização da Baía de Sepetiba tiveram seu início ainda no período do regime militar. No entanto, os planos de hoje atualizam aspirações para atender à integração às cadeias globais de *commodities*, destinando a região pelas vontades de uma elite de compradores potenciais, de capitais

⁴⁰ "...fortes denúncias feitas pela Fundação Oswaldo Cruz de graves problemas de contaminação e poluição ocorridas nessa localidade, por conta do início do funcionamento da TKCSA. No relatório intitulado "Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e da operação da empresa TKCSA", Dias *et al.* (2011) indicaram que o pó emitido pela siderúrgica, que está em funcionamento desde o segundo semestre de 2010 em Santa Cruz, contém substâncias tóxicas como silício, enxofre, manganês e outros. Os pesquisadores também citam no seu relatório todos os empreendimentos vinculados ao Arco (listados na figura 60) e comentam que eles "requerem uma efetiva fiscalização ambiental e avaliação dos impactos à saúde por parte dos órgãos públicos, de forma que as eventuais irregularidades cometidas no caso TKCSA não sejam recorrentes, trazendo riscos à saúde coletiva." (SOUZA, 2015, pág. 183)

nacionais e internacionais, visitantes e turistas com aspirações de determinar a Baía de Sepetiba a uma nova “vocalização”, de global.

A integração do Estado do Rio de Janeiro ao World Energy Cities Partnership (WECP), parceria mundial de cidades de energia, em que governos municipais integram uma rede internacional de serviços e recursos de apoio à indústria trazem nesta rede consigo interações diretas (*lobby*) entre empresas internacionais e autoridades locais das cidades participantes. Contudo, Cordovano (2007) atenta pelas vicissitudes do modelo de crescimento comandado pela transnacionalização entre conglomerados privados, crescente interligação nos circuitos financeiros que tem como marca a progressiva concentração de renda produzindo transformações na própria transformação do Estado nas economias periféricas, definindo novos marcos para a problemática do subdesenvolvimento. A integração da Baía de Sepetiba pelo complexo portuário coloca este território em dinâmicas transnacionais, que a direcionam a campos de decisões distantes e dicotômicas.

3.2.4- A BAIXADA FLUMINENSE

A Baixada Fluminense é composta por 13 municípios, com população de cerca de 3,5 milhões de habitantes e, (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2009), onde se gera em torno de 1/4 do PIB industrial do Estado do Rio de Janeiro. Em seu núcleo central encontram-se municípios como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Queimados e Japeri e pela Baixada Ampliada os municípios de Magé, Guapimirim, Seropédica, Paracambi e Itaguaí. Contudo, apesar da importância econômica e alta densidade populacional, a região é historicamente marcada pela desigualdade social, violência urbana e práticas políticas clientelistas. Como primeira representação do território, Rocha (2014), a região era o cinturão de pobreza em torno da “cidade maravilhosa”. Entre 1984 e 1996, a região registrou média de 75 homicídios por 100 mil habitantes, valor muito superior ao calculado pelas Organização das Nações Unidas (ONU) para áreas com o mesmo patamar de população (50/100 mil habitantes). Em estudo dos municípios que compõem a Baixada Fluminense, Rocha (2014, 2016) destaca a criação de significados, pelo discurso e representações hegemônicas na criação da região como moeda fiduciária⁴¹. Para o autor, as representações são criadas no jogo das relações sociais, enquadradas no tempo e no espaço, indicando fundamentos de interpretações nas quais as representações residem. Conseqüentemente, há uma conjuntura na qual as representações emergem para atender demandas específicas. Portanto, ao analisar a ação dos agentes dominantes na região, tanto na criação da forma física, quanto na consolidação de uma representação ideológica, desmistifica-se as práticas dos agentes locais e do Estado elucidando a história do território em questão. Por conseguinte, foi possível constatar através do trabalho de Rocha (2014, 2016), uma cooptação e representação dos municípios como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Duque de Caxias através de um discurso unívoco como espaço de oportunidades para atração de investimentos.

⁴¹(ŽIŽEK, 2013, pág.16) “...da mesma maneira que, para Marx, a esfera da troca oblitera (torna invisível) seu processo de produção, a troca linguística oblitera o processo textual que engendra o significado: em uma má percepção fetichista espontânea, vivenciamos o significado de uma palavra ou ato como algo que é propriedade direta da coisa ou processo designado, isto é, negligenciamos o campo complexo das práticas discursivas que produzem seu significado.”

A integração da Baixada Fluminense é constituída a partir da expansão de indústrias em busca do baixo preço das terras afastadas do núcleo central, em conjunto ao acesso dos principais eixos de transporte (ferroviário e rodoviário), a farta disponibilidade de água e abundância de mão-de-obra com baixa organização sindical, etc possibilitou a atração de indústrias na região. Contudo, o processo de ocupação não foi acompanhado de planejamento urbano tendo como resultado, sobretudo Nova Iguaçu e Duque de Caxias, municípios sem benefícios urbanísticos como, esgotamento sanitário, cobertura asfáltica, tratamento de água, etc. evidenciando o caráter fragmentário e centralizador no Estado do Rio de Janeiro. Essa estruturação origina a primeira representação hegemônica da Baixada que serviu para legitimar o *status quo* no cenário político regional, alimentando dialeticamente outras demandas no campo econômico. A pobreza urbana, miséria social foi comumente personificada e reificada em discursos políticos cuja a menção permitiu um (re)arranjo de poder. Posto que, a partir do discurso, o sujeito como representante da Baixada, esse “capital específico”, viabilizou a políticos da região personificar a região e desfrutar de uma carreira política. Logo, (Barreto, 2006), personagens como José Camilo dos Santos (o Zito) e Jorge Gama usufruíram a partir destes artifícios, explorando o “ativismo popular”, condicionando uma geografia política própria capaz de influenciar diretamente na seletividade espacial de ações políticas.

A Baixada se transveste em território. Sua enunciação, busca de sua legitimidade, e as disputas eleitorais em torno de suas potencialidades conferem a esta área uma visibilidade política. Após anos de 1990, essa visibilidade ganhou maior solidez, diante das confluências de eventos que propiciaram tê-la como um mote de intervenção a ser negociada politicamente. (ROCHA, 2014, pág.83)

No final dos anos 80 e início de 1990, especialmente pela construção da Linha Vermelha no qual trouxe facilidade no deslocamento entre o município do Rio de Janeiro e a Baixada da região, antes o “lugar distante”, surgem elementos que redirecionam os “significados para a Baixada”. Preliminarmente no destaque de novas dinâmicas, (ROCHA, 2014), o aparecimento de cadernos especiais em jornais como O Dia e O Globo inserindo informações culturais, econômicas e da vida dos municípios partícipes da “Baixada”. Contudo, a “união entre os pontos”, a partir da construção da nova rodovia, e a transferência de intervenção entre a União aos municípios, conduz a dinâmicas consideráveis aquecimento do mercado imobiliário na região em muitos municípios da região, como Nova Iguaçu e Duque de Caxias, expansão do setor terciário e industrial e acirramento das rivalidades sobre a cartografia eleitoral da região, ou seja, novas dinâmicas na conjuntura política e econômica que dão “novos sentidos” a região.

Em conjunto aos fatores mencionados, são associados ao surgimento de atores, agentes e organizações que se articulam em torno da Baixada Fluminense. Como exemplo das instituições e organizações, podemos citar: a) a Associação de Prefeitos da Baixada Fluminense, criada no início anos 1990; b) presença da FIRJAN com duas regionais na Baixada e promoção de debates sobre o desenvolvimento regional; c) ações do governo Estadual na constituição de uma secretaria específica para Baixada Fluminense; d) constituição de consórcios intermunicipais na Baixada como o CISBAF – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense; e) Projeção de instituições de movimentos culturalistas e historicistas como o IPAHB e a APPHCLIO que reforçam sua representação. (ROCHA, 2014, pág.71)

Com o mesmo anseio de apropriação do território para o benefício de determinados agentes, a região começa a ganhar novos sentidos, especialmente a partir de 2004, com a evocação do caráter regional nas campanhas políticas. A partir da liderança de Lindberg Farias do Partido dos Trabalhadores (PT), o processo culmina uma nova representação para a região, vinculada como espaço de lutas sociais, resistência, etc. e assim, espaço de oportunidade: o progresso. A liderança de Lindberg Farias o situa como “importante voz” na política dos municípios conjuntos da Baixada bem como do Estado.

A associação entre a personificação do político e a imagem territorial não é nova na Baixada, porém, em questões amplas, a articulação de Lindberg apresenta-se como singular por situar a Baixada no seio de uma nova representação conferindo-lhe o status de território na potencialização de usos de seus recursos simbólicos e matérias na geografia dos votos. (ROCHA, 2014, pág.102)

Em contrapartida, em 2010, quando Sérgio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assume o Governo do Estado do Rio de Janeiro, observa-se, mesmo com composições partidárias distintas, o prosseguimento de políticas implementadas para a região. Na estrutura de sua campanha eleitoral, Sérgio Cabral em maio de 2010 elabora uma cartilha de planos e ações para uma “Região” da Baixada construindo um sentido de progresso e desenvolvimento. A tentativa era delimitar a existência de uma área distinta qualificando estratégias para a região tendo em vista os investimentos na área de segurança e na malha viária, com a proposta da Transbaixada no qual se consolidaria como uma sub-rede viária de conexão para os municípios que não seriam diretamente cortados pelo Arco Metropolitano, mas que seriam conectados em formato de rede que viabilizaria ações e representações dos agentes no campo econômico.

Figura 42 – Transbaixada interligando Duque de Caxias à Nilópolis



As difusões de representações criadas para a região, antagônicas ao ideal de cidade como espaço do encontro, da festa e da pólis, (LEFÉBVRE, 2011), são nada mais que uma estratégia na constituição desta como moeda fiduciária para extração de renda dos agentes que comandam este território⁴². A conversão da imagem estigmatizada da Baixada para, recentemente, espaço

⁴² Foucault (2018) define duas formas de poder: poder disciplinar, aplicado ao corpo por meio de técnicas de vigilância e instituições punitivas, e o “biopoder”, que se exerce sobre a população.

do progresso, justamente no momento de conjunto de investimentos realizados na região, de natureza do capital industrial, como o COMPERJ, a megaprojetos como o Porto de Itaguaí e, finalmente, o Arco Metropolitano, em conjunto ao movimento de parte da classe média residente na cidade do Rio de Janeiro em direção a Baixada, aquecendo o mercado imobiliário da região⁴³, não carrega casualidade. A analogia entre a representação de progresso e desenvolvimento sob a liderança do então senador Lindberg Faria, sua rede de articulação com o Governo Federal e demais prefeitos da Baixada, o papel ativo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), consubstanciou novas rodadas de investimentos para a região, porém é importante ressaltar o papel de dominação do território pelo capital⁴⁴. Apesar dos agentes locais terem capacidade de influenciar em certo grau, (ROCHA, 2014), as estratégias e seletividade espacial das políticas públicas, principalmente em anunciar a Baixada como território uniforme, escondendo suas diferenças, na busca da atração de investimentos à região, a escala nacional e global sobrepõe-se as instituições locais.

A construção do Arco Metropolitano é um bom exemplo de como o governo do Estado vem atuando em prática e representação. Além de se beneficiar com a representação e prática de transformação do território, atraindo ganhos de prestígio quanto a execução de obras, permite com essa construção as condições para ação de agentes que atuam no campo econômico. Aponta-se que grande parte da nova dinâmica econômica que é proposta para Baixada Fluminense se articulam às potencialidades logísticas que o traçado deste Arco Metropolitano permitirá. (ROCHA, 2014, pág.114)

⁴³ Sobre o crescimento do mercado imobiliária da região ver: *Mercado Imobiliário da Baixada Fluminense cresce, enquanto Rio registra queda*. < <https://extra.globo.com/noticias/economia/mercado-imobiliario-da-baixada-cresce-enquanto-do-rio-registra-queda-21797806.html> > acesso em 25 de setembro 2018.

⁴⁴ Cabe ressaltar ainda, minando predileções por siglas partidárias, o recorrente fato de para “se manterem no poder, os grupos no governo das cidades continuam dependendo do financiamento de suas campanhas eleitorais por esses empresários e dos votos das favelas e periferias. Para tentar conter o desvio de recursos públicos envolvidos nesses fluxos, mais e mais controles são estabelecidos sobre a gestão pública, de forma que ela se torna cada vez mais burocratizada, lenta e com pouca capacidade de execução.” (ROLNIK, 2015, pág.368)

A nova Baixada

NELSON BORNIER

Este ano, com certeza, começa melhor, particularmente para quem mora ou simplesmente trabalha nos municípios da Baixada Fluminense. Ainda neste mês será licitado o primeiro trecho desse megaprojeto. Serão 72 quilômetros somente na região, o equivalente a seis vezes o tamanho da Via Light (que liga Pavuna, no Rio, a Nova Iguaçu), a última grande obra viária que a Baixada ganhou de uma década para cá. Antes dela, é bom lembrar, a Linha Vermelha, no segundo governo Leonel Brizola, ligou a Cidade do Rio de Janeiro à Baixada.

É na Baixada que está localizado o coração do Arco Metropolitano, de um total de 145 quilômetros da rodovia que ligará Itaguaí e o seu porto a Itaboraí, no outro lado da Baía de Guanabara.

Esse projeto, no chamado trecho virgem, compreende os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí. São dois milhões de habitantes apenas nessas cidades e mais 2,6 milhões de população na área de influência. Nesses 72 quilômetros serão investidos R\$ 800 milhões nos próximos dois anos.

Quando estiver concluído, em 2010, um cidadão de Austin que trabalhar em Itaguaí ou na Reduc (Duque de Caxias), por exemplo, levará 30 minutos (de carro) para chegar ao destino. Hoje, de ônibus, levam-se duas horas.

Com o Arco Rodoviário entregue ao tráfego, Cabo Frio e a Costa do Sol serão vizinhas da Baixada.

O Arco Metropolitano não vai mexer apenas, para melhor, com a qualidade de vida. Ele vai retirar da Avenida Brasil, por exemplo, cerca de 8.300 caminhões e 7.200 carros diariamente. Vai atender ao tráfego de longa distância oriundo das regiões Sul e Sudeste em direção às regiões Norte e Nordeste do país. O arco conectará as rodovias federais atravessadas (Rio-Santos, Rio-São Paulo, Rio-Vitória e Rio-Belo Horizonte). E o que é melhor economicamente: ampliará a acessibilidade aos portos de Itaguaí (que verá aumentada sua movimentação atual de 200 mil contêineres por ano) e Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense e os outros municípios contemplados pelo traçado do Arco Metropolitano ganharão empreendimentos previstos na área de influência, tais como o Complexo Petroquímico de Duque de Caxias, o Porto de Itaguaí, os complexos industrial e siderúrgico de Santa Cruz e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (em Itaboraí e São Gonçalo). Somente de investimentos privados nos próximos cinco anos na área do arco, serão R\$ 32,8 bilhões. Significa 56 mil novos empregos durante as obras e 10 mil empregos diretos na operação das indústrias.

NELSON BORNIER é deputado federal (PMDB-RJ).

Fonte: O Globo, 28 de janeiro, 2008.

Apesar do Arco Metropolitano estar associado também a projetos como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e ao Porto de Itaguaí, (HARVEY, 2016), a criação de localizações é importante vetor para a produção e absorção de excedente de capital. A criação de consensos pela busca ideológica que legitime políticas públicas urbanas para a produção do Arco Metropolitano, e seu suposto valor de face ligado a solução das crises estruturais e supostos efeitos sinérgicos, tem como função original a busca de novos espaços de produção e consumo⁴⁵. Como resultado, através do discurso e da força os novos investimentos impõem

⁴⁵ (HARVEY, 2014, pág.440) “No momento, tudo o que precisamos saber é que as vantagens de localização para determinados lotes de terra podem ser alteradas pela ação humana. Isso significa que a ação do próprio capital pode criar relações espaciais. Os atributos espaciais dos valores de uso podem então ser levados de volta ao reino da análise

novas lógicas a região. Como atesta Rocha (2014), Nova Iguaçu e Queimados viram seus Planos Diretores alterados assim como da lei e do uso do solo por conta da “legalidade” de novos empreendimentos.

(...)a representação serve de moeda fiduciária (RAFFESTIN, 1997), acompanha a especulação e valorização do solo urbano, onde os agentes imobiliários destacados reafirmam seus territórios. A Baixada do desenvolvimento econômico é território onde novos empreendimentos imobiliários podem surgir e com rápido retorno financeiro. O diálogo entre o território e sua representação são claros e evidentes quando pensamos que a “representação do progresso” não reside apenas nos anúncios, mas, ganham correspondências na materialização destes empreendimentos nestes municípios. (ROCHA, 2014, pág.158)

Por fim

“É por isso que se verifica um ponto em comum nos procedimentos de consolidação da ‘máquina de crescimento’ e do ‘planejamento estratégico’: a necessidade do consenso. Se vimos que, por um lado, a construção ideológica de consensos que legitimem a participação do poder público nos esforços pelo crescimento é fundamental para o sucesso da máquina de crescimento, por outro, pare que também o planejamento estratégico só teria condições de sucesso uma vez que se estabelecesse um amplo consenso em torno de sua suposta necessidade.” (FERREIRA, 2007, pág.162)

É verdade que a expansão da renda disponível para consumo foi, essencialmente, influenciada pela redução das taxas de desemprego em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Contudo, não restam dúvidas que a elevação do rendimento médio dos salários na Baixada Fluminense vem contribuindo para a transformação da economia da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os efeitos desse novo padrão de consumo podem ser observados na nova dinâmica do mercado imobiliário local. A expansão recente da economia brasileira e o alargamento das linhas de financiamento habitacional impulsionaram o surgimento de empreendimentos imobiliários voltados para habitantes com renda média na Baixada Fluminense. Essa “classe média”, como apontado antes, é formada por parcela de migrantes oriundos da cidade do Rio de Janeiro, mas, igualmente, foi engrossada pelo surgimento elevação dos padrões de consumo de uma população originária da própria baixada. Em termos gerais, são pequenos e médios comerciantes que acumularam riqueza graças ao adensamento populacional da região, bem como a mão-de-obra especializada empregada nas novas indústrias. Parte relevante desse contingente populacional não se desloca para o Rio de Janeiro para atender as suas necessidades de consumo e lazer, o que vem permitindo o surgimento de empreendimentos voltados para o consumo e o entretenimento nos municípios da Baixada Fluminense (ROCHA, 2014). Porém, no bojo deste movimento observa-se completo descompasso entre a ânsia do crescimento e incompatibilidades nos Planos Diretores que mencionam o Arco Metropolitano.

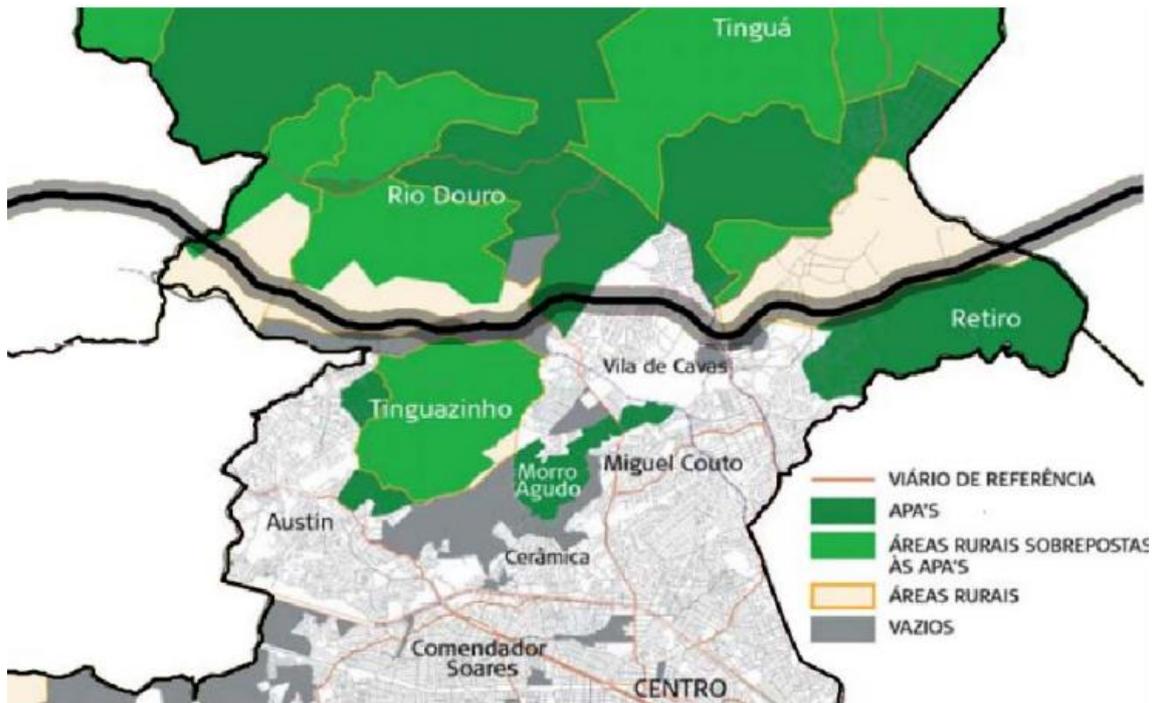
como qualidades socialmente criadas e por isso, como um tema ajustado e apropriado para uma investigação plena em relação a operação da lei do valor.

3.3 - PLANOS DIRETORES: INCONGRUÊNCIAS

A partir do trabalho feito por Souza (2015) pode se evidenciar que a grande maioria dos pontos contraditórios entre o Plano Diretor do Arco Metropolitano (2011) e os Instrumentos Públicos de Planejamento dos Municípios cortados pelo Arco diz respeito às diferenças de zoneamento. O PDAM (2011) de acordo com a autora é ambíguo quanto ao zoneamento de uso e ocupação do solo com expressões superficiais bem como: “Conservação”, “Proteção”, “Uso Múltiplo”, “Restauração”, “Vazios Urbanos” e “Urbano”. Ainda, ressalta a autora, as determinações do PDAM (2011) não são compatíveis com os usos propostos pelos Planos Diretores dos municípios. As incompatibilidades, muitas vezes ou não citam tampouco demarcaram o Arco Metropolitano nos seus textos e mapas.

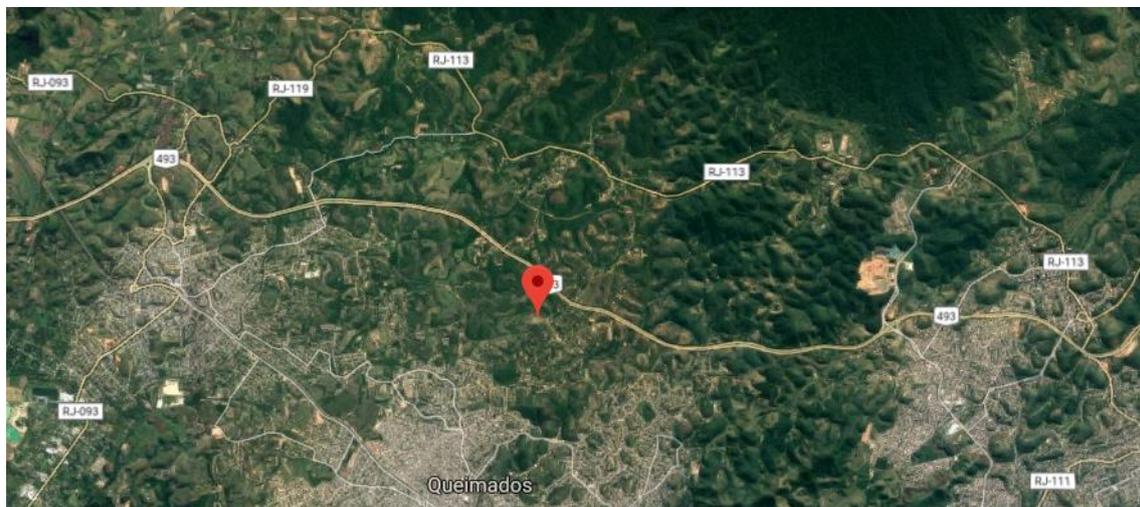
Nos Planos Diretores de Seropédica e de Nova Iguaçu o Arco Metropolitano é mencionado no texto, mas não é demarcado nos mapas. Como exemplo, o Arco Metropolitano corta a Zona de Interesse Ambiental (ZIA) e Áreas de Expansão Urbana que se encontra **Segmento B** do Arco corresponde a **Unidade de Paisagem 1**. Para tanto, de forma contraditória ao PDAM (2011), “o décimo terceiro artigo do Plano de Seropédica define que a integração do território municipal será feita tomando como medida a definição de rotas viárias alternativas para o trânsito de produtos perigosos dentro do município, evitando a travessia desses produtos próxima a Área de Proteção Ambiental (APA) e a áreas urbanas” (SOUZA, 2015, pág.78). Não é demais lembrar que uma das supostas funções referidas pela materialização do projeto é o escoamento de produtos advindos do COMPERJ derivados do petróleo de primeira e segunda geração. A autora atenta ainda situação similar em Nova Iguaçu, onde o Arco corta a APA Rio Douro e tangencialmente as APAs de Tinguazinho, Tinguá e Retiro como se observa na figura 44.

Figura 44 – Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e as APAS de Nova Iguaçu



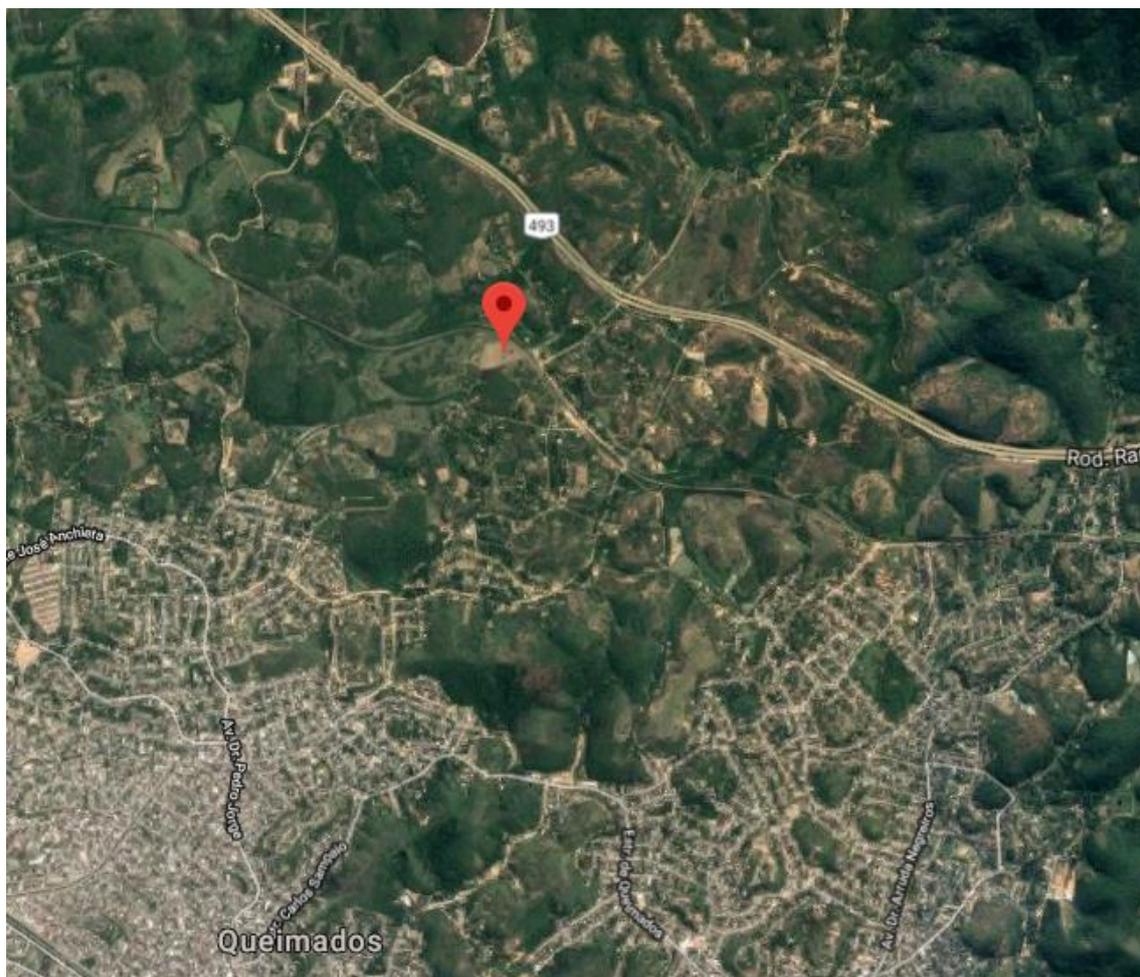
Fonte: SOUZA, Ticiane Ribeiro de. O papel da Ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. (2015)

Figura 45 – Arco Metropolitano rente a APA de Rio Douro



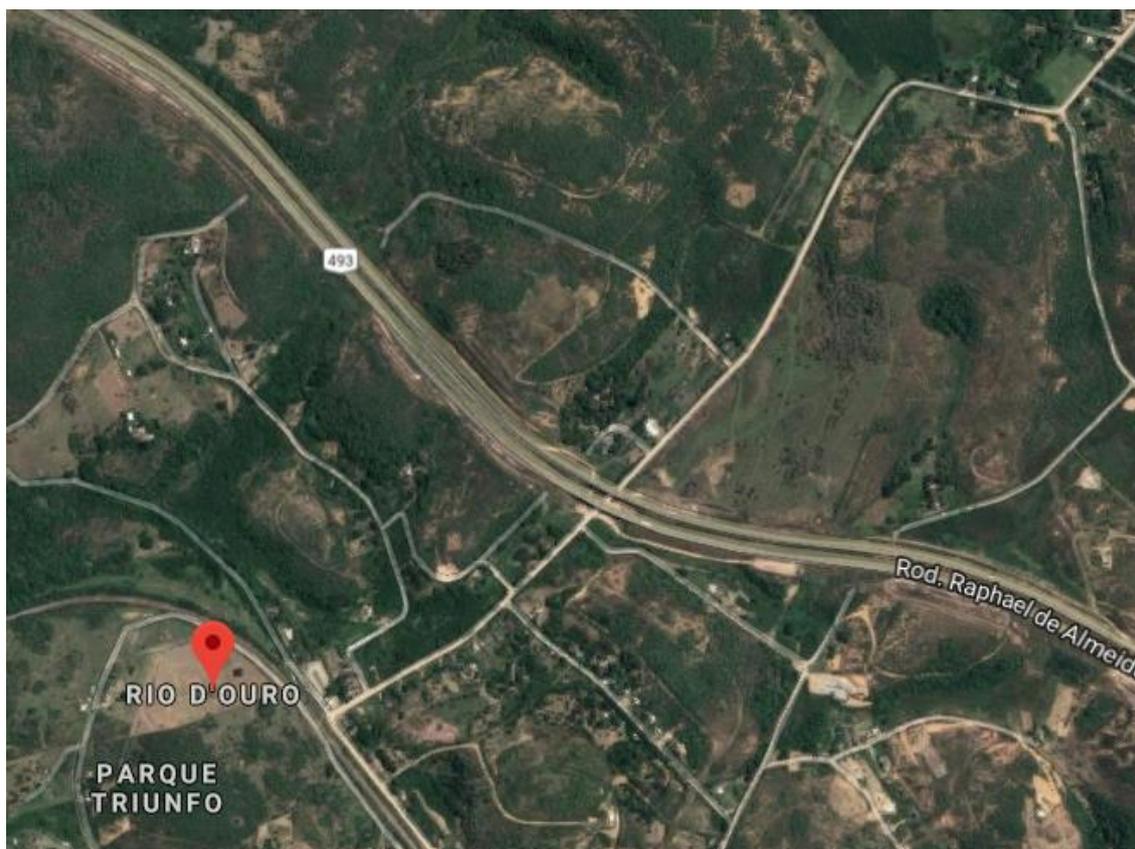
Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

Figura 46 – Escala ampliada do Arco Metropolitano rente a APA do Rio Douro



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída da *Google Earth*, 2018.

Figura 47- Escala ampliada do Arco Metropolitano rente a APA do Rio Douro II



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

Mesmo com avanços teóricos sobre as cidades desiguais, do avanço organizativo e político dos movimentos operários e social urbano, experiências inovadoras de gestão urbana democrática e conquistas de um novo arcabouço legal sobre as cidades, ainda parecem elementos estanques para mudar o rumo injusto e ambientalmente predatório da realidade urbana brasileira⁴⁶ (MARICATO, 2011). O descompasso entre movimentos em direção à construção de políticas urbanas participativas consonantes as necessidades específicas de cada município, não foi acompanhada “pela formulação e revisão de um novo marco institucional e de organização do Estado no campo do desenvolvimento urbano nas instâncias federais” (ROLNIK, 2009, pág.34). Como exemplo, (SOUZA, 2015), as incongruências entre o Plano Diretor de Duque de Caxias com o Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Apesar da presença do traçado em ambos os textos, o projeto não era citado em nenhum momento. Ainda de acordo, um ano após a aprovação do Plano, o prefeito de Duque de Caxias “encaminhou um projeto de lei aprovado pela câmara municipal que reviu o macrozoneamento de modo a adaptá-lo ao traçado do Arco Metropolitano” (SOUZA, 2015, pág.79). Ressalta-se que embora o Plano Diretor do município

⁴⁶ Fazendo justiça a clareza da análise da autora o movimento descrito buscou “jogar a luz sobre o que estava oculto, disputando a produção, a apropriação e a representação contra os signos dominantes. O território da pobreza urbana não se refere a uma minoria excluída ou marginal, mas em algumas cidades (como por exemplo, Belém, São Luiz, Fortaleza, Recife, Salvador) compreende a maioria da população. Mas não se trata apenas de tirar o véu que encobria as dimensões da pobreza urbana, embora muitas pesquisas se concentrassem nesse aspecto. (MARICATO, 2011, pág.108)

tenha como premissa que este tipo de mudança, deva ser apresentado ao conselho municipal de desenvolvimento do município.

(...) o projeto de lei de alteração do Plano Diretor não passou por nenhum processo de discussão com a população nem foi objeto de audiência pública. O sétimo artigo do Plano Diretor de Duque de Caxias coloca como diretriz a recuperação dos passivos ambientais, dentre eles a contaminação da Cidade dos Meninos e o Polo Petroquímico, reconhecendo assim, em 2006, que a área adjacente ao Arco já possui diversos problemas derivados da instalação do setor industrial. Contudo, o Plano Diretor do Arco Metropolitano demarca a área conhecida como Cidade dos Meninos como simples vazios urbanos e não como área de restauração, não levando em consideração que a área ainda apresenta sérios problemas de contaminação. (SOUZA, 2015, pág.79)

A busca em aproximarem-se do suposto fluxo de oportunidades irradiado pelos gastos do Governo Federal e do Estado do Rio de Janeiro, levaram alguns Planos Diretores a poucos se preocuparem com os impactos negativos que o Arco Metropolitano poderia trazer. Municípios como Magé com parcas diretrizes específicas em seu Plano Diretor para preparar o município a novas dinâmicas ocasionadas pelo projeto no qual previa apenas “o aproveitamento da posição estratégica do município para o seu desenvolvimento econômico” (SOUZA, 2015, pág.79). É importante ressaltar que os municípios no intuito de colocarem-se na rota de *locus* privilegiados, obliteram o fato que “a urbanização capitalista tem lógica própria e formas específicas de contradição” (HARVEY, 1989, pág.54). Para tanto, em sua reprodução ampliada que busca garantia por quaisquer meios e custos sua valorização, integram estes municípios a tendência do capital que tem em sua natureza não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar⁴⁷.

Plano Diretor de Itaguaí foi estruturado de forma a contemplar os investimentos que serão feitos pelo setor público estadual e pelo Porto de Itaguaí. Segundo avaliação da Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDD), estes investimentos priorizam a área de expansão industrial. O Plano estabelece “Zonas Estratégicas de Negócios” próximas ao Arco. Porém, como ocorre também em outros Planos, nos trechos que aborda a questão da infraestrutura urbana, habitacional e de serviços públicos, o Plano Diretor de Itaguaí não coloca claramente as necessidades que serão geradas devido aos impactos de tais obras e estímulos ao estabelecimento de indústrias. (SOUZA, 2015, pág.80)

Simultaneamente a postura adota pelo município de Magé, o caso de Itaboraí é ainda mais preocupante pois este abriga o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2007, a escolha da localização do polo teve como justificativa tanto a disponibilidade e facilidades da região, no qual envolvia o futuro Arco Metropolitano que viabilizaria a ligação entre o projeto até o Porto de Itaguaí. O COMPERJ disponibilizaria tanto ao município de Itaboraí quanto aos municípios adjacentes maior competitividade para cadeia produtiva, inclusão social, geração de empregos, etc. Ainda de

⁴⁷ Como aborda Souza (2015) apesar de elaborarem o seu zoneamento, o Plano Diretor de Magé não define parâmetros urbanísticos para estabelecer limites para expansão urbana e para ocupação dos vazios do interior de áreas urbanizadas. Fato este que determina sério risco de aumento de densidade construtiva em áreas não preparadas.

3.4 – IMPACTOS PÓS IMPLANTAÇÃO

Inaugurado parcialmente em 2014, com um custo de R\$2 bilhões de reais, o Arco Metropolitano tem como marca constantes adiamentos, abandono, insegurança, trechos a serem duplicados, riscos ambientais, etc. Os 70 quilômetros inaugurados da rodovia que supostamente deveriam levar o motorista por uma viagem com pistas duplas, iluminação com energia solar, um caminho livre de congestionamentos hoje tem outra característica, uma rodovia da insegurança e do medo. Apenas com a iluminação solar foram gastos R\$ 96 milhões, cada poste com o preço de R\$ 22 mil, no total de mais de 4,3 mil postes ao longo da estrada, ou melhor: eram. Segundo reportagem do Jornal Nacional de 22 de janeiro de 2018, com o abandono da rodovia, os postes de iluminação viraram alvos de bandidos que roubaram as placas solares e as baterias. De 2017 para 2018, mais de 200 postes foram derrubados. Ainda, de acordo com a reportagem, o Departamento de Estradas de Rodagem afirma a falta de verba para a troca dos postes por causa da crise. O resultado, à noite, alguns trechos da estrada ficam em completa escuridão. Em contrapartida, o projeto sofre investigações da Lava Jato por supostas fraudes em licitações, formação de cartel e pagamento de propina a agentes públicos, entre eles, o ex-governador Sérgio Cabral, que já foi condenado⁴⁸.

Figura 49 – Arco Metropolitano ligando Itaboraí à Itaguaí



Fonte: Arco Metropolitano do RJ está abandonado por falta de segurança < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/01/arco-metropolitano-do-rj-esta-abandonado-por-falta-de-seguranca.html> > acesso em 21 de setembro de 2018.

⁴⁸ Arco Metropolitano do RJ está abandonado por falta de segurança < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/01/arco-metropolitano-do-rj-esta-abandonado-por-falta-de-seguranca.html> > acesso em 21 de setembro de 2018.

Figura 50 – Arco Metropolitano: trecho a ser duplicado



Fonte: Arco Metropolitano do RJ está abandonado por falta de segurança < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/01/arco-metropolitano-do-rj-esta-abandonado-por-falta-de-seguranca.html> > acesso em 21 de setembro de 2018.

Figura 51– Arco Metropolitano: trecho inaugurado em 2014



Fonte: Arco Metropolitano do RJ está abandonado por falta de segurança < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/01/arco-metropolitano-do-rj-esta-abandonado-por-falta-de-seguranca.html> > acesso em 21 de setembro de 2018.

Como aponta Souza (2015), a rodovia por sua tipologia, causou diversos desmatamentos⁴⁹, trazendo consigo ainda um processo de urbanização acelerada, uma vez que as vias laterais permitem o fácil acesso às ocupações em áreas lindeiras ao Arco Metropolitano. Ainda de acordo, a recomendação de estímulo à industrialização em áreas ao longo do Arco, também representa uma grande ameaça à preservação ambiental, pela existência de terrenos vagos ao longo do Arco próximo às UCs. O projeto também corta a Área de proteção ambiental (APA) da Pedra Lisa, a APA do Rio D'ouros e passa ao lado da APA Tinguazinho. Ademais, no trecho em que o Arco passa por dentro da APA da Pedra Lisa não há qualquer tipo sinalização muito menos barreiras físicas, contando ainda, o fato de alguns trechos sem meio fio entre o asfalto da rodovia e a vegetação da área de proteção permitindo que ocorram acesso informais como pode-se ver nas imagens localizadas no Município de Queimados.

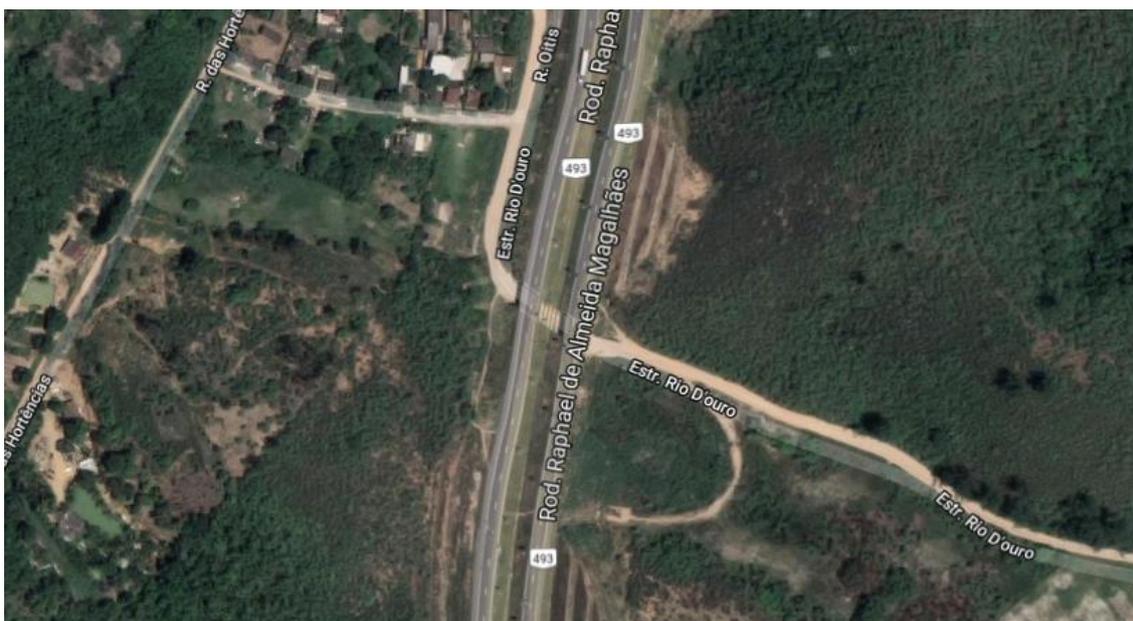
Figura 52 – Acesso informal no Município de Queimados.



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

⁴⁹ A autora reforça que nas áreas do COMPERJ e da Província Portuária de Sepetiba são esperadas alterações da qualidade do ar devido às novas emissões atmosféricas previstas. O PDAM (2011) sugeria monitoramento e utilização do espaço por tipos de usos que se adequem ao aumento de ruído e à poluição atmosférica.

Figura 53 – Acesso informal no Município de Queimados



Fonte: Elaboração própria com imagem extraída do *Google Earth*, 2018.

Outro risco do Arco Metropolitano é o constante fluxo de cargas perigosas em todo o trajeto. O risco existirá durante todo o seu tempo de operação, podendo potencializar riscos de incêndios em áreas vegetadas, contaminar solo dos terrenos lindeiros e, ainda, contaminar mananciais atravessados e/ou nascentes próximas à rodovia, com reflexos negativos sobre a biota aquática (SOUZA, 2015).

3.5 – CONCLUSÕES PARCIAIS

Portanto, ao analisar o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, temos a sua materialização consonante com o crescimento, e, conseqüentemente, liderança na pauta produtiva do Estado do Rio de Janeiro do setor extrativo mineral. Este processo revela que este projeto urbano, por trás de um discurso em proporcionar desenvolvimento aos municípios, aponta no descompasso entre as reais necessidades dos municípios e a rentabilidade de atividades pouco amalgamáveis.

Por outro lado, percebe-se que os agentes com influência direta no projeto, pouco se empenharam nos desdobramentos negativos que o projeto possa ocasionar. Portanto, o Arco Metropolitano não tem consigo apenas o sentido de conexão e transporte, mas, a rentabilidade de uma atividade econômica que supera a escala de operação do projeto.

Portanto, a análise crítica das intencionalidades relacionadas ao projeto possibilitou o enfoque também em torno de questões relacionadas tanto no espaço (metropolitano, local, político, físico, psicológico e simbólico) como no tempo (o presente, projeção, projeto, ou seja, a história) para a compreensão da totalidade das relações. O Plano Diretor do Arco Metropolitano ao delegar aos municípios a resolução dos possíveis problemas, em uma região que tem como marca a baixa articulação institucional e produtiva entre os municípios, como podemos observar no Capítulo II, historicamente não foi capaz de melhor integrar e promover o desenvolvimento do espaço regional sob seu comando e controle mais direto. Ainda podemos observar a repetição do “modelo” de política urbana de municípios, que ao se portar na busca de investimento e oportunidades que a estrutura viária traria, com omissões nos Planos Diretores,

pouco se atenta para os impactos sociais, econômicos e ambientais da rodovia esquivando-se do debate na real.

O discurso baseado no desenvolvimento econômico foi necessário como sustentáculo para evitar discussões sobre os possíveis impactos negativos em uma região já deficitária de um acompanhamento relevante de um órgão institucional consonante a escala do projeto.

O Arco Metropolitano como objeto, tende a transmitir e receber efeitos para muito além dos limites municipais. Portanto, ao analisar um grande projeto urbano como o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, deixa evidente que apesar das fortes restrições impostas pela macrodinâmica da economia mundial, as estruturas nacionais e regionais brasileiras amplificam o problema. Os efeitos diretos e indiretos do projeto tornam necessária a discussão de políticas urbanas, especialmente de estruturação territorial, para o real conteúdo das obras públicas.

Evidentemente que as políticas urbanas e de estruturação do território carregam a ambígua relação da formação brasileira, onde um projeto urbano como o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro envolve riscos ambientais, alto custo aos cofres públicos, etc. não respondeu no alívio dos fluxos de automóveis e tampouco ocasionou crescimento econômico para o Estado do Rio de Janeiro.

A análise do projeto, permitiu observar que as intenções dos grupos dirigentes que detêm a hegemonia e o controle político das cidades reiteram e materializam suas reais intenções, dos quais, são movidos preponderantemente na busca de rentabilidade de seus capitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, o capital tem em sua natureza não reconhecer qualquer medida de restrição não importando o peso das implicações materiais das barreiras que ele necessita superar. Por outro lado, com a própria constituição do capitalismo, a formação dos Estados nacionais das economias desenvolvidas consolidou uma relação necessariamente repressora perante aos países periféricos. Esse processo de conquista, a partir de uma conjunção de oferta de capitais sem restrições no plano internacional, demonstram o empenho dos países hegemônicos impelidos pela própria etapa imperialista em conquistar as economias emergentes.

De maneira complementar, a reprodução do capital financeiro guarda uma relação monopolizada, que, ao aglutinar capitais de diferentes dimensões dentro de um mercado nacional, proporcionou a exportação de capital para fora dos seus espaços econômicos nacionais. Mesmo que, politicamente o imperialismo tenha uma tendência, de uma maneira geral, para a violência e a reação, o capital financeiro se destaca historicamente como o “anexador” nesta nova fase do capitalismo.

Com a discussão da conformação do mercado mundial sob a égide do imperialismo total permitiu compreender as fortes restrições para economias periféricas como a brasileira. Portanto, quando lógicas dos interesses nacionais têm sua determinação por conexões internacionais, em conjunto com os interesses corporativos se organizando para dificultar a mobilidade da mão-de-obra, os vínculos de solidariedade entre regiões se debilitam. Contudo, o problema se mostra mais grave quando as sociedades da América Latina produtos da expansão do sistema de reprodução ocidental, tem no seu transcurso histórico uma forma de organização capitalista plutocrática da sociedade onde sempre se concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder para alguns estratos privilegiados. Sob este aspecto, se evidencia que este núcleo de comando integrado e expansivo da ordem social competitiva, é, quantitativamente reduzido e qualitativamente pouco dinâmico.

Consequentemente sob a face do discurso de crescimento, desenvolvimentismo e variáveis, o que pode-se observar é que a cada nova rodada de investimentos, o que persistiu foi o colonialismo cultural das elites, traço que está na gênese da formação das elites nacionais que permaneceu e se acentuou, aglutinando a força motriz do processo de acumulação, o trabalhador. Essa classe marginalizada foi assentada em um vácuo econômico, sociocultural e moral no qual são subjugados e fragmentados, incapacitando, assim, cristalizar uma aliança entre as classes operárias e os setores marginalizados.

Ao refletir sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mesmo que tenha sido apontada no período recente como local de grandes investimentos, trouxe a necessidade de ter em mente o processo de deterioração da sua indústria de transformação, no qual deixou a economia do estado fluminense exposta aos interesses internacionais. Ao observar que um dos poucos setores que contaram com investimentos transnacionalizados em um setor estratégico como o da indústria extrativa mineral, aponta a necessidade de balizar questões como a imposição de escalas externas imperialistas em territórios que não conformaram um espaço econômico nacional como o brasileiro. Consequentemente, os otimismo relacionados na interiorização da pauta produtiva para municípios como Itaboraí, Itaguaí e Campos, onde pouco se observou

níveis sinérgicos desencadeados pela extração mineral, pouco se atentou aos perigos de se relacionar o crescimento econômico, constituição de grandes projetos urbanos como o Arco Metropolitano, em um canal direto de dominação externa por um bem estratégico como o petróleo e o gás natural.

Ainda de acordo, do ponto de vista da política urbana a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, este território carrega consigo um perfil de desconexões interurbanas e intersetoriais, concentração da renda, um núcleo hipertrofiado e centralizador de decisões e investimentos, etc. Portanto, mesmo que se atente para as restrições macrodinâmicas do mercado mundial, dentro dessa economia regional já se observa essas desconexões institucionais. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a única na Federação com conurbação que não possui entidade de planejamento e gestão, mesmo com a lei estadual que define os dezenove municípios que como uma região metropolitana que estabelece as Funções Públicas de Interesse Comum, as mesmas encontram-se defasadas no qual carece de novos moldes e uma entidade pública estadual de Planejamento e Gestão, prevista na mesma Lei.

Estes condicionantes histórico-estruturais permitiram entender de forma mais abrangente os desconpassos observados na consolidação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. A construção desta via rodoviária emerge como exemplo claro de como investimentos públicos atuam como prática e representação da relação antagônica entre a esfera pública e privada em contraste aos verdadeiros anseios da coletividade. O projeto rompe com as fronteiras administrativas municipais e nos força a ver essencialmente sua totalidade.

Ao analisar o projeto do Arco Metropolitano podemos observar que este não teve consigo de fato a busca de resoluções no sentido de conexão e transporte, tampouco “potencializar efeitos sinérgicos” da atividade extrativa mineral e de refinamento do petróleo, mas acrescer impactos ambientais, sociais, morfológicos, simbólicos, econômicos e políticos para a região. As desconexões tornam-se evidentes ao analisar O Plano Diretor do Arco Metropolitano (2011) que ao delegar aos municípios a resolução dos possíveis problemas, tem a desconsideração das especificidades das escalas que se impõem neste território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, José Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 1997, Rio de Janeiro.

ARANTES, Paulo. *O Novo Tempo do Mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. Boitempo. São Paulo, 2014.

BARAN, Paul A. SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. 2ª edição. 1974, Rio de Janeiro.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia, Capitalismo: séculos XV -XVIII*. 2 ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2009.

BRITO, Jorge. *Instalação do COMPERJ: Impactos previstos*. In: *Os Impactos do COMPERJ no cotidiano e futuro do Rio de Janeiro*. 2011.

BRITTO, J. N. P.; GUANZIROLI, C.H. ; RIBEIRO, D. ; MACHADO, C. C. ; NOGUEIRA, F. C. . *Grandes projetos, mercado de trabalho e condições de renda e pobreza de regiões impactadas: uma análise do complexo petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)*. ESTUDIOS ECONÓMICOS, v. XXXIV, p. 3-38, 2017

CAGNIN, Rafael Fagundes. CINTRA, Marcos Antônio Macedo. *Experiências Internacionais na Gestão de Recursos Provenientes da Exploração do Petróleo*, 2008.

CAMPOS, Fábio Antônio de. *A Arte da Conquista: o capital internacional do desenvolvimento capitalista brasileiro (1950 – 1990)*. Tese de doutorado. Instituto de Economia, UNICAMP. 2009.

CAMPOS, Fábio Antônio de. RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. *Transnacionalização do Capital e os Limites do Desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982)*. 2014.

CAMPOS, Fábio Antônio de. SABADINI, Maurício de Souza. *Hilferding e o nexu imperialista entre capital financeiro e exportação de capital*. Texto para discussão. Instituto de Economia da UNICAMP. 2014.

CORDOVANO, Carlos Alberto Vieira. *Celso Furtado: Notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 21, p. 35-57, 2007.

_____. *Antigo Regime e Transição: Breve Estudo do Capital Mercantil e do Absolutismo*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 2012.

FERNANDES, F. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Editora Zahar. São Paulo, 1975.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Editora Zahar. São Paulo, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. São Paulo Cidade Global: fundamentos financeiros de uma miragem. Editora Boitempo. São Paulo, 2007.

_____. Parceiros da Exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo. Editora Boitempo. São Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. 3 ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2018.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico 6 ed. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1983.

_____. Brasil: a construção interrompida. 3 ed. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1992.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/PlanoDiretor.pdf> (acesso: 09/06/2018).

HARVEY, David. O Enigma do Capital. Boitempo. São Paulo, 2014.

_____. *Trabalho, Capital E Luta De Classes No Meio Ambiente Construído* in: revista espaço e debates no. 6, 1982.

HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro. In. CARNEIRO, Ricardo. Os Clássicos da Economia. Editora Ática. São Paulo, 2003.

LANDES, David S. Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Editora Elsevier.

LENIN, Vladimir. "Imperialismo: fase superior do capitalismo" In: Obras escolhidas. São Paulo: AlfaOmega, 1979.

LOUREIRO, Ana Cláudia Nonato da Silva. Rio de Janeiro: Uma Análise da Perda Recente de Centralidade. *Dissertação de Mestrado*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. UFMG, Belo Horizonte. 2006

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades: Alternativas Para a Crise Urbana*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. O Impasse da Política Urbana no Brasil. 3e. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2014.

MARX, Karl. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Boitempo, São Paulo. 2011.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro I. Editora Boitempo. São Paulo, 2014.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro III. Editora Boitempo. São Paulo, 2017.

MARKUSEN, A. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaços & Debates*, v.1, n.2, 1981

MARIUTTI, Eduardo. Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução. Texto para discussão. Instituto de Economia da UNICAMP. Dezembro de 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. Para Além do Capital. Editora: Boitempo. São Paulo, 2016.

NATAL, Jorge. O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. Rio de Janeiro: Publicati/FAPERJ, 2005

OLIVEIRA, Alberto de. RODRIGUES, Adriano O. Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. 2009.

ORBIS, Eduardo San Marful. SEGATTI, Sonia. Espaço, tempo e território: algumas considerações rumo a conceitualização. 2013.

PACS, Instituto Políticas Alternativas Para O Cone Sul. Baía de Sepetiba: a fronteira do desenvolvimento e os limites para a construção de alternativas. 2015.

PECHMAN, Robert M. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. Cadernos IPPUR/UFRJ, v.6, jul. 1992

PETROBRÁS. Relatório de Impactos Ambiental – RIMA. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. 2007

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro), 1985. < <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf> >

_____. Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Editora Boitempo. São Paulo. 2015.

RIBEIRO, Ticianne de Souza. O Papel da Ideologia na Expansão Urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, FAU-USP, 2015.

ROCHA, André Santos da. As Representações Ideais de um Território: Dinâmica Econômica e Política, Agentes e a Produção de Sentidos na Apropriação Territorial da Baixada Fluminense pós-1990. Tese de doutorado em Geografia UFRJ, 2014.

_____. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário na região. 2016.

SAMPAIO Jr., P. S. A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Campinas: 1997. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Ciclo de Investimentos e o Papel das Estratégias de Grandes Agentes Econômicos: O Caso da Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1995-2010. Tese de Doutorado, Instituto de Economia. 2012.

_____. A Desconcentração Produtiva Regional no Brasil: Análise do Estado do Rio de Janeiro – 1970/2006. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Economia - Unicamp, 2007

SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokio*. Nova Jersey: Princeton University, 1991.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Percepção e transformação da paisagem: planejamento, apropriação e ações públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação*, 2012.

VAINER, Carlos. *Grandes Projetos Urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira*. In VAINER, Carlos. NOVAIS, Pedro. CUENYA, Beatriz. *Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Editorial Café de Las Ciudades. Editora 4+. Porto Alegre, 2013.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano No Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *O Mito da Cidade-Global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2007.

WOPEREIS, Brunna. CAPILLÉ, Cauê C. MATTOS, Vinícius. *Projeções urbanas: o Arco Metropolitano*. In: *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação*. Coleção PROARQ, 2012. Rio de Janeiro.

ŽIŽEK, Slavoj. *Menos Que Nada: Hegel e a Sombra do Materialismo Dialético*. Boitempo. São Paulo, 2013.